

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas

ANO XVII

Nº 120

p. 279 - 366

outubro/dezembro/85

CAD - CENTRO DE APOIO DIDÁTICO  
DA FAU - PUCC

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GRÃO-CHANCELER**

D. Gilberto Pereira Lopes

**MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS**

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Prof. Antonio José de Pinho

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Prof. Ersio Lensi

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Profa. Maria Helena Degani Rocha

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

**ODILON NOGUEIRA DE MATOS**

Departamento de História da Pontifícia  
Universidade Católica de Campinas

---

ANO XVII – Nº 120

ISSN-0101-4919

OUT./DEZEMBRO/1985

---

## SUMÁRIO

### Artigos

A Rendição de Uruguaiana e a viagem do Príncipe Odilon Nogueira de Matos	281
Carolina von Koseritz Hilda Agnes Hübner Flores	284
Couty e o Brasil de 1884 Ernani Silva Bruno	287
Porto Feliz nos seus primeiros tempos Dulio Battistoni Filho	288
Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo Maria Lúcia Barbanti	294
Elismo e cultura humanística na valorização do homem Regina Márcia Moura Tavares	301
Madre Maria Teodora Voiron e o ano de 1985 Roberto Machado Carvalho	304
A mulher, o índio e o negro perante a Assembléia Nacional Constituinte Dirce Leite de Oliveira	307

Amadurecimento e triunfo da idéia das eleições diretas no ocaso do Império . . . . .	310
Maria Regina Boppré	
Antropologia em destaque . . . . .	321
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Registro Bibliográfico . . . . .	324
Periódicos . . . . .	325
Noticiário	
Brasil Bandecchi . . . . .	329
Leonardo Arroyo . . . . .	330
Curso Brasil Bandecchi . . . . .	330
Centro de Estudos de Demografia Histórica . . . . .	331
Fernand Braudel . . . . .	332
Um Pouco de Música	
Domenico Scarlatti, o mestre de sonata . . . . .	334
Odilon Nogueira de Matos	
Memória Campineira	
Campinas nas memórias de Menotti Del Picchia . . . . .	336
Textos	
Manifesto do Presidente da República Rio-grandense . . . . .	337
Bento Gonçalves e Domingos José d'Almeida	
A autoridade política . . . . .	349
Dénis Diderot	
Vultos da Historiografia Brasileira: Noronha Santos . . . . .	350
Odilon Nogueira de Matos	
Seleta	
O Encilhamento . . . . .	353
Noronha Santos	
Rabiscos de um Escrevinhador	
Sobre vidas e fatos . . . . .	355
Viajantes estrangeiros no Espírito Santo . . . . .	356
A morte de Pedro Calmon . . . . .	357
Influência de Pedro Calmon . . . . .	358
Odilon Nogueira de Matos	
Índice do ano XVII, nºs 117 a 120 . . . . .	360

## A RENDIÇÃO DE URUGUAIANA E A VIAGEM DO PRÍNCIPE

Odilon Nogueira de Matos

A princesa Isabel e seu esposo, o Conde d'Eu, achavam-se em viagem de núpcias pela Europa, em 1865, quando eclodiu a Guerra do Paraguai. Entendeu o príncipe que devia apressar sua volta ao Brasil a fim de pôr-se a serviço do sogro e do Império. E o fez num momento propício, pois em meados daquele ano as forças paraguaias, comandadas por Estigarribia, invadiram a província do Rio Grande do Sul, ocupando a princípio São Borja e depois Uruguaiana.

O plano de Lopez era fazer com que estas forças invasoras, tomando pé em Uruguaiana, pudessem entrar em território uruguaio a fim de se aliarem com os "blancos" da República Oriental. Esta ocorrência, fundamental para a guerra, poderia ter conseqüências realmente sérias, se a importante cidade da fronteira não tivesse sido retomada, após quase um mês de cerco, que resultou na rendição das tropas paraguaias do bravo Estigarribia, na presença não apenas de D. Pedro II, mas também dos presidentes da Argentina e do Uruguai, Mitre e Flores, respectivamente.

Tal episódio tornou-se conhecido como a "Rendição de Uruguaiana", e inscreveu o nome desta cidade no mapa histórico do Brasil, inclusive utilizado para denominar vias públicas, a exemplo de Riachuelo, Humaitá, Paissandu, Corrientes e outros topônimos vinculados à Guerra do Paraguai. Numerosas cidades do Brasil (inclusive Campinas) ostentam, por esta razão, placas com o nome de Uruguaiana em vias públicas, muitas vezes importantíssimas, como ocorre no Rio de Janeiro.

A invasão do Rio Grande do Sul pelos paraguaios de Estigarribia abalou sensivelmente a opinião nacional, levando o próprio Imperador a partir para o Sul do País, a fim de inspecionar o teatro da guerra, o que lhe ensejou assistir, a 18 de setembro de 1865, à retomada de Uruguaiana, com a rendição das tropas invasoras. Assim, ao chegar ao Rio de Janeiro, o Conde d'Eu não mais encontrou o sogro, que já havia partido para o Rio Grande. O Príncipe seguiu imediatamente para o Sul, juntando-se a D. Pedro II poucos dias antes da rendição de Estigarribia e já nas proximidades de Uruguaiana.

Teve, pois, o Príncipe não só a oportunidade de assistir ao histórico evento, como a de descrevê-lo pormenorizadamente no relato que denominou **Viagem militar ao Rio Grande do Sul**, e que constitui precioso documento, não apenas para o conhecimento desse episódio

da guerra, mas como informação sobre as condições de vida da Província rio-grandense.

Partindo do Rio de Janeiro ao meio dia de 1<sup>o</sup> de agosto, já à 1 hora do dia 5 seu navio encontrava-se frente à barra do Rio Grande. À 7 estava em Porto Alegre. Embora só se demorasse dois dias na capital, procurou ver o que a cidade tinha de mais interessante, seguindo logo no dia 9 para o interior da província — Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava — onde teve as primeiras notícias mais concretas das operações militares. Depois, São Gabriel, onde se encontrou com o Imperador, Alegrete e, finalmente, Uruguaiana, a cuja frente se achavam acampadas as tropas que sitiavam a cidade.

Por páginas e páginas demora-se do Príncipe na descrição pormenorizada de todas as operações que culminaram com a rendição dos paraguaios, a 18 de setembro. O perigo de os paraguaios escaparem pelo rio foi evitado pela defesa da flotilha, especialmente do navio **União**, que trouxe um batalhão de voluntários comandado pelo dr. Pinheiro Guimarães, ilustre médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que também se ocupou do episódio em seu valioso livro de memórias.

Terminada a importante operação, subiu o Príncipe o Uruguai até Itaqui e São Borja ( onde se encontrou com Aimé de Bonpland, famoso naturalista francês que aí vivia ), retornando a Uruguaiana. Na volta, seu itinerário ofereceu algumas variantes: Sant'Ana do Livramento, Bagé, Jaguarão, Pelotas, cidade que muito apreciou, tendo ocasião de observar que seu teatro era o único da província que continuou funcionando mesmo com a guerra. Enquanto o Imperador foi a Porto Alegre, preferiu o Príncipe ficar em Pelotas “a gozar da amável hospitalidade da família Ribas”, ou, melhor, do Barão de Piratini. A 3 de outubro estava em Rio Grande, onde novamente juntou-se ao sogro para retornar ao Rio de Janeiro, chegando à Corte no dia 9.

Ao contrário do que o título poderá levar a supor, o relato do Conde d'Eu não tem interesse apenas militar. São excelentes as observações do autor quanto aos aspectos humanos, sociais e culturais da extensa região percorrida, o que o torna um dos livros mais interessantes de nossa literatura de viagens.

A **Viagem militar ao Rio Grande do Sul** foi divulgada pela primeira vez na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 86, volume 139, correspondente a 1919, mas efetivamente publicado em 1921, um ano apenas antes do falecimento de seu autor, que ocorreu a bordo, quando retornava ao Brasil, beneficiando-se do ato de Epiácio Pessoa que revogara o banimento da família imperial brasileira.

Quinze anos mais tarde, em 1936, fez-se a primeira publicação em livro, integrando a preciosa coleção “**Brasiliana**” (vol. 61), da

Companhia Editora Nacional, de São Paulo. Para esta edição, o historiador carioca Max Fleiuss juntou dezenove cartas que lhe foram dirigidas pelo Príncipe ente 1912 e 1919, as quais constituem importante documento para o melhor conhecimento da personalidade do genro de D. Pedro II, especialmente nas relações com o Brasil, nos seus últimos anos de vida. Tais cartas foram devidamente anotadas por Max Fleiuss, enriquecendo sobremaneira o volume, e ainda com uma extensa nota biográfica sobre o Conde d'Eu.

O volume da "Brasiliiana" contendo o principesco relato nunca foi reeditado. Passado quase meio século, a reedição nos veio da Itatiaia, de Belo Horizonte (em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo), num belo volume integrando a não menos preciosa coleção "Reconquista do Brasil" (nova série, volume 43). Reproduz integralmente a edição da "Brasiliiana", com ligeira alteração na disposição das cartas do Príncipe a Max Fleiuss: enquanto na edição de 1936, as notas vinham após cada carta, a nova edição preferiu colocá-las todas no fim do volume.

A Itatiaia (e com ela, muitas outras editoras) tem o mau hábito de, ao reeditar um livro, não fazer a menor referência a edições anteriores, dando ao leitor a falsa impressão de que é a primeira vez que tal livro se publica. Assim, fiquem os leitores informados de que a edição que ora se encontra no mercado (se já não estiver esgotada, pois data de 1981) já é a terceira do importante relato do Conde d'Eu, datando as duas primeiras, conforme se indicou, de 1921 e 1936, respectivamente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pela Companhia Editora Nacional.

Retorno, por instantes, ao episódio histórico. Lembro-me do primeiro livro em que estudei História do Brasil, o clássico manual de Rocha Pombo, para o curso secundário, mas que se usava com mais freqüência no primário. Apresentava uma estampa, que nunca mais me saiu da memória, representando a chamada "Rendição de Uruguaiana". Embora não houvesse indicação de autor, o quadro parece ser de Pedro Américo. Ao meu espírito de menino, impressionou a atitude de humilhação que se apossou do valoroso Estigarribia, rendendo-se, indefeso, aos três chefes de governo dos países aliados, todos a cavalo, garbosos, mas sem transmitir nenhum sentimento que pudesse implicar em maior humilhação a quem já devia sentir-se profundamente humilhado. Vi, há pouco, a mesma estampa reproduzida no precioso **Calendário histórico-cultural**, editado pelo governo rio-grandense. Provavelmente há de estar divulgada em outras publicações. A verdade, contudo, é que, revendo-a agora e lendo de novo o relato do Príncipe, não pude deixar de recordar os tempos de criança, quando as imagens dos livros de história se me fixavam de maneira indelével, fazendo com que nunca mais os episódios nele representados me fugissem da memória.

( Publicado originalmente, em **Letras & Livros**, supl. do "Correio do Povo", de Porto Alegre, nº 21, de 9 de janeiro de 1982 ).

## CAROLINA VON KOSERITZ

Hilda Agnes Hübner Flores

Carolina von Koseritz foi das raras mulheres que no século passado ultrapassaram os umbrais domésticos e se impuseram pela capacidade intelectual. Nascida em 1865, criou-se em Porto Alegre numa época em que o germanismo proliferava ao lado de um até então francesismo exclusivista iniciado com a Missão Cultural Francesa de 1816 e intensificado com o positivismo comtiano.

O positivismo, a partir da década de 1870, encontrou chão fértil entre intelectuais e militares, a propugnarem pela superioridade do regime republicano e endossando a simetria e equilíbrio de linhas da arquitetura neo-clássica. Proliferaram os “restaurantes”, importávamos perfumes de Paris, seda francesa e chita “a Pompadour”. Às mocinhas de boa família cabia saber tocar piano e falar francês, ainda que analfabetas.

Carolina von Koseritz, filha de Zeferina Barbosa e de Carlos von Koseritz, sobressaiu-se sobre as irmãs, Adelaide, Zelinda e Zeferina, todas de prendas domésticas. Secretária e discípula dileta do grande jornalista e germanófilo, cedo auferiu do pai as primeiras lições de vida. Adolescente ainda, começou a escrever. Publicou contos e traduziu clássicos alemães e ingleses, oferecendo ao leitor brasileiro uma nova opção de leitura, no que reside seu maior mérito.

Entre abril e junho de 1883 o então deputado provincial Carlos von Koseritz viajou com a família para o Rio de Janeiro e Carolina entrou em contato com o mundo intelectual carioca, onde chegavam ecos do movimento germanista iniciado por Tobias Barreto na Escola de Direito de Pernambuco, endossado por intelectuais de escol como Clóvis Bevilacqua, Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, Oliveira Lima e outros.

Carolina estreitou amizade com Ferdinand Schmid, cônsul austríaco credenciado na Corte, que, com o pseudônimo de Dranmour, em 1868, escreveu o poema **Requiem**. A tradução de Carolina, editada no Rio em 1883, teve prefácio de Sílvio Romero, crítico de renome, professor do Colégio D. Pedro II, que elogiou o trabalho da “quase menina”, importante porque iniciava um novo intercâmbio cultural.

A imprensa gaúcha aplaudiu. Dranmour exultou, afirmando que a tradução de Carolina vinha ao encontro da filosofia de seu jornal, o **Rio Deutsche Zeitung**: intensificar relações culturais e materiais entre o

Brasil e os países de fala alemã, intento que teve em mente já ao verter poesias de Álvares de Azevedo e Gonçalves Dias.

Em 1884 Carolina editou pela Gundlach, de Porto Alegre, **Hermann e Dorotéia**, poema de 76 páginas do imortal Goethe. A crítica rejubilou-se. O literato cearense Franklin Távora teceu um paralelo entre **Requiem** e a tradução goethiana, de temáticas opostas: esta a exaltar a vida, o amor do primeiro enlace, e **Requiem** traçando um majestoso adeus à humanidade e ao mundo.

O sucesso literário da jovem Carolina sofreu ataques mordazes de Hans von Frankenberg, redator do **Deutsche Zeitung** de Porto Alegre e desafeto político de Carlos von Koseritz, a quem maldosamente atribuiu a tradução goethiana, para a qual, afirmava, Carolina não teria capacidade. Koseritz, normalmente combatido, não criou polêmica, mas a produção literária subsequente de Carolina, mesmo após a morte do pai, mostraram a injustiça assacada por Frankenberg que, aliás, dois anos mais tarde teve de exilar-se às pressas no Prata, após publicar uma paródia do nosso hino nacional, considerada ultrajante pelas autoridades.

Enquanto a crítica a festejava, Carolina, representante oficial do Clube Germânia engajou-se no movimento abolicionista, ela que vira seu pai libertar os escravos trazidos ao casamento pela esposa. Os prêmios que arrecadava entre a elite social, transformou-os em dinheiro pró alforria de escravos, na famosa quermesse de 9 de setembro de 1884, em sua tenda "Rio Grande do Sul".

De Longfellow, Carolina traduziu o poema **Excelsior**. Seus contos, **A vingança das flores** e **Uma flor fenecida** são de temática atual, enquanto enaltecem o amor à conservação da natureza, num despertar precoso de consciência ecológica.

Em seus contos de costumes, Carolina não fica indiferente à problemática social da época. Escondendo-se sob o pseudônimo de Walquíria Certonez, em **Uma dor de cabeça** narra as aventuras de um D. Juan; em **A Freira**, explora o tema do amor-paixão frustrado, acabando a protagonista num claustro, dentro dos moldes do romantismo oitocentista; em **O Perfil**, analisa o problema da mocinha mimada que em seu "début" se desencanta do "príncipe" por não corresponder aos encantos idealizados; e **O leito nupcial** é conto espanhol prenhe de romantismo. **Relíquias vivas**, traduzido de Turgueniev, exalta a nobreza de sentimentos humanitários sublimados pelo sofrimento. Editado em Portugal, em 1884, só chegou a leitor brasileiro em 1887, ano em que o **Jornal do Comércio** de Porto Alegre publicou em seriado sua tradução do conto inglês de Charles Dickens, **O grilo da lareira**. Seguiu-se a tradução de três contos de Lord Byron, **Manfredo**, **Oscar** e **Masera**, refletindo diversas facetas do mundo oriental por onde viajava o autor, expulso da pátria.

Em junho de 1890, um mês após a morte prematura de Koseritz, Carolina fustigou com veemência, na imprensa alemã e nacional da capital, os redatores de **A Federação**, adversários políticos de seu pai, que tentaram macular a honra do grande jornalista. Silenciaram ao repto de Carolina.

Em 1892, na Igreja Luterana de Porto Alegre, Carolina casou com o cearense Rodolfo Brasil, filho do comerciante português João Cardoso e da índia Maria Morais. Abandonando a casa paterna bastante cedo, Rodolfo foi criado em seminário e seguiu a carreira militar. Poeta medíocre, dedicou alguns versos a Carolina. Adepto de Darwin, Spencer e Haeckel, enquadrou-se no cientificismo naturalista da época. Namoraram-se por correspondência.

Carlos Brasil, o primogênito do casal, nasceu na cidade do Rio Grande; o segundo, João, no Rio de Janeiro. Aí Rodolfo dedicou-se a estudos astronômicos e Carolina colaborou em jornais sob os pseudônimos de Augusta Dolores e Áurea Estela. Este último nome deu mais tarde à filha, hoje uma simpática septuagenária residente em Novo Hamburgo.

Ao cabo de alguns anos, fracassado o matrimônio, Carolina retornou a Porto Alegre. Aqui tentou novamente acertar a vida, desta vez com o português Mário Teixeira de Sá, jornalista, mas também esta união foi mal sucedida, para profunda mágoa da escritora que, desiludida, chegou a aconselhar à filha que não casasse.

Carolina produziu sempre. Colaborou nas revistas **Kodak e Norte e Sul**, esta editada pela Globo. Enferma, pediu à filha para ser sepultada com suas produções inéditas. Isto ocorreu em 1922, perdendo-se, assim, razoável parte de seu trabalho.

Pelo seu real mérito, Carolina von Koseritz foi escolhida para patrona da cadeira nº 15 da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul, fundada há quarenta anos por Lydia Moschetti, de saudosa memória.\*

(De **Letras & Livros**, supl. do **Correio do Povo**, de Porto Alegre, de 23-4-1983).

\*N. da R.: Cêrtamente por modéstia, a autora do presente artigo deixou de mencionar ser ela, atualmente, a titular da cadeira Carolina v. Koseritz, da Academia Literária Feminina, do Rio Grande do Sul.

## COUTY E O BRASIL DE 1884

Ernani Silva Bruno

Oportuna esta edição em português — um século após sua publicação em francês — de **Le Brésil en 1884**, “ébauches sociologiques”, de Louis Couty, por iniciativa do Senado e da Fundação Casa de Rui Barbosa, na Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, dirigida por Francisco de Assis Barbosa e Leonardo Leite Neto.

Professor da Faculdade de Medicina de Paris, contratado pelo Governo Imperial para reger a cadeira de Biologia Industrial, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Couty veio para o Brasil em 1879, mas não se restringiu a atividades didáticas. Incumbido de trabalhos técnicos em fazendas cafeeiras de São Paulo e em charqueadas do Rio Grande do Sul, estudou a fundo suas condições e pôde comprovar seu deficiente rendimento econômico. Essas observações — como não poderia deixar de ocorrer — o levaram à conclusão de que a raiz do problema estava toda na existência do trabalho servil e de que só a imigração e o trabalho livre poderiam dar novos rumos à economia e à sociedade brasileira.

Seus ensaios — publicados na imprensa e reunidos na obra que ora se reedita — denotam notável maturidade e equilíbrio e, através deles, podem-se conhecer as grandes linhas e os detalhes das preocupações que, às vésperas da Abolição e da República, dominavam a vida social e política do Império do Brasil.

Sem ser o mais importante dos ensaios contidos neste volume, é curioso aquele em que Louis Couty estabelece um paralelo entre as províncias de São Paulo e de Buenos Aires e entre as duas cidades que comandavam as respectivas economias — discutindo suas possibilidades e suas futuras perspectivas.

Podem-se imaginar os ataques e as incompreensões que sofreu Louis Couty ao defender a colonização estrangeira e a extinção do cativeiro em um país cuja elite era em grande parte, na época, constituída de jacobinos e de latifundiários que se opunham à libertação dos escravos e se assustavam com reformas ou com “ideologias importadas”.

Morrendo no mesmo ano de 1884 em que editou seu excelente livro, esse francês que se tornara amigo dos brasileiros não pôde assistir às profundas transformações que marcariam a paisagem social e política do País nos últimos anos do século passado. Mas a mensagem inscrita nas páginas desse volume é de muito interesse para os investigadores da história brasileira.

## PORTO FELIZ NOS SEUS PRIMEIROS TEMPOS

Dúflío Battistoni Filho

## INTRODUÇÃO

Situado na quarta Região Administrativa do Estado de São Paulo, o município de Porto Feliz, limita-se ao Norte, com Capivari, Rafard e Elias Fausto; ao Sul, com Sorocaba e Iperó; a Leste, com Itu e a Oeste, com Tietê e Boituva. Possui 27.127 habitantes<sup>1</sup>, incluindo-se nesse número a população urbana e rural. Com altitude de 520ms, apresenta clima bastante saudável, temperatura média de 21° pluviosidade de 1.100mms e inverno seco. Sua área é de 558km<sup>2</sup>. Dista 112km de São Paulo, pela rodovia Castelo Branco e 125km pela Marechal Rondon.

Do ponto de vista econômico, sua situação não é das melhores. Foi no passado muito próspera a ponto de ter sido considerada um dos mais importantes do Estado, graças à fertilidade de seu solo, com muita produção de açúcar e ao seu excelente porto fluvial, donde partiam as expedições bandeirantistas, chamadas **Monções**, em demanda das ricas minas de ouro de Cuiabá, Mato Grosso.

Mas, mesmo assim, não perdeu todo o interesse de outrora. Embora o movimento comercial tenha diminuído bastante e o mercado de trabalho seja quase inexistente, Porto Feliz apresenta aspectos sumamente sedutores. Um deles é a tradição. É cidade que preserva suas tradições, como a festa das Monções, em outubro, quando a população desempenha papel muito importante no evento, a ponto de recriar, nos mínimos detalhes, toda a epopéia das bandeiras, com seu desfile histórico, muitos se vestindo a caráter para os festejos, como se estivessem em pleno século XVIII. Sendo uma das cidades mais antigas do Estado, com imensos casarões e ruas estreitas, há uma atmosfera de romantismo pairando em todos os cantos como a relembrar os seus filhos mais ilustres. Embora só tenha sido elevada à categoria de cidade, em 1858, suas origens remontam ao primeiro quartel do século XVII.

Neste pequeno trabalho, procuramos sistematizar dados esparsos, objetivando fornecer uma visão, tão completa quanto possível das origens de Porto Feliz até meados do século XIX.

(1) Conf. o IX Recenseamento Geral do Brasil. IBGE, vol. I, tomo 4, 1980, número 19, p. 299.

## O INÍCIO DO POVOAMENTO

A região era habitada pelos índios guayaná que a designavam de **Araritaguaba** que significa “lugar onde as araras comem as pedras”, em virtude da frequência com que bandos de araras bicavam o paredão salitroso da margem esquerda do Tietê.

No século XVII, São Paulo, era uma cidade pobre, sem recursos, isolada no planalto de Piratininga. Contudo, seus moradores sonhavam conquistar o sertão com duplo objetivo: metais preciosos e índios para prear. Por isso, os rios tiveram papel importante nesta conquista, especialmente o Tietê que banha a cidade.

Quando os castelhanos, em 1610, partindo de Assunción, Paraguai, começaram a missionar na margem oriental do Paraná, fundando muitas reduções, não podiam imaginar que estavam criando o “Eldorado” para as investidas dos caçadores de escravos. Os próprios bandeirantes paulistas, muitas vezes, agiam de plena convivência com as altas autoridades paraguaias neste comércio. Basta dizer que o capitão-general do Paraguai, D. Luís de Céspedes y Xeria, em 1628, realizou uma viagem ao Paraguai utilizando-se do Rio Tietê. Segundo informa Sérgio Buarque de Holanda: “Em certa paragem, que não deveria ficar muito longe do atual Porto Feliz, em todo o caso, abaixo do salto de Itu, os cinquenta índios e os criados do dignitário espanhol passaram todo um mês a fabricar três canoas para a jornada memorável”<sup>2</sup>.

Interessante observar que D. Luís possuía um engenho no Rio de Janeiro e contraíra núpcias com uma brasileira. Era tal o seu conluio com os brasileiros, que chegara a intensificar o comércio de carne e sal entre o sertão e o litoral<sup>3</sup>. O fato desta autoridade permanecer neste porto, preparando-se para a sua viagem ao Paraguai, leva-nos a crer que a rota já fosse conhecida dos paulistas.

Em 1700, Antonio Cardoso Pimentel, português, residente em São Paulo, solicita ao bispo do Rio de Janeiro, segundo o Livro do Tombo da igreja-matriz, autorização para construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Penha. Construída a capela, com a competente aprovação eclesiástica, em torno dela se desenvolveria um núcleo populacional. Para isto, Pimentel fez a competente doação de terras, gado e escravos. Mais tarde, novas famílias foram se agregando à primitiva povoação, notadamente a do ituano Antonio Aranha Sardinha, que recebera do capitão-general D. Rodrigo Cesar de Menezes, uma sesmaria a 5 de fevereiro de 1728 e aí fixara residência.

(2) HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo, Edit. Alfa-Omega, 2ª edição, 1976, pp. 34 e 35.

(3) ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Edit. da Universidade de Brasília, 1963, p. 264.

Nesses primeiros tempos, a economia estava baseada na agricultura de subsistência (mandioca, milho, fumo, etc.) e na pesca, permanecendo estacionária até a descoberta de ouro efetuada pelo bandeirante Pascoal Moreira Cabral às margens do rio Coxipó Mirim, nas cercanias de Cuiabá, em 1717, atraindo destarte, grande número de aventureiros em busca do precioso metal.

## AS MONÇÕES

Os paulistas responsáveis pelo desenvolvimento das bandeiras, se destacariam também pela exploração do ouro de Cuiabá, aproveitando-se da rota Tietê-Paraná. Aqui começa a fase mais importante do povoado com as chamadas "Monções", organizadas durante os meses de abril a setembro, época em que os ventos eram favoráveis para viajar. O tempo de duração de uma viagem fluvial era de seis meses e em Araritaguaba eram feitos todos os preparativos desde a construção de canoas (batelões), provisão de gêneros alimentícios equipamento e tripulação.

A partida de uma Monção era motivo de muita festa no povoado. De manhã era realizada cerimônia religiosa na Matriz. Depois, o capitão-mór e o pároco local, acompanhados pela população desciam a forte rampa em direção ao Porto Geral, onde realizar-se-ia novo officio religioso para a despedida da tripulação. Segundo Francisco Nardy Filho: "...a alegria da partida, o desejo de ir a essas famosas minas lhes fazem esquecer a distância a vencer, os sofrimentos e trabalhos que os esperam, os rios que terão de transpor, a ferocidade dos índios que encontrarão pelo caminho; nada, nada faz arrefecer o seu entusiasmo, e seguem em demanda do sertão à procura das minas" <sup>4</sup>.

A mais célebre destas expedições foi aquela efetuada pelo governador Rodrigo Cesar de Menezes, que partiu de Araritaguaba para Cuiabá, em 1726, com 308 canoas e cerca de 3.000 pessoas. Impressionante foi a quantidade de gêneros alimentícios levados na expedição. Segundo Taunay "...vemos arroladas em sua matolagem, 4 arrobas de chocolate, 7 de manteiga, 8 de doces, 18 de açúcar, 7 de aletria, 4 de cuscus, 4 de peixe seco, 6 barris de biscoitos, 2 de paios, 4 alqueires de grãos (ervilhas?), 60 queijos e 144 caixetas de marmeladas. Como líquidos: 8 barris de vinho, 3 de aguardente da terra (cana), além de 8 frisqueiras de aguardente do Reino (de uva) e 5 barrís de azeite de oliveira. Vinha a ser isto o estranho cardápio generalício, cujo grosso da carga eram 100 alqueires de farinha de mandioca, 150 de milho, 23 de trigo.

(4) NARDY FILHO, Francisco. *As Monções*, em "O Estado de São Paulo", 14-10-1945, p. 8.

E ainda seguiram a bordo doze capados, provavelmente de bastas enxúndias”<sup>5</sup>. Quanto aos gastos, estes foram imensos. O mesmo Taunay observa “...que o aparelhamento da monção reíuna ao largar da penédia do Paredão demandava 2:665\$420 réis”<sup>6</sup>.

O movimento monçoeiro dá ensejo a uma fase de grande prosperidade na vila: cresce o comércio atingindo altos níveis, lavradores de Itu iniciam a lavoura de cana de açúcar, aparecem mestres-construtores e para a construção de canoas, operários especializados. Sua população aumenta a ponto de ser elevada à categoria de freguesia, em 1728, desmembrando-se da de Itu. A pequena capela torna-se acanhada para receber os fiéis e assim o povo começa a construir uma nova igreja bem maior e que veio a ser a atual Igreja Matriz de Nossa Senhora Mães dos Homens, inaugurada em 1750, quando foram solenemente trasladados todos os pertences da capela de N. S. da Penha que já estava em ruínas. Convém lembrar, que neste mesmo ano a freguesia passa a denominar-se: Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araritiaguaba.

Entretanto, a euforia do ouro dura pouco, pois, paulatinamente, começa a escassear nas minas de Mato Grosso e Goiás a ponto das expedições serem menos freqüentes e outros caminhos serem utilizados.

Em seu *Diário da Navegação do Rio Tietê, Rio Grande, Paraná e Rio Egatemi*, Theotonio José Juzarte dá-nos o seguinte depoimento: “( Ararituaba ) Terá mil e quinhentos Parochianos. Hé m<sup>to</sup> pobre por não ter Comersio algu salvo algumas Canoas q. fabricação p<sup>as</sup> expedições de cuyaba e a Matogrosso cuja navegação está hoje extinta por seguirem estes Comerciantes por terra pela Capitania de Guayazes Sendo diantes por estes Rios he q. seguião os Comerciantes p<sup>o</sup> Cüyaba, e Mato Grosso em cuja viagem gastarão seis e mais mezes”<sup>7</sup>.

Este estado de decadência é alterado por uma série de fatores. O principal deles reside na queda de produção açucareira havida nas Antilhas, por causa dos problemas coloniais surgidos com a Revolução Francesa. Como consequência tivemos a alta dos preços e a ampliação dos mercados incentivou a produção brasileira. Algumas regiões de São Paulo, notadamente Campinas, Itu e Ararituaba foram favorecidas.

## A LAVOURA DA CANA DE AÇÚCAR

Os fazendeiros da região entusiasmados com o surto comercial e com a alta dos preços no mercado externo, resolveram aplicar capitais na

(5) TAUNAY, Afonso de Escragnoille. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo, Edição do Museu Paulista, tomo 10, 1949, pp. 180-181.

(6) Id. p. 181.

(7) Juzarte, Theotonio José. *Diário da Navegação do Rio Tietê, Rio Grande, Paraná e Rio Egatemi*. Anais do Museu Paulista, tomo primeiro, 1922, p. 44.

ampliação das lavouras e dos engenhos<sup>8</sup>. Era tal a pujança açucareira de Ararituaba que "...em 1798 havia aí 40 engenhos produzindo 23.280 arrobas de açúcar e em 1799, os 46 engenhos arrolados produziam 30.672 arrobas. Em Porto Feliz essa lavoura pode ser considerada uma expansão de ituana. Gente de Itu, à procura de novas terras, levou o interesse pela lavoura canavieira à antiga Ararituaba induzindo inclusive, os primitivos moradores a plantar cana<sup>9</sup>". O transporte do açúcar produzido era realizado por tropas de mulas para São Paulo e para o porto de Santos.

A 13 de outubro de 1797 durante o governo de Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, Ararituaba foi elevada à Vila com o nome de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Porto Feliz. Ao justificar a medida, assim se expressou o governador: "Atendendo a justa representação que fizeram os moradores da freguesia de Ararituaba, termo da Vila de Itu, para que a mesma freguesia fosse criada a ereta Vila, e isto não só pelo fundamento de haver nela três mil e seis pessoas de confissão, como atesta a informação do respectivo pároco, mas também por ser um Porto freqüentado de comerciantes das minas de Cuiabá e Mato Grosso, e de diferentes expedições de sua Majestade para os vastos sertões, que decorrem da mesma freguesia até a fronteira da cidade do Paraguai da América Espanhola, tendo por isso toda a capacidade e disposição para vir a ser em poucos anos umas das vilas opulentas desta Capitania (...) faça erigir a sua Povoação em vila, denominando-a Vila de Porto Feliz levantando ali Pelourinho (...) São Paulo, treze de outubro de mil setecentos e noventa e sete. Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça<sup>10</sup>".

O Auto de Ereção foi lavrado a 19 de dezembro de 1797 perante o Ouvidor-Geral, a Câmara Municipal de Itu e demais pessoas presentes. O governador escolheu para os cargos de capitão-mór e sargento-mór da nova Vila, respectivamente Francisco Correa de Moraes Leite e Antonio José de Almeida.

A 1º de janeiro de 1798, foi solenemente instalada a primeira Câmara Municipal de nova Vila, a qual num ofício dirigido ao capitão-geral Castro e Mendonça pede a nomeação de um tabelião e muita provisão de sal, dada à falta deste produto.

## INÍCIO DO SÉCULO XIX E DECADÊNCIA

Os primeiros sinais desanimadores na produção de açúcar começam a surgir quando no início do século XIX, com a concorrência dos

(8) SOUZA, Jonas Soares de. O Centenário do Engenho Central de Porto Feliz. Coleção Museu Paulista, Série História, vol. 7, 1978 p. XVII.

(9) PETRONE, Maria Thereza Schorer — A lavoura canavieira em São Paulo. São Paulo, Edit. Difusão Européia do Livro, 1968, p. 49.

(10) Documentos Interessantes para a História de São Paulo, vol. III, 3ª edição, 1913, pp. 30-31.

mercados internacionais, especialmente Cuba e do alto consumo de beterraba nos países europeus, sobrevém uma grave crise econômica fazendo com que os preços caiam assustadoramente. Tanto é verdade "...que na década de 1820 era o nosso principal produto contribuindo com 30,1% do valor total das expressões brasileiras, na década de 1830 foi sobrepujado pelo café, que representou 43,8% de nossas exportações, aparecendo em segundo lugar com 24%<sup>11</sup>.

Com técnicas ultrapassadas, os engenhos de Porto Feliz começam a sentir os efeitos da crise, ocasionando insatisfações sociais como, por exemplo, a revolta dos escravos em 1809, a ponto do capitão-mór da Vila solicitar providências ao capitão-general Franca e Horta.

No segundo decênio do século XIX, Porto Feliz já começava a mostrar visíveis sinais de decadência, como bem demonstram de Spix e Martius quando ambos visitaram a Vila, em 1817: "porto, que nada mais é senão uma bahia livre de bosques e pedras e agora mesmo nada mostra a não ser algumas canoas varadas em seco em matéria de commercio e actividade"<sup>12</sup>. As viagens fluviais tornam-se raras, sobretudo após a Independência, desaparecendo completamente por volta de 1838, a ponto das viagens começarem a partir de Piracicaba. Uma epidemia de febre tifóide grassou neste ano em Porto Feliz, "...deixando poucos sobreviventes entre os últimos mareantes e pilotos de Porto Feliz"<sup>13</sup>.

Apesar de ser elevada à categoria de cidade, em 1858, Porto Feliz não apresentava todo o progresso de antigamente. De passagem pela cidade, dois anos mais tarde, Augusto Emilio Zaluar, viajante português, observou que "...este nome ( Porto Feliz ) está diametralmente em oposição com o estado lastimável decadência a que tem chegado esta povoação ( ... ). Acreditamos por conseqüência, que, entre as causas do seu atraso, além da primeira, que é a falta de braços, se deve assinalar, como uma das mais dignas de atenção, a nova direção que tomaram as Monções para Cuiabá e Mato Grosso, que dantes se faziam por este ponto e seguiam pelo rio Tietê"<sup>14</sup>.

Concluindo, podemos dizer que Porto Feliz, a partir da segunda metade do século XVIII e até o primeiro decênio do XIX, teve sessenta anos de esplendor, para depois decair<sup>15</sup>. Sem ser uma cidade morta, como diria Monteiro Lobato, ela não demonstra, porém, todo o fastígio econômico-social que viveu em épocas passadas.

(11) Souza, Jonas Soares de — *Op. cit.* p. XXI.

(12) J. B. von Spix e C.P.P. von Martius. *Viagem pela Capitania de São Paulo (1817/1818)*, Revista do Museu Paulista, série Antiga, volume XVI, 1929, pp. 171-172.

(13) Holanda, Sérgio Buarque de — *Op. cit.*, p. 69.

(14) Zaluar, Augusto Emilio. *Peregrinação pela Província de São Paulo: 1860-1861*; prefácio de Mario Guimarães Ferri. São Paulo, Edit. Itatiaia, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 177.

(15) Somente com a instalação do Engenho Central, em 1878, a cidade teve novo alento no seu desenvolvimento econômico.

## ESCOLAS AMERICANAS DE CONFISSÃO PROTESTANTE NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

Maria Lúcia S. H. Barbanti  
( Unesp – Araraquara )

Este artigo estuda a questão do aparecimento e êxito, na Província de São Paulo, de escolas americanas de confissão protestante, integradas ao restrito número dos estabelecimentos que então ministravam um ensino “renovado”.

A situação do ensino público paulista na segunda metade do século XIX evidenciava, apesar das inúmeras tentativas de reforma empreendidas, a permanência dos vícios tradicionais do período colonial: ensino avulso, incompleto, não seriado, não formativo, evasão de professores e alunos. Iniciativas enriquecedoras de ampliação da função social da escola e de renovação de suas características didático-pedagógicas virão do setor privado, que oferecerá, para alunos de ambos os sexos, cursos seriados, regulares e simultâneos de nível elementar e secundário, estruturados para atender às exigências de melhor formação em termos pessoais e profissionais. Dentre essas escolas, as americanas de confissão protestante serão apontadas desde seu aparecimento, nos inícios da década de 1870, como símbolo dessa mentalidade renovadora. As condições da época lhes pareciam bastante adversas, pelo fato do catolicismo, religião oficial do império, experimentar um movimento local de contra-reforma, sob a ação pastoral do bispo paulopolitano D. Antonio Joaquim de Melo, e pela inspiração européia do sistema de ensino. Contudo, contrariamente, ao que sucedeu com outros estabelecimentos que também ousaram oferecer um ensino de melhor qualidade e logo cerraram suas portas, as escolas americanas de fé protestante floresceram ao longo dos anos, sem interrupção de suas atividades. Que razões facilitaram a atuação pedagógica protestante em São Paulo?

A liberdade de ensino instituída na Província de São Paulo, de fato e de direito, pela lei nº54, de 15 de abril de 1868, parece ter sido um dos fatores que garantiram a atuação inovadora das escolas confessionais mantidas por entidades americanas de fé protestante. A instalação desses colégios satisfazia às tradições liberais mais caras à Província de São Paulo: irrestrito apoio à iniciativa privada, defesa do ensino livre, defesa da tolerância religiosa. Por outro lado, nos meados do século XIX, não havia em São Paulo ensino confessional católico e mais, a educação religiosa e moral, exigida nas escolas públicas e particulares pela legislação, era

habitualmente descuidada, provavelmente devido à tradição de anti-clericalismo e regalismo da Província. A reação da igreja católica local a essa situação, desencadeada por D. Antonio de Melo com a fundação do Colégio Patrocínio, de Itu, e do Seminário Episcopal, de São Paulo, veio a se constituir pelo seu caráter tridentino e ultramontano, numa provocação à mentalidade liberal, estimulando indiretamente a aceitação de protestantes e suas escolas.

A presença regular de protestantes americanos na Província de São Paulo data da década de 60. Têm suas raízes na vinda de sulistas, nos anos da Guerra de Secessão, e na ação missionária das denominações protestantes americanas na América Latina.

O protestantismo não era desconhecido no Brasil. A presença de colonos alemães e suíços foi responsável pela organização, entre 1824 e 1874, de cerca de 40 igrejas evangélicas que, no entanto, não se empenharam em atividades missionárias. Foram as igrejas norte-americanas que se interessaram em propagar seu culto no Brasil. Na década de 30, os metodistas enviaram para cá pastores e colportores com a dupla intenção de assistir americanos e ingleses aqui radicados e investigar as possibilidades de abrir frentes de trabalho evangélico. Na década de 60, a Igreja Presbiteriana retomou a iniciativa missionária. Os pastores Blackford, Simonton, Schneider, Chamberlain, Morton e Lane atuam na Corte e na Província de São Paulo, fundando igrejas e abrindo pequenas escolas. Em 1855 não havia protestantismo fora das colônias; em 1869, a denominação presbiteriana contava com 6 igrejas e 279 membros. A presença desses protestantes foi, sem dúvida, facilitada pelas transformações ocorridas no setor jurídico, regulando questões de casamento, sepultamento, liberdade de culto e de consciência entre os acatólicos. A aprovação dessas medidas, à partir da década de 60, refletia não só a necessidade de assegurar a vinda de trabalhadores livres, disponíveis em países protestantes, mas também a tolerância e o liberalismo dos líderes provinciais.

A existência desses dispositivos legais e dos núcleos presbiterianos do Rio e de São Paulo provavelmente chamou a atenção dos americanos, principalmente sulistas, que queriam emigrar dos Estados Unidos, nos tormentosos anos da década de 60. Havendo igrejas, haveria também escolas, o que era um estímulo adicional à vinda para o Brasil, uma vez que, no protestantismo, estão estreitamente associadas a formação religiosa e a escolar. Além da possibilidade de disporem de seus próprios serviços religiosos e pedagógicos, os imigrantes americanos deparavam com atrativos de ordem sócio-econômica, oferecidos sobretudo pela Província de São Paulo: terra abundante, clima ameno, semelhança de paisagens com a terra natal, produtos familiares, escravos, e principalmente, grande interesse pela cultura do algodão, em que eram especializados.

Autoridades políticas e intelectuais brasileiras de linha liberal, como Tavares Bastos, manifestaram grande interesse pela vinda de norte-americanos, pois, eram vistos como possuidores de práticas sociais progressistas. Em 1866, Quintino Bocaiúva chefiava, em Nova York, um escritório para recrutar imigrantes. Nesse mesmo ano, o Presidente da Província de São Paulo, em seu Relatório à Assembléia Provincial declarava esperar que da Guerra Civil Americana resultasse corrente de emigração para São Paulo, pois, já havia recebido três comissões, vindas para avaliar as terras e demais condições. A maior parte dos que emigraram estabeleceram-se depois de uma tentativa malograda no litoral, em Santa Barbara, na zona de Campinas, região que oferecia terras próprias para o plantio de algodão e fácil escoamento do produto, por ser cortada pelos trilhos da estrada de ferro.

Os missionários logo começaram a atuar entre os compatriotas mas, ficaram desanimados com o desinteresse pelas obras religiosas. Os imigrantes não deram um único pastor para as igrejas reformadas no Brasil. Em compensação, enviaram seus filhos como alunos, ou foram professores, das escolas que as missões fundaram. No decorrer dos anos de ação catequética, o apoio que os sulistas proporcionaram aos pastores, e vice-versa, passou a ser exercido mediante as atividades pedagógicas. Para ambos os grupos, a fundação de escolas representava uma resposta às suas necessidades.

No caso dos imigrantes, as escolas fundadas pelas missões protestantes vinham satisfazer às suas exigências de educação escolar em instituições privadas. Os sulistas não aceitavam bem o princípio da educação pública, defendido no Oeste e Norte dos Estados Unidos. Nos primeiros tempos, os próprios pais se encarregaram de ensinar aos filhos, cuidando para que não abandonassem os hábitos da leitura e escrita. Quando se fixaram, construíram em suas propriedades salas especiais, nos moldes das "Little Red School Houses" sulistas, e contrataram professores americanos para lecionarem às suas crianças. A liberdade de ensino existente na Província, possibilitou-lhes o ensino das primeiras letras em inglês, segundo os métodos tradicionais da mãe-pátria. Quando terminavam a escola elementar, meninos e meninas eram enviados para completar os estudos secundários nos colégios dos missionários: o Internacional, de Campinas, a Escola Americana, de São Paulo, o Piracicabano, de Piracicaba, entre outros. A educação escolar representava também um dos mais importantes meios de subsistência para os membros adultos da colônia, principalmente das moças, que desenvolviam ainda atividades paralelas ao magistério elementar e secundário, o preceptorado, e a manutenção de pensionatos.

Podemos dizer pois, que as tradições culturais e pedagógicas dos sulistas emigrados concorreram para o aparecimento e êxito dos

colégios protestantes na província de São Paulo. Mas, outro motivo deve ser apontado: aquele que se refere às razões pelas quais os missionários americanos se ligaram aos colégios. Mais pragmático que teológico, o protestantismo americano apoiava a forma indireta de evangelização, que se utiliza de instituições para-eclesiásticas como os colégios, tanto quanto a forma direta, que resulta da difusão da palavra evangélica. Os batistas mostraram-se interessados apenas na evangelização direta, vindo a estabelecer seu primeiro colégio em São Paulo somente nos inícios do século XX. Mas, presbiterianos e metodistas acreditavam que uma pessoa seria levada a adotar o protestantismo se ficasse convencida da superioridade da vida cultural e social americana, da civilização que dele resultara, tal como era transmitida pela "atmosfera" dos colégios. A difusão da instrução tornava-se assim, para eles, um alvo tão importante quanto a propagação da mensagem evangélica. A Igreja Metodista do Sul manteve pelo seu Woman's Board of Mission, o Piracicabano, mas desenvolveu largamente também a forma direta de ação catequética mediante um ativo serviço de distribuição de Bíblias e folhetos, de pregações públicas e propaganda pelos jornais. A Igreja Presbiteriana do Sul manteve o Internacional e outros colégios como eficientes auxiliares na difusão do evangelho, mas, foi sobretudo a Igreja Presbiteriana do Norte que sempre se apresentou como um tradicional reduto da modalidade de evangelização indireta, promovendo uma política educacional de manutenção de grandes colégios e de apoio às iniciativas renovadoras do poder público. Essa posição foi bem representada pela atuação de Horace M. Lane que, enquanto diretor da Escola Americana e do Mackenzie College se mostrou bastante sensível aos problemas pedagógicos ( talvez mais que aos religiosos ) desses colégios, oferecendo também constante colaboração à escola pública paulista por ocasião das reformas republicanas da década de 1890.

O suporte para a obra educativa foi dado amplamente pelas igrejas-mães americanas, sob a forma de doações avulsas e quantias fixas, enviadas regularmente pelas sociedades missionárias. Os colégios protestantes tinham outras fontes de rendas, como o pagamento pelo ensino ministrado, venda de livros religiosos, lições e música, etc. mas, quase sempre era o dinheiro enviado dos Estados Unidos que fazia a receita exceder às despesas.

O êxito social e pedagógico dessas escolas foi indiscutível. Há inequívocas evidências de que elas, em São Paulo, receberam proteção e apoio dos setores progressistas, que não apenas lhes garantiram clientela, como acolheram suas práticas pedagógicas a ponto de tomá-las como modelos das reformas efetuadas na rede oficial de ensino à partir de 1890.

Uma das razões dessa atitude envolve a consideração de que a aceitação ou rejeição do protestantismo se fazia na medida em que ele era visto como versão religiosa dos ideais liberais e democráticos modernos de

que tanto se orgulhavam as lideranças paulistas da época. O protestantismo era visto como uma religião ativa, enérgica, amiga da propaganda e do trabalho. Na Província de São Paulo, representantes das novas correntes de pensamento — liberais, republicanos, positivistas, cientificistas — vão aproximar-se das igrejas reformadas propagadas pelos pastores americanos e aliar-se a elas na defesa dos princípios da democracia, do individualismo, da igualdade de direitos, de liberdade de consciência e de crença, que acreditavam veicular, bem como fazer frente comum contra o regime monárquico e sua religião oficial. Além da pronta acolhida que lhes dispensaram liberais e republicanos, os protestantes tiveram o apoio dos anti-cleriais e dos maçons. Até o final do século verifica-se, nos meios evangélicos, grande entusiasmo pela causa maçônica. De sua parte, os positivistas, embora combatidos doutrinariamente pelos protestantes, não se recusaram a participar de suas iniciativas educacionais.

Por outro lado, as vanguardas paulistas acreditavam no tipo de ensino que as escolas americanas de fé protestante ministravam, porque eram organizadas segundo o sistema americano, que funcionava como polo de atração, tanto pelos seus aspectos propriamente pedagógicos como pelo seu caráter democrático. Eram vistas como escolas que, pela sua diretriz de ensino prático, científico e comum para todos, ofereciam a possibilidade de formar as novas gerações na prática das qualidades políticas e intelectuais necessárias para se colocar o país à altura do século, enfrentando as graves questões da democracia, liberalismo, cientificismo, laicização da vida pública, formação da mulher, educação popular e outras. Esses estabelecimentos representavam a emergência de um novo cenário para a manifestação dos ideários progressistas, acenando com a esperança de renovação das mentalidades e das práticas sociais e políticas por intermédio das práticas educacionais.

A fundação do Internacional, da Escola Americana e do Piracicabano obedecem aos mesmos padrões. Frentes missionárias com uma igreja e uma escola foram abertas em localidades que eram progressistas, da zona do café, próximas de Santa Bárbara, e centros políticos e sociais de antigos liberais e republicanos. Seus “homens-fortes”, respectivamente Morton, Horace Lance e Madeimoselle Rennotte, tinham um largo círculo de relações que abrangia, além dos compatriotas imigrados, os pastores das demais igrejas reformadas, políticos como os do grupo republicano de Campinas e Piracicaba, e os redatores do **A Província de São Paulo**, órgão que lhes divulgou as idéias, enfim, gente como eles, liberal, republicana, maçom e anti-clerical e crentes no poder da educação científica como instrumento de reforma da sociedade. Foram representantes desses setores progressistas que, pessoalmente, matriculando suas próprias crianças nesses colégios, como Prudente e Manoel de Moraes

Barros, ou neles lecionando, como Rangel Pestana, ou por meio de sua ação na imprensa e no parlamento, demonstraram sua simpatia e seu apoio aos princípios religiosos, políticos e pedagógicos dessas escolas.

Do ponto de vista pedagógico, foram os procedimentos metodológicos, os novos objetivos e as transformações curriculares, além da aparelhagem moderna, que permitiram aos colégios americanos de confissão protestante oferecer um ensino atualizado e eficiente, bem ao encontro das reivindicações das elites provinciais. Funcionavam geralmente em prédios próprios, adquiridos com a ajuda financeira das igrejas-mães, e aparelhados com luz elétrica, campainhas, quadros-negros, mapas, microscópios, e outros materiais não usuais nas escolas brasileiras. O corpo docente era especializado, com a presença de "School Mams", professoras missionárias diplomadas nos Estados Unidos. A preocupação com o ensino das ciências exatas e naturais e suas aplicações práticas é um dos elementos que caracterizam esses colégios como renovados. Madeimoselle Renotte, professora de ciências no Piracicabano, ensinava botânica, zoologia e mineralogia com o auxílio de uma coleção de espécimes que organizara no colégio. Currículos seriados e diversificados, com inclusão de matérias científicas ou profissionalizantes, ministradas em lições curtas e graduadas, aulas simultâneas de matérias diferentes, orientação prática e progressiva dos estudos, emprego do método intuitivo, entendido como observação dos objetos reais nas "lições de coisas", são outros dos principais aspectos do ensino oferecido pelo Internacional, pelo Piracicabano e pela Escola Americana. Algumas das práticas pedagógicas foram diretamente adaptadas do regime escolar norte-americano: co-educação para ambos os sexos, folga semanal aos sábados, ao invés da tradicional quinta-feira, férias longas no verão, e um período mais curto nos meses de inverno, estudo silencioso e individual das matérias, em substituição às lições "cantadas" em coro pelos alunos, deveres de casa, e verificações periódicas da aprendizagem.

Examinando, pois, a questão do aparecimento e êxito das escolas americanas de fé protestante na Província de São Paulo do ponto de vista do significado da presença dessas escolas para a sociedade da época, verificamos que, tanto a aceitação da propaganda protestante quanto a adoção do padrão norte-americano de ensino se revestiram de inegável caráter político. Esse fato implica a aproximação de americanos protestantes e representantes das elites político-culturais progressistas, em busca de apoio mútuo para suas iniciativas. Os líderes que proclamavam lutar pela elevação do país ao nível do século, contra todas as formas de obscurantismo, isto é, pela república e pela ciência, foram os mesmos que, na condição de simpatizantes, adeptos, colaboradores, professores ou alunos se relacionaram com colégios americanos de confissão protestante, que vinham atuando nessa linha, na Província, de São Paulo, desde os

inícios da década de 1870. Nesse quadro, permanecem indissociáveis, — e por fortes razões —, a atuação política e a pedagógica de figuras como Rangel Pestana, Prudente de Moraes, Caetano de Campos, Morton, Horace Lane, Maria Guilhermina L. de Andrade, miss Márcia Browne, miss Martha Watts, Eduardo Carlos Pereira, Gabriel Prestes, Antonio Trajano e Chamberlain, entre outros.\*

---

\*Para as referências, consultar a tese de mestrado: "Escolas Americanas de Confissão Protestante na Província de São Paulo: Um Estudo de suas Origens" (São Paulo: EUSP, 1977) da qual este artigo é uma versão resumida.

## ELISMO E CULTURA HUMANÍSTICA NA VALORIZAÇÃO DO HOMEM

Regina Márcia Moura Tavares

( Profa. titular de Antropologia da PUCCAMP )

Dentro deste tema, gostaria de refletir um pouco sobre dois pontos, os quais, em meu entender, são substanciais para a configuração da questão proposta. São eles: a) a natureza do Homem e o humanismo neste fim de século; e b) os princípios do elismo e as possibilidades de um humanismo militante.

### A – A NATUREZA DO HOMEM E O HUMANISMO NESTE FIM DE SÉCULO

O Homem é um ser inserido em três processos evolutivos, a saber, o Cósmico, o Biológico e o Cultural. Isto significa que habita um espaço interestelar, adapta-se e se perpetua no planeta Terra a partir de dois processos biológicos básicos a mutação e a reprodução tendo, entretanto, em uma propriedade singular a Palavra e o Pensamento Conceitual, sua mais eficiente condição adaptativa, seu maior triunfo para a Sobrevivência. Através dessa característica específica, é um ser social capaz de acumular conhecimentos obtidos através de processos conscientes. Na luta pela sobrevivência as chances do Homem serão sempre maiores quanto mais ampla for a **tradição cumulativa**. No processo evolucionário da vida sobre a Terra a marca do progresso é fundamental, visto como um aumento da complexidade organizacional, o qual no Homem se consolida na maior capacidade de adquirir e organizar o conhecimento, de experimentar emoções e de se esforçar por um objetivo.

A essência do Homem, portanto, define-se na História, concebida como o Tempo. Não é dado apriorístico, mas se consubstancia na Existência. A longa caminhada lhe define o perfil humano, dilata-lhe a consciência, condição básica para um maior controle do meio ambiente e maior independência com relação a ele. O Homem é um “ser-no-mundo”, sem que isto signifique reduzi-lo a um ser meramente mundano, no sentido cristão do termo. Sua transcendência ele a conquista à medida que evolue na construção do mundo em que vive.

No mundo contemporâneo encontramos este Homem projetado na História em busca de sua Verdade, construindo múltiplas facetas de cul-

tura, de herança social, como respostas às suas necessidades básicas e de convívio social, em “habitats” diferentes. Vêmo-lo com muitos fundos de tradição separados, em competição uns com os outros ou mesmo mutuamente hostis. Sabemos que nos últimos 100 anos houve uma aceleração no ritmo da evolução motivada por uma luta de idéias e valores no plano da consciência; mudanças importantes ocorreram a cada decênio. Novas formas de organização social, avanços da ciência e da técnica evidenciam, hoje, o aumento da inteligência estimulada pelos contactos e troca de experiências. Conclui-se, pois, que a chave para o progresso humano será sempre a existência de um fundo comum de idéias, a **tradição cumulativa**, sem que isto signifique o desaparecimento das sociedades individualizadas.

Explicando melhor, poderíamos dizer que o Homem contemporâneo, herdeiro único do processo evolucionário e administrador de qualquer progresso futuro, enriquecerá sua caminhada evolutiva quanto mais souber **somar, sem mutilar**. Somar, mostrando uma certa modéstia, uma sabedoria que acabe de vez com as posições etnocêntricas, tão pobres a ponto de colocarem em jogo a própria sobrevivência da vida sobre o planeta; somar, respeitando as identidades culturais dos povos e compreendendo que o modelo ocidental de desenvolvimento não pode ser generalizado nem no tempo, nem no espaço e que os centros de poder econômico não são os únicos depositários da verdade e da universalidade; somar, percebendo que o desenvolvimento não pode ser mais extensão ao mundo inteiro do saber, do pensar, do estilo de vida ou da vivência de uma única região; somar, assumindo que as aplicações do conhecimento científico não podem orientar-se mais para o proveito e benefício exclusivo de pequenos setores da humanidade; somar, buscando conscientemente a elaboração de um projeto político que possa garantir de forma definitiva esta proposta fraterna, condição “sine qua non” para a sobrevivência das nações no aprendizado comum da existência.

Isto posto, gostaria de ressaltar que o Humanismo que mais se ajusta às características do Homem deste fim de século, e à Cultura por ele criada nas sociedades dependentes de tradição oral e de tradição escrita é bastante diferente do que caracterizou os Humanismos Romano, Renacentista, ou Cristão. Este novo humanismo não se fundamenta na metafísica, mas coloca a Essência do Homem numa perspectiva de conquista no processo de Existência. O compromisso com o respeito mútuo, com a liberdade, com a troca de experiências sem dominação é o único caminho capaz de promover o progresso humano, de fazer surgir a Verdade do Ser, de revelar a sua Essência.

## B – OS PRINCÍPIOS DO ELISMO E AS POSSIBILIDADES DE UM HUMANISMO MILITANTE

Eduardo Dias Coelho, fundador do movimento elista, em seus últimos meses de vida escrevia: “O nosso mundo que deveria ser de paz,

compreensão e harmonia, já quase não existe; vivemos em convulsiva desagregação; há que se criar uma nova era de fraternidade universal". Palavras de quem teve angustia e fé, de quem ousou ter sua utopia e lançou a semente.

O Elos clube que conclama à congregação dos homens, que reconhece na comunidade de língua portuguesa a vocação, para as soluções pacíficas deve ter um compromisso inquestionável com um humanismo militante. Militante, pois que a erudição esvaizada de sentido social é tão agressiva quanto inútil. Este Humanismo, porém, precisa conter a conotação que lhe procurei imprimir, a partir de uma concepção da natureza do Homem e de sua Evolução. O mundo caminha a passos largos, as conquistas da inteligência se avolumam, assim como seus problemas, e, as antigas fórmulas não são suficientes para o equacionamento e a solução das questões inerentes à caminhada do Homo Sapiens neste ocaso de século.

Valorizar o Homem implica assumir plenamente um projeto social e político qualquer que possa garantir a todos o uso comum das conquistas da inteligência, do acervo cultural da humanidade, sem abuso de poder; implica estar alerta e preparado para lutar contra todo e qualquer tipo de discriminação que possa alienar do processo de crescimento um grupo social, uma nação.

Se a língua é a legítima expressão da cultura de um povo, o fato do idioma português estar vivo em várias partes do mundo significa que as criações da gente lusíada estão a resolver problemas adaptativos do ser humano, nestas regiões. Reconhecer este vigor cultural não deve resultar num ufanismo bloqueador da sensibilidade, capaz de provocar o esquecimento do direito inalienável de todos os povos de conquistarem as suas identidades culturais.

Finalizando, gostaria de afirmar minha convicção de que como a comunidade de tradição lusíada teve outrora o desassombro de se lançar ao Mar Tenebroso em busca de soluções para os proplemas da época, não deixará de ser, hoje, o arauto de profundas mudanças que se fazem necessárias nas relações dos Homens e das Nações para o porvir da Paz.

## MADRE MARIA THEODORA VOIRON e o ano de 1985

Roberto Machado Carvalho

Para os milhares de brasileiros, espalhados por todos os rincões do território nacional, devotos e admiradores da grande vida e obra de Madre Maria Theodora Voiron, fundadora da Província Brasileira da Congregação de São José, de Chambéry, no Brasil, o ano de 1985 é muito significativo. Nos últimos dias 6 de abril e 17 de julho, comemorou-se, respectivamente, o sesquicentenário de seu nascimento e os sessenta anos de seu falecimento. Foi em 1859, que uma jovem francesa, Irmã de São José, contando 24 anos de idade, chegou ao Brasil e se entregou, como pioneira e com inextinguível dedicação, à tarefa de instruir, educar e assistir a nossa juventude de então, formando inúmeras mães de famílias e outras tantas vocações religiosas.

Como uma alma eleita pelo Senhor, Madre Maria Theodora foi mais longe na assistência aos brasileiros de São Paulo. Realizou um estafante trabalho de amparo social, abrangendo as crianças filhas de escravas, as órfãs e abandonadas, os pobres, os doentes, os desamparados e os idosos dos asilos. Sua atividade, aliada à fé inabalável no Altíssimo, em Nossa Senhora do Patrocínio e em São José e às fervorosas orações diárias, tornou-a uma Religiosa, ao mesmo tempo, piedosa e realizadora.

Ao falecer em Itu, SP, a 17 de julho de 1925, aos 90 anos, chegava o momento de se transformar em realidade uma de suas muitas máximas: “Coragem, paciência ! Um dia, no Céu, bendiremos a Deus por tudo, principalmente pelo que tivermos feito ou sofrido por seu amor”. Deixava o mundo terreno aquela que, com o transcorrer dos anos, cresceria aos olhos de milhares de brasileiros. Sua grandeza de ação e de alma santificada se impôs. De um lado, as suas excelsas virtudes cristãs, tão bem documentadas na volumosa correspondência que deixou e nos depoimentos de suas contemporâneas, de outro, as suas obras assistenciais, espalhadas em todos os recantos da antiga Província e, após a República, Estado de São Paulo. Desde o antigo centro-oeste paulista e o vale do Paraíba, até as barrancas do Paranapanema no oeste e as proximidades da divisa de Minas ao norte, sem esquecer a baixada santista, plantou, a intrépida fundadora da Missão brasileira da Congregação de São José, de Chambéry, uma obra das mais notáveis que se tem notícia na memória histórica do Brasil.

Iniciando por Itu, em 1859, com a instalação do Colégio “N.Sra. do Patrocínio”, comandou as fundações das Casas de São Paulo (capital), Campinas, Taubaté, Franca, Piracicaba, Jaú, Pindamonhangaba e Santos. Semeou, em todas elas, escolas, orfanatos, asilos e hospitais. Quantos exemplos de paciência, abnegação, coragem, heroísmo e fé, foram dados nesses verdadeiros campos de batalhas.

Não ficou apenas no lançamento das sementes, mas viu crescer as árvores regadas por seu atilado espírito de benemerência, impregnado do profundo desejo de pôr em prática os ensinamentos evangélicos. Promovendo a autêntica justiça social no atendimento aos desprotegidos, Madre Maria Theodora criou, em São Paulo, uma nova mentalidade no campo da assistência social. Compreendendo que o complemento da filantropia é a Educação, disseminou, tal como uma bandeirante, escolas e mais escolas, centros de Educação feminina, numa época de quase total carência nesse campo. Foi pioneira, abriu e alargou caminhos.

Muito antes da preocupação do poder público com o problema — as primeiras escolas primárias oficiais datam, em São Paulo, de 1894 — a notável Provincial realizou, como dissemos, tarefa pioneira. E não foi fácil construir os alicerces de um imenso patrimônio educacional. Daí, a maior grandeza de sua obra. Enfrentando, com lucidez e tirocínio de uma autêntica líder, Madre Theodora foi, aos poucos, afastando os obstáculos de seu caminho. Muitos — numa época em que a Igreja romana possuía declarados inimigos — tentaram dificultar os passos da Educadora. A ordem era incompatibilizá-la com as autoridades da Província, com o Imperador e, até mesmo, com a Casa-mãe da Congregação, em Chambéry, França. Basta lembrar que, uma de suas viagens à Europa, foi feita com o propósito de esclarecer sobre boatos que corriam quanto a uma possível quebra de unidade da Congregação, com a separação da Missão brasileira. Não se conformando com as intrigas, foi, à Provincial Superiora, protestar fidelidade e renovar votos de filial obediência.

Mantendo sempre um espírito forte, resistente às maiores agruras, foi possível à Madre Theodora, com a inestimável colaboração e obediência de suas Irmãs de hábito e após quase setenta anos de vivência no Brasil, realizar sua grande obra filantrópica e educativa, erguida sobre a rocha de sua própria sabedoria: “no cumprimento do dever dar preferência ao que mais custa”.

Nem a paralisia de seus últimos anos de vida — em 1920 sofreu uma queda e, durante cinco anos, viveu amparada em muletas e numa cadeira de rodas — conseguiu abater seu ânimo forte. Suas admiráveis máximas brotaram, então, com maior vivacidade, refletindo, em seus padecimentos, a luz divina do conforto: “Apressemos, com nossas orações e sacrifícios, o reino do Coração de Jesus nas almas. Que este pensamento seja a alavanca

que nos levante acima de nós mesmos e das misérias desta vida”; “Senhor, não vos peço o sofrimento, sabeis de que barro sou feita. Dignai-vos cumprir em mim vossa santa vontade”.

E qual a vontade do Senhor senão corresponder aos desejos dos brasileiros de ver, nos altares, a glorificação de sua primeira SANTA ? As inúmeras graças alcançadas estão aí para indicar a grande e ansiosa expectativa do nosso povo: ver, santificada, nos altares, as relíquias e a imagem da Serva de Deus. Desde 1971 que o Processo Apostólico de Beatificação e Canonização de Madre Maria Theodora encontra-se em Roma. Aguardemos com serenidade, esperança e muitas orações, o pronunciamento final da Santa Sé, quem sabe ainda para este ano da graça de 1985, quando comemoramos aquelas efemérides da nobre vida e obra de Madre Maria Theodora.

## A MULHER, O ÍNDIO E O NEGRO PERANTE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Dirce Leite de Oliveira

Não se faz mister esforço para caracterizar a atual fase de nossa política. A Nação aguarda com ânsia incontida a instalação da Constituinte, e, para a consecução desse desejo, mobilizadas estão todas as forças políticas, sociais e econômicas, enquanto os seus centros de cultura prosseguem nos estudos e debates relativos ao problema constitucional.

O Direito Constitucional pátrio contemporâneo padece de transformações tais que, sem guia seguro, difícil tarefa será para quem quer orientar-se no labirinto das doutrinas, opiniões e ensaios práticos surgidos após 1964, os quais revelam, todos, as mesmas incertezas e a mesma confusão resultantes das condições políticas e econômico-sociais consideradas.

Hoje, deparamos com novas tendências na organização política do país. O direito Constitucional não deve, nem pode viver separado da ciência política. Porém, não pode ceder às paixões ou convicções individuais, nem ao preconceito político, social, racial ou econômico que constitui a dura realidade da opressão e opróbio de um povo sujeito ao regime de força.

O fim visado pelas constituições modernas, delas destacando o traço que as aproxima e filia a um ideal comum, é distinguir seu aspecto formal assinalando a vitória e a consolidação da democracia.

A crise da democracia não é, tão só, um assunto de debate doutrinário, mas, também uma grave realidade política.

Verifica-se a crise ou a falência da democracia, onde ela não tem existência real: é a pseudoo-democracia. Daí sua incapacidade para a solução dos graves problemas sociais que preocupam o país.

Progresso científico, industrial, artístico, etc., é o espetáculo que nos depara a história; e ainda, não obstante recuos e desfalecimentos, épocas de corrupção e a supervivência até hoje de injustiças sociais clamorosas, não há negar que também nos revela a história as conquistas morais do homem, a compreensão maior de certas idéias superiores, a tendência mais e mais acentuada para a organização democrática dos povos, o fato eloqüente enfim de provocarem as violações dos direitos e a

opressão dos fracos pelos fortes um sentimento crescente de repulsa e brados de indignação cada vez mais enérgicos, e não raro, eficazes.

Creemos, que a movimentação política ora desenvolvida no país contém, em si, os elementos da nova consciência cívica brasileira, mediante a qual o Brasil logrará alcançar sua estabilidade política.

As tendências sociais são ligadas à tendência geral da racionalização do poder do Estado moderno, e esta tendência à racionalização é uma tendência progressiva fundamental do Direito Constitucional moderno.

Mostram-nos a História e o Direito todas essas grandes lutas ideais que são apanágio exclusivo do homem, único animal político, filosófico e religioso, a quem preocupam os mistérios do Universo, os terríveis problemas das origens e dos destinos.

As idéias democráticas vão-se implantando, mas não se pode negar que na sociedade contemporânea ainda existem muitos males, nem desconhecer os pontos difíceis que apresenta em nossos dias a solução do problema social.

A questão social deve ser estabelecida perante a Assembléia Nacional Constituinte e perante a consciência política dos partidos. É uma questão preponderante na elaboração da nova Constituição Brasileira, que deve criar um mínimo de condições jurídicas que permitam assegurar a independência social do indivíduo e de um modo particularmente marcante no sistema de proteção dos direitos dos que têm sido de alguma forma discriminados, embora veladamente: a mulher, o índio e o negro.

Os absurdos preconceitos (raça, cor e sexo) são evidentemente, abominável herança colonial, que se constituiu numa estratégia ideológica, cuja finalidade é manter a mulher, o índio e o negro na condição de humilhante inferioridade, ou melhor, de submissão.

As formas peculiares com que a sociedade brasileira contorna essa situação têm causado não poucas tensões sociais e raciais.

Essa atitude de desprezo até mesmo dos elementos intelectuais, morais e espirituais da personalidade humana, além de ilegal é anti-cristã.

Relegar a mulher, o índio e o negro a um plano secundário, despindo-os de seus mais elementares direitos é inconcebível, porque a própria dignidade da vida perece. Aliás, eles estão conscientes da realidade de sua situação em relação à injusta desigualdade que lhes foi imposta pela sociedade brasileira.

Já não é possível, em nossa época, afrontar com arrogância as grandes conquistas humanas da liberdade e da igualdade.

Para romper toda essa vergonhosa situação há, hoje, disseminados pelo Brasil, importantes movimentos de consciência crítica e de oposição a todo e qualquer preconceito ou discriminação à espécie humana.

Esse estado de coisas não deve, nem pode permanecer e exige uma proteção mais forte, mais incisiva.

O caminho certo, e evidentemente mais seguro no sentido da maior extensão do seu poder é o da Assembléia Nacional Constituinte, perante a qual os representantes da mulher, do índio e do negro farão reivindicações, visando eliminar de vez o terrível drama social que vivem.

## AMADURECIMENTO E TRIUNFO DA IDÉIA DAS ELEIÇÕES DIRETAS NO OCASO DO IMPÉRIO

Maria Regina Boppné

### Antecedentes: Eleição Indireta "Burla e Sacrilégio"

O estabelecimento das primeiras eleições diretas no Brasil, já no ocaso do Império, foi resultante de vários fatores. Por ela, há muito, já se debatiam, quando no poder, os **liberais** e os **conservadores**. Ambos se pareciam tanto, que o conceito de Holanda Cavalcanti era verdadeiro: não há nada mais parecido com um **saquarema** (conservador) do que um **luzia**<sup>1</sup> (liberal) no poder."<sup>2</sup>

Já nos referimos, anteriormente, que a idéia de reforma do sistema eleitoral estava intimamente ligada a outra reforma, a da Constituição. Sem ela, não era possível a introdução do voto direto no Brasil. "(...) aliás, bastaria, para quem pensasse diversamente, ler o artigo 90 da constituição (...) que as nomeações serão feitas por eleições indiretas, elegendo a massa dos cidadãos ativos em assembléias paroquiais os eleitores de província, e estes, os representantes da nação e províncias."<sup>3</sup>

No jornal nº 59 do Diário de Pernambuco,<sup>4</sup> há uma observação interessante, baseada nos exemplos "**tirados do que se passa nas atuais eleições indiretas entre nós**". Não obstante ser o artigo, em toda a sua essência, muito bem escrito e pitoresco, vamos nos limitar ao que nos pareceu mais substancial. Diz o publicista: "Aqueles a quem, como nós, tiver sucedido de ir em viagem para seus negócios em dias de eleição, reparando como simples observadores, mais ou menos filosóficos, no que viam em caminho (...), hão de confessar que em todos os tempos, e

(1) **Luzias e Saquaremas**: facções políticas do Segundo Reinado. Surgiram em 1842, depois da Revolta dos Liberais, derrotados pelo então Barão de Caxias ( 20-08-1842 ) no encontro de Santa Luzia ( MG ): daí o nome de **luzias**, por que passaram a ser conhecidos. Os liberais, por seu turno, chamavam os conservadores de **saquaremas**, designação derivada de vila de Saquarema ( RJ ) onde possuía a fazenda de Monte Alegre o Visconde de Itaboraí ( Joaquim José Rodrigues Torres — pres. do Conselho Minist. em 1852 e 1868 ) grande prócer do partido. ( Cf. Dicionário de Hist. do Brasil, org. Brasil BANDECCHI, Odilon N. Matos et alii ).

(2) José Honório Rodrigues. *Conciliação e Reforma no Brasil. um desafio histórico-cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1982, p. 12.

(3) Sérgio Buarque de HOLANDA. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1975, v. 5. p. 177.

(4) Antonio Herculano de SOUZA BANDEIRA et alii. *Reforma Eleitoral. Eleição Directa*. Recife, Typografia Universal, 1862, pp. 8-9 ( o grifo é nosso ).

qualquer que fosse o partido dominante, só duas ordens de fatos se apresentavam à sua observação, dando ambas o mesmo resultado final, mas diversificando nos meios. Toda a diferença provinha de ser ou não disputada a eleição. Nas freguesias, onde a eleição não era disputada, ou a matriz estava fechada e os mandões da localidade (...) estavam distribuindo os supostos votos da freguesia em suas casas, ou se **pró formula** a matriz estava aberta, e o viajante tinha curiosidade de se aprear e entrar na Igreja, achava-a vazia e apenas enxergava, a custo, lá perto do altarmór, meia dúzia de indivíduos, que estavam parodiando a eleição, chamando por indivíduos manifestadamente **ausentes**, respondendo por todos eles nesse deserto um só e único **guerrilheiro** eleitoral, cuja resposta constante de presente, cinicamente aceita pelos supostos mesários, convertia o solidário **guerrilheiro** em votante universal da freguesia. Concluída a farsa eleitoral, ordinariamente em muitas poucas horas, procediam os mandões à distribuição daqueles votos pelos seus parentes, amigos, moradores, mestres de açúcar, feitores, etc., dava-se por ser concluída a farsa — farsa ridícula e, ao mesmo tempo, profundamente imoral, nociva à sociedade e até **sacrílega**, por ser feito na Igreja.”<sup>5</sup>

O mesmo autor, depois da defesa do voto direto, baseando-se sobretudo na Lei Eleitoral da Bélgica<sup>6</sup>, decretada em 1831 e modificada em 1848, denunciando a “corrupção da nossa história eleitoral”, quando em vários países já eram realidade as eleições diretas, documentou: “No ano de 1840, a freguesia do Saboeiro forgiou uma lista de mil e duzentos eleitores, quando havia na província toda apenas oitocentos. Com aquela lista, elegeu **todos** os deputados.”<sup>7</sup>

Não obstante o nosso interesse em não nos alongarmos, não pudemos deixar de registrar o que se publicou, em matéria de “trapaça eleitoral”, ocorrida na década de 40 (1840):

“Uma das trapaças eleitorais mais astutas, e que a não ser a impiedade que denota, provocaria o riso, foi a que se deu em uma das freguesias do norte, no tempo em que as urnas não tinham guarda de noite e ficavam trancadas nas matrizes (...)

Certo vigário, grande partidista, reconheceu que pelas listas que estavam na urna, tinha perdido a eleição.

Conferindo com os seus correligionários a este respeito, assentaram em comprar um homem, **que se fingisse de morto**, e fosse levado à matriz, já à noitinha(...) para ser encomendado e enterrado. Com efeito, última dos trabalhos eleitorais daquele dia, veio para a matriz o **fingido defunto, devidamente amortalhado**.

O honrado vigário encomendou com a maior seriedade o seu **guerrilheiro eleitoral** e disse que, sendo já tarde, ficaria para ser enterrado no dia seguinte.

(5) Op. cit., pp. 8-9 ( o grifo é nosso ).

(6) Op. cit., ver apêndice pp. 551-561.

(7) Op. cit., pp. 89-90.

Pela manhã, vindo os mesários continuar os trabalhos eleitorais, **não encontraram a urna** e, dando busca pela matriz, só acharam os restos da mortalha despedaçados, porque o suposto defunto também tinha desaparecido por uma janela que ficara aberta.”<sup>8</sup>

Complementando o tema acerca das eleições indiretas, caracterizadas por **burlas funestas, desvergonha, sacrilégio**,<sup>9</sup> etc., não fugimos à tentação de transcrever alguns comentários do trabalho de Dr. José Antônio de Figueiredo, publicado no Diário de Pernambuco (1861): “(...) Corromperam o cidadão (...) corrompiam ao mesmo tempo o homem! Riram da sua fragilidade, degradaram o votante primário ou o eleitor e não viam que degradavam também o homem, que não podia ficar puro quando o cidadão já não o estava! **Violentaram o voto popular; mercaram-no nas igrejas e colégios eleitorais, à face de Deus e dos homens**, e queriam que o homem, acostumado a vender o que, por sua natureza, não é comerciável, e nem um direito seu, e **sim um tremendo dever político**, não vendesse também com a mesma facilidade o depósito, a confiança, honra (...) Porque recuaria ele de vender o seu crédito pessoal (...), **quando não temia vender a fé do cidadão, o seu dever político nos templos do Santo dos Santos!** (...) Imprevidentes! não quiseram compreender que as relações políticas estão estreitamente ligadas com as relações morais e religiosas (...). Onde não há moral política, não pode haver moral privada, que o vício das instituições políticas invade e penetra toda a sociedade, corrompendo a natureza do homem, vindo este a receber a morte das mesmas instituições, destinadas a conservá-lo e a torná-lo mais feliz. (...) Chegou a tal estado de corrupção e miséria, que assim o descreveu o eloquente (...) parlamentar Sr. Conselheiro Salles Torres Homem, na sessão de 25 de junho deste ano (1861): — o que é o direito eleitoral? (...) O que é, na prática, ainda uma vez, esse seu direito? É a faculdade de ser corrompida a dinheiro pelas facções, de ser estimada pelos subalternos, ou arrastada pelos potentados das localidades (...) que tornam cada eleição um tremendo cataclisma, perturbando, ensanguentando e desmoralizando o país.” E, continua o autor do artigo, “tais verdades dispensam comentários. **Tal tem sido o passado do nosso regime eleitoral; o futuro corresponderá ao seu passado.**”<sup>10</sup>

Tal asserção nos lembra as palavras do eminente historiador José Honório Rodrigues, quando afirma ser imperativo o “reexame do passado, desfazendo mitos, tendo o senso da falência da tradição e mostrando a necessidade da ousadia e da novidade na concepção política do presente e futuro” e, citando Collingwood, **diz que a tarefa do historiador é revelar os aspectos menos óbvios da situação presente,**

(8) Ibid. ( o grifo é nosso ).

(9) Op. cit., passim.

(10) Op. cit., pp. 139-141 ( o grifo é nosso ).

Pela manhã, vindo os mesários continuar os trabalhos eleitorais, **não encontraram a urna** e, dando busca pela matriz, só acharam os restos da mortalha despedaçados, porque o suposto defunto também tinha desaparecido por uma janela que ficara aberta.”<sup>8</sup>

Complementando o tema acerca das eleições indiretas, caracterizadas por **burlas funestas, desvergonha, sacrilégio**,<sup>9</sup> etc., não fugimos à tentação de transcrever alguns comentários do trabalho de Dr. José Antônio de Figueiredo, publicado no Diário de Pernambuco (1861): “(...) Corromperam o cidadão (...) corrompiam ao mesmo tempo o homem! Riram da sua fragilidade, degradaram o votante primário ou o eleitor e não viam que degradavam também o homem, que não podia ficar puro quando o cidadão já não o estava! **Violentaram o voto popular; mercaram-no nas igrejas e colégios eleitorais, à face de Deus e dos homens**, e queriam que o homem, acostumado a vender o que, por sua natureza, não é comerciável, e nem um direito seu, e **sim um tremendo dever político**, não vendesse também com a mesma facilidade o depósito, a confiança, honra (...) Porque recuaria ele de vender o seu crédito pessoal (...), **quando não temia vender a fé do cidadão, o seu dever político nos templos do Santo dos Santos!** (...) Imprevidentes! não quiseram compreender que as relações políticas estão estreitamente ligadas com as relações morais e religiosas (...). Onde não há moral política, não pode haver moral privada, que o vício das instituições políticas invade e penetra toda a sociedade, corrompendo a natureza do homem, vindo este a receber a morte das mesmas instituições, destinadas a conservá-lo e a torná-lo mais feliz. (...) Chegou a tal estado de corrupção e miséria, que assim o descreveu o eloquente (...) parlamentar Sr. Conselheiro Salles Torres Homem, na sessão de 25 de junho deste ano (1861): — o que é o direito eleitoral? (...) O que é, na prática, ainda uma vez, esse seu direito? É a faculdade de ser corrompida a dinheiro pelas facções, de ser estimada pelos subalternos, ou arrastada pelos potentados das localidades (...) que tornam cada eleição um tremendo cataclisma, perturbando, ensanguentando e desmoralizando o país.” E, continua o autor do artigo, “tais verdades dispensam comentários. **Tal tem sido o passado do nosso regime eleitoral; o futuro corresponderá ao seu passado.**”<sup>10</sup>

Tal asserção nos lembra as palavras do eminente historiador José Honório Rodrigues, quando afirma ser imperativo o “reexame do passado, desfazendo mitos, tendo o senso da falência da tradição e mostrando a necessidade da ousadia e da novidade na concepção política do presente e futuro” e, citando Collingwood, **diz que a tarefa do historiador é revelar os aspectos menos óbvios da situação presente,**

(8) Ibid. ( o grifo é nosso ).

(9) Op. cit., passim.

(10) Op. cit., pp. 139-141 ( o grifo é nosso ).

ocultos aos olhos descuidados. A visão retrospectiva deve servir, então, para mostrar que certas feições características de nossa história **não são nem assessórias nem fortuitas, pois estão enraizadas no nosso passado**".<sup>11</sup>

A Intervenção do Governo nas Eleições: "Voto Livre ? ...  
Quem o crerá ! !"

Defendendo a eleição direta, o Dr. Pedro Autran de Malta Albuquerque, publicou no Diário de Pernambuco, as suas reflexões, no ano de 1861, por considerá-la "como o único meio de pôr termo às desordens que se davam com as eleições indiretas que só favoreciam os interesses de alguns, com desproveito notório do bem geral. "Chama atenção o que ocorre na eleição direta e indireta, o eleitor **primário dá o secundário**; mas o primário procede da vontade da lei. Se a lei é, pois, definitivamente a fonte do direito político eleitoral, por que razão não o há de colocar logo na altura mais conveniente ao bem estar social? A eleição indireta consome tempo ao eleitor primário e secundário; a direta economiza tempo, porque há uma só eleição. Em suma, a **eleição direta é a ilustração, a virtude e a independência** intervindo no governo da sociedade em proveiro de todos; e a indireta, a intervenção da capacidade e das paixões em proveito dos prepotentes, ou dos demagogos, com desproveito social".

Sobre a intervenção do governo na eleição e a prevenção dos meios de corrupção, assinalou que: "não basta (...) que o sistema eleitoral seja organizado (...) para se colher o bem da sua instituição, outras garantias são necessárias: — a não intervenção do governo na eleição — a remoção dos meios de corrupção. (...) quase todos os governos têm entendido que as eleições lhes devem ser subordinadas, a fim de afastarem os embaraços que uma oposição sistemática lhe pode trazer (...), influndo na eleição, não só perverte o sistema constitucional, como se desnatura (...) dizemos que se desnatura, porque o governo não é **partido**, mas **poder**, que administra os interesses gerais e propõe ao corpo legislativo (...), o que lhe parece de conveniência. Que os **partidos** tenham seus órgãos no parlamento, parece-nos racional, porque da discussão das opiniões é que pode sair a verdade social. Mas que o governo os tenha de prevenção, é absurdo; porque se o governo é **poder** e não **partido**, que lhe importa o triunfo desta ou daquela opinião do parlamento? (...) A abstenção do governo nas eleições é, pois, uma condição imposta pela mesma natureza do sistema representativo que, sendo degenerado, é pior que o **despotismo**, porque este não engana, pois é de sua natureza **opressor**; mas o sistema representativo corrompido produz os males do despotismo (...). Os abusos multiplicam-se; a opressão mantém-se com as formas da liberdade política.

(11) J.H. RODRIGUES, *Conciliação...*, p. 17. ( o grifo é nosso ).

Não só é necessário que o governo se abstenha de influir nas eleições, senão que os eleitos não possam pagar com as graças do governo os serviços recebidos dos eleitores. O meio usual de apelar o interesse privado dos eleitores é a promessa de empregos. Se houvesse, porém, uma lei que regulasse a promoção de empregos; se eles não fossem providos sem a informação prévia dos chefes das repartições; se as distinções honoríficas estivessem ligadas por lei a um certo número de anos de bons serviços públicos (...), tomadas estas precauções a fim de impedir a corrupção do eleitor, é também conveniente prevenir a do eleito (...), por uma lei que declarasse incompatível com o cargo de representante da nação todo o emprego permanente (...). É de absoluta necessidade que os empregos e as honras, instituídas para o bem comum, não sejam negociáveis entre o candidato e o eleitor, nem entre o governo e o eleito. São estas as garantias indispensáveis para completar um bom sistema eleitoral (...). A principal é o **civismo** (...), o amor da população em geral ao bem público, **porque, se faltar este amor, a eleição, ainda que direta, não preencherá o seu fim (...)**"<sup>12</sup>

Mais ou menos cinco anos antes desta publicação (1861), em **Santa Catarina**, o jornal ARGOS, de 31 de outubro de 1856, publicou sob o título: **Voto livre! ... Quem o crerá!!!**, um interessante texto, manifestando que os catarinenses não permaneciam insensíveis à problemática suscitada.

Por considerarmos esta argumentação, compatível com o exposto acima, transcrevemos alguns trechos que nos parecem fundamentais:

"Digamos algumas palavras sobre essas idéias de voto livre. Não podemos compreender bem o que seja o voto livre no Império do Brasil, com especialidade nesta terra onde habitamos. É certíssimo que os votantes cidadãos são livres, pois que a constituição exclue do exercício desse direito político ao escravo; mas os escravos não são livres, são sujeitos. Vejamos se podemos sustentar esta asserção com razões talvez indestrutíveis. Para haver voto livre (tomada no rigor de sua acepção) seria indispensável que a massa dos cidadãos votantes fosse independente, mas isto é o que não vemos, consideramos tão impossível como, falando geometricamente, formar um ângulo de duas paralelas; logo onde não pode existir independência não pode haver liberdade de consciência (...)

Serão livres os votos dos guardas nacionais? Serão livres os votos dessa multidão de empregados públicos que estão a mercê de algumas penadas de tintas com os quais atira-se com eles a um canto (...) ninguém de boa fé o afirmará. Basta considerar que ninguém quer sofrer perseguições! (...)"<sup>13</sup>

(12) Pedro Aufran da Matta ALBUQUERQUE, et alii. **Reforma Eleitoral. Eleição Directa**, Recife, Typografia Universal, 1862, pp. 235-246 ( o grifo é nosso ).

(13) Jornal O ARGOS, **Desterro**, nº 86, p. 3, de 31 de outubro de 1856.

leis eleitorais.<sup>16</sup> Nesse ano, os abusos de fraudes foram tão evidentes que o país reclamou nova reforma eleitoral. Esta veio anunciada a 04-05-1842, sem, entretanto, corrigir os efeitos que se esperavam. Prova disto é que, quatro anos depois, surgiu a lei de 19-08-1846, mas “apesar de tão louváveis desejos, o mal continuava por tal maneira que essa reforma achava-se em 1855, tão transformada pelos numerosos decretos, avisos e resoluções, que se lhe foram adicionado, que já era difícil, conhecer-lhe as suas primeiras feições”<sup>17</sup>. O mesmo ocorreu com a Lei dos Círculos de um só Deputado, em 1855 “mas bem depressa converteu-se em tão assustadora e tremenda borrasca, que foi necessário recuar e mudar de rumo.”<sup>18</sup> Seguiram-se as de 18-08-1860, e de 20-10-1875, a de 12-01-1876 e a opinião de historiadores, políticos, sociólogos, etc., é unânime: — só havia um caminho para minimizar os males e vícios do sistema eleitoral vigente, o da eleição direta.

Não podemos deixar de sublinhar a colaboração do destacado político desterrense, João Silveira de Souza, na obra, “Reforma Eleitoral, Eleição Direta”, que nos serviu de base documental, citado na nota anterior.

João Silveira de Souza apresentou um artigo, sob o título: “Duas Lições sobre as Vantagens da Eleição Direta”, no qual desenvolveu interessante argumentação. Entretanto, quando da efetivação da eleição direta, nos pleitos de 1881, 1884 e 1886, não obteve, em votos, o correspondente as suas idéias, o liberal catarinense, tão fervoroso inimigo do sistema indireto de eleições!

Registre-se, porém, a sua tardia vitória, pelo 1º Distrito, em 1888, para a 21ª Legislatura que, como sabemos, não se reuniu.

### O Triunfo Da Idéia Da Eleição Direta

O próprio Imperador, quando da sua primeira visita ao exterior (1871), preocupado com as repetidas alusões à reforma constitucional para o estabelecimento das eleições diretas, nos Conselhos que deixou à Princesa Regente, diz. “Eleições: Instam alguns pelas diretas, com a maior ou menor franqueza, porém nada há mais grave do que uma reforma constitucional, sem a qual não se poderá fazer essa mudança do sistema das eleições (...) sobretudo o imperador, tão interessado que ela seja legitimamente representada (...). Não conviria arriscar uma reforma, por assim dizer, definitiva como a das eleições diretas (...) sujeitando-a à influência tão deletéria da falta de educação popular.”<sup>19</sup>

Sérgio B. de Holanda acredita na possibilidade de que, retornando da Europa e dos Estado Unidos, em 1876, já tivesse o Imperador “firmado no seu espírito o pensamento de chamar os liberais ao

(16) Relatório de 1842. In: Francisco Belissário SOARES DE SOUZA. *O Sistema Eleitoral no Império*. Brasil. Senado Federal, 1979, p. 56.

(17) A. H. de S. BANDEIRA, et alii. *Reforma Eleitoral...* p. 11.

(18) *Ibid.*

(19) Cf. S. B. de HOLANDA, *História Geral da...*, v 5, p. 177.

leis eleitorais.<sup>16</sup> Nesse ano, os abusos de fraudes foram tão evidentes que o país reclamou nova reforma eleitoral. Esta veio anunciada a 04-05-1842, sem, entretanto, corrigir os efeitos que se esperavam. Prova disto é que, quatro anos depois, surgiu a lei de 19-08-1846, mas “apesar de tão louváveis desejos, o mal continuava por tal maneira que essa reforma achava-se em 1855, tão transformada pelos numerosos decretos, avisos e resoluções, que se lhe foram adicionado, que já era difícil, conhecer-lhe as suas primeiras feições”<sup>17</sup>. O mesmo ocorreu com a Lei dos Círculos de um só Deputado, em 1855 “mas bem depressa converteu-se em tão assustadora e tremenda borrasca, que foi necessário recuar e mudar de rumo.”<sup>18</sup> Seguiram-se as de 18-08-1860, e de 20-10-1875, a de 12-01-1876 e a opinião de historiadores, políticos, sociólogos, etc., é unânime: — só havia um caminho para minimizar os males e vícios do sistema eleitoral vigente, o da eleição direta.

Não podemos deixar de sublinhar a colaboração do destacado político desterrense, João Silveira de Souza, na obra, “Reforma Eleitoral, Eleição Direta”, que nos serviu de base documental, citado na nota anterior.

João Silveira de Souza apresentou um artigo, sob o título: “Duas Lições sobre as Vantagens da Eleição Direta”, no qual desenvolveu interessante argumentação. Entretanto, quando da efetivação da eleição direta, nos pleitos de 1881, 1884 e 1886, não obteve, em votos, o correspondente as suas idéias, o liberal catarinense, tão fervoroso inimigo do sistema indireto de eleições!

Registre-se, porém, a sua tardia vitória, pelo 1º Distrito, em 1888, para a 21ª Legislatura que, como sabemos, não se reuniu.

### O Triunfo Da Idéia Da Eleição Direta

O próprio Imperador, quando da sua primeira visita ao exterior (1871), preocupado com as repetidas alusões à reforma constitucional para o estabelecimento das eleições diretas, nos Conselhos que deixou à Princesa Regente, diz. “Eleições: Instam alguns pelas diretas, com a maior ou menor franqueza, porém nada há mais grave do que uma reforma constitucional, sem a qual não se poderá fazer essa mudança do sistema das eleições (...) sobretudo o imperador, tão interessado que ela seja legitimamente representada (...). Não conviria arriscar uma reforma, por assim dizer, definitiva como a das eleições diretas (...) sujeitando-a à influência tão deletéria da falta de educação popular.”<sup>19</sup>

Sérgio B. de Holanda acredita na possibilidade de que, retornando da Europa e dos Estado Unidos, em 1876, já tivesse o Imperador “firmado no seu espírito o pensamento de chamar os liberais ao

(16) Relatório de 1842. In: Francisco Belissário SOARES DE SOUZA. *O Sistema Eleitoral no Império*. Brasil. Senado Federal, 1979, p. 56.

(17) A. H. de S. BANDEIRA, et alii. *Reforma Eleitoral...* p. 11.

(18) *Ibid.*

(19) Cf. S. B. de HOLANDA, *História Geral da...*, v 5, p. 177.

governo para fazerem a reforma, no sentido das eleições diretas,” e fazer com que o ministério funcionasse pelo menos na aparência, pois na realidade não funcionava, como nos demais países, onde prevalecia o sistema representativo. Por quase dez anos, os conservadores dominaram o país e “Sua Majestade não haveria de permanecer insensível às queixas da oposição (...) queixas tanto mais amargas quanto **nesse período houve um ministério conservador de nome, mas que timbrara em realizar o programa de outro partido (...).**”<sup>20</sup>

Nesse ano, presidia o Gabinete (1878) João Lins Vieira de Sinimbu<sup>21</sup> e, como a idéia de eleição direta estava amadurecida, D. Pedro convocou aos seus conselhos o partido liberal, para traduzi-la em lei. O problema inicial residia na mesma questão, a constitucional. Insistiam alguns pela convocação de uma constituinte, pois era necessário fazer uma revisão nos artigos 90 e 97 da Constituição; outros já entendiam que bastava uma lei ordinária, de acordo com o artigo 178<sup>22</sup> da mesma Constituição. Diz Tavares de Lyra que Sinimbu, optando pela primeira solução, “cometeu um grave erro” e, para acalmar o receio de D. Pedro com relação à reunião de uma assembléia constituinte, “pleiteou a convocação desta com poderes limitados, a **constituinte constituída**, como a qualificou José Bonifácio. Para isto dividiu os amigos, não conseguiu desarmar os adversários e acabou retirando-se, por entre os maiores dissabores, ante o embaraços que se lhe depararam no parlamento (...). Nesta conjuntura (...), bebeu o cálice de amarguras. O Sr. Martinho Campos o flagelou numa praça pública. Os Srs. Octaviano, Dantas e Saraiva o abandonaram (...) Sinimbu retirou-se e isolou-se nobremente no senado. Morreu aos 97 anos de idade, em extrema pobreza.”<sup>23</sup> Em tais circunstâncias, exonerou-se o Gabinete e D. Pedro chamou Saraiva.<sup>24</sup>

(20) Op. cit., p. 185.

(21) Bacharel em direito pela Academia de Olinda e doutor pela Universidade de Jena. Magistrado. Foi presidente de Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Sul e Bahia. Deputado de 1842 — 1844 e de 1853 — 56 e Senador em 1857, pelo seu estado. Ministro de Estrangeiros em 1859 (no Gab. Ferraz); da agricultura e depois da justiça em 1862, no Ministério dos Velhos (ele era o mais moço e já passava dos cinquenta anos), a que a sátira popular apelidara-o de “pasmado” baseando-se nas iniciais e títulos dos que compunham este ministério: Polidoro Abrantes, Sinimbu, Maranguape, Delamare e Olinda. (Cf. Tavares de LYRA, *Instituições Políticas no Império*. Brasília, Senado Federal, 1979, p. 202).

(22) “Art. 178. É só Constitucional o que diz respeito aos limites, e atribuições respectivas dos Poderes Políticos, e aos Direitos Políticos, e individuais dos Cidadãos. Tudo, o que não é Constitucional, pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas legislaturas ordinárias.”

(Cf.. *Constituição Política do Império do Brasil*, in: *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1824*, 1ª parte, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886, p. 32).

(23) Cf. T. de LYRA, *Instituições...*, pp. 202-203

(24) José Antonio Saraiva. Bacharel em Direito, pouco se dedicou às letras jurídicas. Era agricultor e político, foi Deputado de 1853 a 1867, quando tomou assento no Senado. Era representante da Bahia. Foi presidente das províncias de Piauí, Alagoas, São Paulo e Pernambuco; foi Ministro da Marinha em 1857; do Império em 1861; da Marinha, de estrangeiros e interinamente da guerra em 1865; da fazenda, em 1880 e

A queda do Gabinete Sinimbu, liberal, no poder, foi resultante da própria oposição existente entre os liberais, evidenciando a fragilidade dos partidos,<sup>25</sup> como classificou Sergio B. de Holanda de "liberais contra liberais."<sup>26</sup>

Entretanto, sem nos determos nos infundáveis e acirrados debates entre os políticos, notadamente do Senado e da Câmara dos Deputados que procederam a tão propugnada reforma eleitoral de 1881, cumpre lembrar que o final do século XIX foi marcado por grandes transformação econômica e sociais. O trabalho servil decadente foi substituído pelo trabalho assalariado: novas técnicas foram introduzidas nos engenhos e nas usinas; o beneficiamento do café contribuiu para uma maior produtividade, e as camadas médias urbanas clamavam por representatividade, criticando o sistema eleitoral.

Nestas circunstâncias, queixava-se D. Pedro: "Difícil é a posição de um monarca nesta época de transição. Muito poucas nações estão preparadas para o sistema de governo para que se caminha, e eu, de certo modo, poderia ser melhor e mais feliz presidente da República do que imperador constitucional."<sup>27</sup> E, não obstante a resistência do Senado ao voto direto, no que era animado pelo próprio Imperador, caberia ao Conselheiro Saraiva apresentar as bases do projeto. D. Pedro jamais se manifestou favorável. "Não foi ele quem o quis foram os dois partidos e nesse caso não lhe coube senão aquiescer"<sup>28</sup>.

A imprensa catarinense acompanhava, com interesse, o andamento do projeto reforma eleitoral e, sob este título, o jornal A VERDADE, de 14-11-1880, publicou: "Foi aprovado no Senado por 30 votos contra 12, o artigo 1º do projeto da reforma eleitoral, isto é, aquele que estabelece o sistema direto nas Eleições. Só 14 foram os senadores conservadores que o aprovaram."<sup>29</sup> O mesmo periódico, pouco mais de um mês, anotou:

"Consta-nos que, na reunião celebrada ante-ontem pelos membros do partido conservador do senado, ficou resolvido (...):

1º Ser adiada a 3ª discussão do projeto (...) dependendo este, para a sua execução, de um regulamento que precisa da aprovação do poder legislativo, não convém atropelar a referida discussão, que fica reservada para a próxima sessão do parlamento.

1885, nos gabinetes de 28/03 ( 1880 ) e 06-05-1885 ), quando ocupou a presidência do conselho; em 1864 exerceu importante missão diplomática no Prata. ( Cf. T. de LYRA, *Instituições...*, p. 203; leia-se também "Missão Saraiva", in: Dicionário de História do Brasil, org. B. BANDECCHI, pp. 375-376 ).

(25) Cf. Beatriz Westen Cerqueira LEITE, *O Senado nos Anos Finais do Império ( 1870-1889 )*. Brasília, Senado Federal, 1978, p. 153.

(26) S. B. de Holanda, *História Geral da Civ...*, pp. 234-236

(27) Op. cit., p. 273.

(28) Ibid.

(29) Jornal A VERDADE, Laguna, nº 95, p. 2, de 14-11-1880

2º Restringir a votação quanto ao artigo 8º do projeto, no sentido de ser suprimido o voto aos naturalizados.

Informam-nos também que, tendo sido aventada a idéia de ser rejeitado completamente o projeto em 3ª discussão, nada foi resolvido a tal respeito, à vista das discordâncias das opiniões, notando-se, entretanto, que a maioria mostrava-se propensa à rejeição formal do projeto.”<sup>30</sup>

Sobre as especulações do projeto de reforma eleitoral, através da imprensa no município de Lages, nada nos consta, lamentavelmente, porque, como afirmou Peluso Jr., a população lageana não conhecia a neutralidade nas questões que se lhe apresentavam, manifestando-se, em seguida, nos jornais, como O LAGEANO de 1884, que “apresentava a combatividade que caracterizava a imprensa.”<sup>31</sup> Realmente, percebemos esta característica em alguns exemplares desse periódico, fundado no ano de 1883,<sup>32</sup> portando, já posterior ao período que antecedeu a reforma do sistema eleitoral.

Contudo, pode-se registrar o que foi publicado, sob o título OPINIÃO LAGEANA, a 06/01/1878, no Jornal desterrense o DESPERTADOR, acerca da corrupção dos jurados: “E assim, a sangue frio, atiram esse golpe desmoralizador ao seio de um povo que coberto de vergonha lamenta a sua sorte, por se considerar cidadão de homens a quem a lei rodeia de tanto prestígio e garantia, dando-lhe o direito de punir os criminosos, e que, no entanto, são os próprios a ampará-los e protegê-los! ...Que vergonha...”<sup>33</sup>

Finalmente, o Conselheiro Saraiva conseguiu a pretendida reforma pelo processo legislativo ordinário; reduziu o voto a um só grau, ou seja, eleição direta, pela lei nº3029/01/1881, cuja base assentou-se no projeto que lhe apresentou Rui Barbosa, reforma esta, como já nos referimos, que ficou conhecida por **Lei Saraiva** ou **Lei do Censo**, pois estabeleceu o requisito censitário de uma renda de 200\$000 para a inclusão do **eleitor** na alistamento e, para os **elegíveis**, a renda de 1:600\$000 ao Senado e a renda de 800\$000 para Deputado à Assembléia Geral.

Os seguintes dados permitem uma comparação com as rendas fixadas nas leis anteriores.<sup>34</sup>

(30) Op. cit., nº 101, p. 2, de 26-12-1880.

(31) Victor Antonio PELUSO JR., *Lages, a Rainha da Serra*. Rio de Janeiro. In: *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*, 1952, c. III, p. 120.

(32) Dispomos de alguns exemplares ( xerox ) do referido ano por especial gentileza do distinguido historiador de Lages, Licurgo Costa, os quais fazem parte da Coleção Otacilio Costa, quiçá os únicos existentes. ( Cf. COSTA, Licurgo, *O continente das Lagens*, Florianópolis, FCC, 1982, vs. I-IV.

(33) Jornal O DESPERTADOR, Desterro, de 06-01-1878.

(34) Decreto de 07-03-1821, in: F. B. SOARES DE SOUZA, *O Sistema...*, p. 173.

Decreto de 19-06-1882, op. cit., p. 178.

Lei de 25-03-1824, in: *Constituição Política do Império do Brazil, COLLEÇÃO...*, p. 13 e passim.

Decreto de 7-3-1821: para **deputado às Cortes**, requeria-se renda anual líquida advinha de bens próprios ( art. 92 ).

Decisão de 19-6-1822: com relação aos **eleitores**, estavam excluídos todos aqueles que recebessem salários ou soldadas ( cap. 1-8 ).

Lei de 25-3-1824: **Senador**, 800\$000 ( art. 45 ); **Deputado**, 400\$000 ( art. 95 ); **Eleitor**, 100\$000, para votar nas eleições paroquiais ( art. 92 ).

Lei de 19-8-1846: **Senador**, 800\$000; **Deputado**, 400\$000; **Eleitor**, 200\$000, para votar nas eleições secundárias, ou seja para deputados, senadores e membros dos Conselhos Provinciais ( art. 94 ).

Decreto de 9-1-1881: **Senador**, 1:600\$000; **Deputado**, 800\$000; **Eleitor**, 200\$000.

Na capital provincial catarinense, o jornal O DESPERTADOR, a 16/01/1881, publicou o seguinte: “pelo decreto 3029 de 9 do corrente, que reformou a legislação eleitoral (...), com o intuito de garantir a verdade da eleição”, foram atribuídos aos magistrados do Brasil muito importantes funções, como os julgamentos ao novo alistamento eleitoral, a entrega de títulos, etc...<sup>35</sup> E, no dia 21 desse mesmo mês, anunciou na primeira página:

“Alistamento Eleitoral – o Ministro do Império dirigiu aos Presidentes de Província, a seguinte circular:

(...) convido o quanto antes a execução ao referido decreto, na parte relativa ao alistamento de eleitores, visto que os prazos perfazem 217 dias ou sete meses e sete dias (...) trabalho que é um dos mais importantes, no regime da nova lei (...) V. Ex. marque o dia (...) para o dito alistamento, de modo que o respectivo processo, inclusive a distribuição dos títulos dos eleitores termine, por todo o mês de de outubro deste ano...”<sup>36</sup>

Nestas circunstâncias, cumpria-se proceder ao primeiro alistamento dos eleitores em toda a província, observando-se os **requisitos legais** que exigiu a tão esperada lei de 09-01-1881.

As referências aduzidas ilustram até que ponto no Brasil Imperial e, mais concretamente no Planalto Catarinense, a idéia das eleições diretas tinha saído do âmbito da pura teoria para incorporar, embora precariamente, no mundo mais tangível da realidade política.

Cap. III do trabalho inédito “Regime Eleitoral e Realidade Político-Social no Império: O Caso do Antiplano Catarinense nas Primeiras Eleições Diretas” ( 1881 – 1889 ), dissertação de Mestrado em História, defendida na UFSC ( 23-09-1983 ).

Decreto de 19-08-1846, in: F. B. SOARES DE SOUZA, *O Sistema...*, p. 218 e passim.  
Decreto de 09-01-1881, in: *Actos do Poder Legislativo, COLLEÇÃO...*, p. 01 e passim.

(35) Jornal o DESPERTADOR, Desterro, p. 2, de 16-01-1881.

(36) Op. cit., nº 1863, p. 1, de 21-01-1881.

## ANTROPOLOGIA EM DESTAQUE

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci  
UNESP-Franca

Interessante e oportuna série de publicações — ANTROPOLOGIA — encetada pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo ( FAPESP ), a partir de 1983, e, fazendo parte de um dos projetos desenvolvidos pelo Departamento de Ciências Sociais da mencionada Universidade, sob coordenação geral do Prof.Dr. João Baptista Borges Pereira.

A proposta central do projeto é principalmente a de pesquisar comunidades negras incrustadas no meio rural brasileiro, vindo, sem dúvida alguma, enriquecer nossa bibliografia antropológica sobre o negro brasileiro.

Nesta série já foram lançados cinco excelentes trabalhos a saber: o primeiro deles do Prof. Renato da Silva Queiroz — **Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica.**

O A. analisou o bairro rural de Ivaporunduna, que, segundo ele, senão fosse pela cor de sua população, nada mais o diferenciaria dos tradicionais bairros rurais paulistas. Os negros desse bairro não herdaram de seus antepassados tradições africanas incólumes; receberam, todavia, a nefanda herança da cor e do temor. O isolamento dessa população é um reflexo disso o que acabou por tornar Ivaporunduna diferente, sobretudo no que tange a integração do caipira na sociedade urbano—industrial, onde as barreiras da exploração e a própria desorganização de seus grupos, ao longo do processo de integração, sempre estiveram presentes, sobretudo se levarmos em conta a problemática do branqueamento decorrente da miscigenação.

O nº2 da série, é o estudo do Prof. Carlos M.H. Serrano — **Os senhores da terra e os homens do mar: Antropologia Política de um Reino Africano.**

Há no presente trabalho, além da acurada pesquisa realizada pelo A., excelente referencial bibliográfico e não menos significativas ilustrações. Enfatiza Carlos Serrano que o início do tráfico de escravos na África produziu uma ruptura no poder do Reino Ngoyo ( que era uma sociedade bantu segmentária ), uma vez que, à medida que a economia antes voltada para suas próprias necessidades, passava a depender da econo-

mia mercantil, diminuindo o poder dos chefes da terra, foram criadas as condições para a ocupação européia ( e Portugal foi o primeiro a fazer a ocupação colonial na área ), propiciando a desagregação do mencionado Reino.

O estudo de Solange Martins Couceiro de Lima — **O negro na televisão de São Paulo: um estudo de relações raciais** — é o 3º nº desta brilhante série.

Mostra a A. que a população negra empregada pelas empresas de tevê é quantitativamente pouco maior do que a anteriormente utilizada pelo rádio, sendo que no setor comercial a presença negra é praticamente nula. Aliás, enfatiza ainda que a participação negra continua sendo na base da estrutura do setor, ou seja, em funções que exigem um mínimo de qualificação, oferecendo, conseqüentemente, baixa remuneração. Todavia, no setor programático o negro se viu beneficiado com relação ao rádio, embora, no que tange à negra, a mudança não tenha sido tão sensível.

O nº4 corresponde ao estudo realizado por Maria de Lourdes B. Sant'Ana — **Os ciganos: aspectos da organização social de um grupo cigano em Campinas** — grupo numericamente significativo na cidade mas que apresenta até o momento poucos estudos, talvez mesmo por ser um grupo bastante fechado, fazendo que viva em um paralelismo cultural.

Enfatiza a A. que “o comportamento do cigano, junto aos nacionais dos locais em que estão de passagem, não chega às tentativas de interagir com eles em termos de procurar uma comunicação, com vistas a desenvolver laços de amizade, o que já acontece com alguns ciganos que se fixam de forma mais permanente” ( p. 175 ).

Daí, no decorrer do processo de interação social entre cigano e nacional, os canais de comunicação sofrerem a barreira da imagem, tanto por parte dos nacionais quanto dos ciganos, e, estes últimos sempre defensivamente preparados para que a cultura dos “de fora” não seja assimilada a ponto de abalar sua estrutura organizacional interna, fazendo com que conscientemente afirmem suas características étnicas.

Comprova ainda a A. que mesmo o cigano sedentário é ainda um nômade na sua essência, facilitando, com isso, a manutenção de sua situação de grupo fechado, e o próprio trabalho ( tanto masculino quanto o feminino ), é condizente com tais características do grupo, que é minoritário e espalhado pelas diferentes partes do mundo.

O 5 nº constitui o trabalho da Profa. Irene Maria Ferreira Barbosa, intitulado — **Socialização e relações raciais: um estudo de famílias negras em Campinas**.

Esclarece a A. que a consecução de sua dissertação de Mestrado ( que é apresentada nesse estudo ), não foi muito fácil sobretudo por

certa “discriminação” sofrida ao início de sua pesquisa, quando o grupo com o qual iria trabalhar, discutia a validade de sua participação. À medida que a comunidade compreendeu seu propósito, que era o de analisar a organização familiar que teria como universo de trabalho as famílias do “Clube Cultural Recreativo Campinas”, popularmente conhecido como “Cultural”, obteve a confiança daqueles que ainda resistiam a sua presença, e, assim, pode vencer as dificuldades e chegar a termo de sua excelente monografia sobre esta problemática.

Mostra a Profa. Irene que as famílias da chamada “elite negra do Cultural” não mantêm uma coerência no que tange às relações raciais, fazendo com que aponte que grande parte das famílias negras por ela estudadas mantenham padrões de organização muito próximas das tradicionais famílias brasileiras, onde o chefe ainda exerce rígido controle no comportamento dos filhos e da mulher.

A família nova, todavia, distingue-se da velha, pelos recursos culturais que hoje tem, a começar pelo nível de escolaridade encontrado nos chefes dessas famílias novas, mais elevado do que antes e com ocupações profissionais de maior prestígio e remuneração. Todavia, ambas ainda se aproximam no que se refere a responsabilidade familiar.

Também do ponto de vista da socialização há hoje nos chefes das famílias novas uma atitude de não acomodação com relação aos problemas raciais, fazendo com que as crianças sejam preparadas para enfrentar as situações desagradáveis que ainda lamentavelmente persistem com relação sobretudo a cor.

Aproveitando da oportunidade de trazer ao conhecimento dos estudiosos essa série — ANTROPOLOGIA — gostaríamos que tal iniciativa pudesse ser seguida por outros setores das Ciências Humanas que, através das diferentes Universidades Brasileiras poderiam seguir o mesmo caminho, a fim de que meritórios trabalhos ( tanto a nível de Mestrado quanto de Doutorado ), não ficassem relegados às “estantes do saber” das diferentes instituições culturais do país, o que, fora de dúvida, seria um estímulo ao nosso crescimento científico.

## REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Aguiar, Pinto de — Abastecimento crises, motins e intervenção. Rio de Janeiro, Philobiblion, 1985. 182 p. ( Col. “Redescobrimento do Brasil”, v. 4 ).

Estabelecendo preliminarmente que não foi sem lutas que a nação brasileira se constituiu ( “cruentas umas, incruentas outras” ) e que nossa História está pontilhada de episódios em que as aspirações e os interesses populares ou nacionais se manifestaram e afirmaram através de protestos, motins e revoluções, o autor focaliza neste livro um desses numerosos episódios, no qual a pressão popular, traduzida numa agitação de rua, levou a Câmara da Cidade do Salvador a ir ao encontro das necessidades de seus munícipes. O propósito central de seu livro foi o de apurar, à luz de documentação ainda inédita, as reais proporções da atuação da Câmara, em termos institucionais, quando defrontada com um problema real, a demandar solução inadiável. Os problemas de abastecimento da capital baiana, que deram origem aos motins, estão relacionados com a grande seca ocorrida no Nordeste em 1877/78. Sobre o problema das secas, o autor já publicara importante livro, que contém uma análise profunda desse fenômeno climático que periodicamente assola vasta e importante área de nosso País. Duma certa forma, o presente livro é complemento do anterior. Pinto de Aguiar tem uma grande e profunda vivência dos problemas e da história, não apenas da Bahia, mas do Nordeste em geral. Vivência que se traduz nas funções importantes que exerceu e nos livros que publicou. Estes, constituem peças fundamentais da bibliografia histórica brasileira. O volume vem precedido de extensa biobibliografia do autor, da qual se ressalta a profunda vivência a que nos referimos. ONM ( Cortesia do autor ).

Câmara, Hiram de Freitas — Marechal José Pessoa: a força de um ideal. Edição comemorativa do centenário de nascimento. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1985. 210 p. ( Publ. nº 546, Col. “General Benício”, v. 233 ).

Mais que uma simples biografia de José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1885-1959), contém o presente volume informações valiosas sobre o ensino militar no Brasil, área à qual o homenageado esteve sempre vinculado, como reformador da antiga Escola Militar do Realengo e criador da moderna Academia Militar das Agulhas

Negras, localizada em Resende, Estado do Rio de Janeiro. O capítulo inicial, em que traça o histórico da formação de oficiais do Exército até 1905, tem muito interesse para a história do ensino no Brasil. “Apesar do Marechal Pessoa ter por alvo o Exército, — escreveu o prefaciador do volume — sua mensagem foi ouvida e compreendida muito além dos quartéis (...) Ao procurar as origens da Academia Militar das Agulhas Negras e de nossa Capital Federal, redescobriu (o autor) seu principal idealizador, do qual procurou registrar o perfil histórico de um militar estóico e disciplinador, cuja erudição permitiu sonhar e propor uma instituição modelar e atualizada para a formação dos oficiais do Exército Brasileiro”. ONM

Ribeiro, Renato Janine — Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo. São Paulo, Brasiliense, 1984. 264 p.

Excelente estudo sobre o pensamento político e filosófico de Hobbes, originou-se o presente volume de uma tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Não contente em ver em Hobbes apenas o estereotipado “filósofo do absolutismo”, o autor analisa com profundidade e originalidade certos ângulos do pensamento do autor do *Leviathan*, não focalizados pelos que o têm estudado. “Hobbes — diz o autor — reconhece a todos os homens o direito de lutarem pela própria vida, rompendo, assim, com os partidos em luta na Inglaterra do século XVII. Precisamos então conhecer quem ele escolhe como leitores e interlocutores. O seu *Leviathan* dirige-se a vários públicos, mas especialmente ao ‘leitor sem medo’, que aceita superar as ilusões e conhecer a si mesmo”. ONM (Cortesia da editora).

\*

## PERIÓDICOS

AGORA. Órgão da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, ano I, nº1, junho de 1985. **Conteúdo:** Nota prévia para a história do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Japonan Soares); O Arquivo de meados de 1971 a meados de 1976 (Santos Verani); Minha passagem pelo Arquivo (Wilmar Pacheco); Nossa experiência no Arquivo Público (Ana Maria Soares Martins de Araújo e Neusa Rosane Damiani Nunes); O Arquivo Público do Estado e a pesquisa histórica (Walter F. Piazza); O incêndio da Prefeitura de Blumenau (Theobaldo Costa Jamundá); A bandeira do Município de Blumenau (Edison Mueller).

**Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos**, nº 19, São Paulo, janeiro de 1984.

**Conteúdo:** A família na História e na Antropologia (Bela Feldman Bianco); O casamento e a família na demografia histórica (Maria Luiza Marcílio); Família e Povoamento: quatro gerações de uma grande família do sudeste brasileiro (Lucila Reis Brioschi); A dimensão política do trabalho pastoral (Ivo Poletto); Comunidades Eclesiais de Base, movimentos populares, educação popular e poder (Henrique Pereira Júnior); Política e pastorais no Brasil atual (Roberto Grand-Maison); Escolaridade e Trabalho (Odair Prescivalle); O menor assalariado registrado na família e na escola (Cheywa R. Spindel); Histórias de lutas entre camponeses de arroz (Carlos Rodrigues Brandão); Histórias de vida e experiências de envelhecimento para mulheres de classe média em São Paulo (Guita Grin Debert); O método de história de vida na América Latina (Aspásia Camargo, Valentina da Rocha Lima e Lúcia Hipólito); A luta pelo voto feminino no Brasil (Alice Beatriz da Silva Gordo Lang); Outra face do feminismo (Miriam L. Moreira Leite); Atividade feminina na Sulanca (Janirza Cavalcante da Rocha Lima); Velhos mestres das novas escolas (Zeila de Brito Fabri Demartini); História de uma escola para o povo (Claudette de Jesus Ribeiro); Apontamentos para um estudosa liderança em área rural (Neusa Maria Mendes de Gusmão); A questão da profissionalização das escolas de samba do Rio de Janeiro (Ana Maria Rodrigues Ribeiro); Idade e Sociedade (Célia Maria Leal Braga); A penitência no passado e no presente (Waldemar Caldeira de Jesus Coelho de Araújo).

**Revista Brasileira de História**, nº 5, março de 1983. Órgão da Associação Nacional dos Professores Universitários de História. Conteúdo: Encontro Documentação e Pesquisa Histórica (Raquel Glezer); Síntese das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Univ. Federal da Paraíba (Joana Neves); Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (Altiva Pilatti Balhana); Pesquisa histórica no Rio Grande do Sul (Sandra Jatayh Pesavento); Breve histórico do Centro da Memória Social Brasileira (Gilson Antunes da Silva); Arquivo do Estado: projetos e realizações (Silvana Goulart Guimarães); O Instituto Roberto Simonsen (Maria Paula de Souza Possi); O Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica da Pont. Univ. Cat. de São Paulo (Yara Aun Khoury); Curso de Pós-Graduação em História da América Latina (Anna Maria Martinez Corrêa); Programa de Pós-Graduação em História (Déa Ribeiro Fenelon); Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Unimep (José Flávio de Oliveira); O Núcleo de Documentação Regional (Renato Sérgio Maluf); O curso de pós-graduação do Departamento de História da Universidade de São Paulo (Laima Mesgravis); A história do Rio Grande do Sul, uma história em processo de revisão e elaboração: o movimento republicano no século XX (Helga Piccolo); A historiografia Brasileira atual e a interdisciplinariedade (Francisco Iglésias).

**Revista Brasileira de História**, nº 6 setembro de 1983. Conteúdo: Todas as montanhas athânticas estremeçeram (Peter Linebaugh); A ciência da produção: fábrica despolitizada (Edgard Salvadori de Decca); A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo (Verena Stolcke e Michael Hall); Resenhas, Noticiário.

**Revista Brasileira de História**, nº 7, março de 1984. Conteúdo: Uma revolução burguesa (Christopher Hill); Estado, poder e classes sociais (Déa Ribeiro Fenelon); Compromisso do Estado (Kazumi Munakata); A luta pelo voto secreto no programa da Liga Nacionista de São Paulo (Sílvia Levi Moreira); Trabalho

livre e progresso ( Isabel Andrade Marson ); Regulamento sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento estado e sociedade no Rio Grande do Sul, 1887/1889 ( Margaret Marchior Bakos ); O reformismo ilustrado luso-brasileiro ( Fernando A. Novais ); Resenha; Documentação; Questões didáticas; Noticiário.

**Revista Brasileira de Estudos Políticos.** Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. N<sup>os</sup> 58 e 59. 1984. **Conteúdo:** N<sup>o</sup> 58, número especial sobre a Economia Mineira: Demografia histórica de Minas Gerais ( Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa ); Os limites da industrialização em Minas Gerais no século XVIII ( João Antônio da Paula ); As exportações de Minas Gerais no século XIX ( Roberto Borges Martins e Maria do Carmo Salazar Martins ); Natureza e perspectiva da indústria de bens de capital em Minas Gerais ( Maurício Borges Lemos ); Agricultura, Estado e Desenvolvimento Regional em Minas Gerais ( Maria Regina Nabuco ); O Estado Tutelar: o INDI e a industrialização na década de 70 ( Fausto Brito ); Economia e planejamento em Minas Gerais ( Clélio Campolina Diniz ). N<sup>o</sup> 59: A revisão da doutrina democrática ( Manoel Gonçalves Ferreira Filho ); Constituição e Direitos Individuais ( Raul Machado Horta ); A revolução pelo voto ( Vamireh Chacon ); Demarcações históricas para uma temática das ideologias ( Antônio Carlos Wolkmer ); A corrupção política segundo Platão ( Nelson Lehmann da Silva ); Direito Público Romano e Revoluções Modernas ( Nelson Saldanha ); E aí um País pára e se pergunta: onde estou ? ( Paulo Pinheiro Chagas ). Notas de livros, etc.

**Revista do ICHL:** Vol. 2, n<sup>o</sup> 2, jul/dez 1982. Goiânia, Universidade Federal de Goiás. **Conteúdo:** À sombra do ouro ( Sérgio Paulo Moreira ); Política pombalina em Goiás: contrastes ( Luís Palacin ); O despertar dos dormentes: a penetração da Estrada de Ferro em Goiás ( Barsanufu Gomide Borges ).

**Revista do Instituto do Ceará,** v. 97. Fortaleza, 1983. **Conteúdo:** Comemoração do centenário do Marechal Mascarenhas de Moraes ( Tácito Teófilo Gaspar de Oliveira ); O Senado Estadual do Ceará ( Eduardo Bezera Neto ); Centenário do nascimento de Eusébio de Sousa ( Francisco Alves de Andrade e Castro ); Cartório Câmara um século no domínio de uma família ( Francisco Fernando Saraiva Câmara ); O Padre João Ribeiro seria cearense ? ( Francisco Sadoc Araújo ); Marcas de ruralidade na fala urbana ( Florival Seraine ); Acmeodontia ( Hélio Melo ); Advogados no Instituto ( Itamar Espíndola ); Ibiapina e a História Regional do Nordeste ( João Alfredo de Sousa Montenegro ); Centenário da morte de Barbosa de Freitas ( João Ribeiro Ramos ); Notícia histórica de Aurora ( Joaryvar Macedo ); Pioneirismo do Ceará na imprensa ( J. C. Alencar Araripe ); Centenário do nascimento de Godofredo Maciel ( Lauro Maciel Severiano ); As atividades do Centro Estudantil Cearense ( Manuel Eduardo Maciel Severiano ); As atividades do Centro Estudantil Cearense ( Manuel Pinheiro Campos ); Costumes exóticos em culturas diferentes ( Raimundo Aristides Ribeiro ); Fases da Independência ( Raimundo Teles Pinheiro ); Calendário gregoriano ( Rubens de Azevedo ); O problema das secas ( Rui Simões de Menezes ); Centenário do nascimento de Luís de Castro ( Sânzio de Azevedo ); O Padre Mororó do Siará Grande ( Vamireh Chacon ); Ibiapina, um profeta em sua terra ( Vinicius Barros Leal ); Guilherme de Humboldt e a Filosofia da Linguagem ( Florival Seraine ); Centenário da vinda dos salesianos ao Brasil ( Francisco Fernando ); Estrelas do Exército de ontem ( Raimundo Teles Pinheiro ); Pródromos da Imprensa no Brasil ( Luís Sucupira ); Saudação a Djacir Menezes ( Hélio Melo ); Depoimento do cinquentenário

de um sócio ( Djacir Menezes ); Datas e fatos para a História do Ceará ( João Hipólito Campos de Oliveira ); Historiador denuncia erro no nome do Pe. Antônio Tomaz ( João Ribeiro Ramos ); Atas, etc.

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.** 3ª fase, nº 5. Florianópolis, 1948. **Conteúdo:** Um capítulo da história recente do Estado de Santa Catarina ( Redação ); O Integralismo em Santa Catarina ( René E. Gertz ); Algumas fontes para a história da Revolução de 1893 em Santa Catarina ( Jali Meirinho ); Alfredo de Carvalho, contribuinte da bibliografia catarinense ( Theobaldo Costa Jamundá ); Os diários de Dom José de Camargo Barros e as suas visitas pastorais ao território catarinense ( Walter F. Piazza ); Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva: algo de sua vida máxima no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina ( Arthur Rabuske ); Relato de uma marcha revolucionária em 1930 ( Marcílio Cardoso de Oliveira ); Escorço biográfico genealógico de um tronco ilhéu: a família Falcão ( Manuel Ferreira de Melo ); Vultos históricos da freguesia da Enseada de Brito ( Wilson Francisco Farias ); A greve operária de 1903 e a formação sindical em Brusque ( Aloisius Carlos Lauth ); Uma parada no Desterro ( Paschoal Apóstolo ); Crônica político-administrativa de Rio do Oeste ( Orlando Bertoli ); Artigos e crônicas de conteúdo histórico ( Dante Martorano ); A identidade catarinense ( Victor A. Peluso Júnior ); Resenhas; Noticiário.

## NOTICIÁRIO

## BRASIL BANDECCHI

O inesperado falecimento de Brasil Bandecchi, num dos últimos dias do mês de junho do ano em curso, privou São Paulo de um dos seus grandes valores. Valor intelectual e valor moral. Advogado, escritor e principalmente historiador, deixou obra variada, na qual transparece seu interesse pela história paulista, que foi uma das formas de projeção do seu acendrado amor a São Paulo. Integrava as mais renomadas entidades culturais da Capital: Academia Paulista de Letras, Academia Paulista de História, Instituto Histórico e Geográfico, entre outras; e ainda, na qualidade de correspondente, ilustrava os quadros de numerosas entidades similares de outros Estados, a começar pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Seu maior interesse, no campo da investigação histórica, concentrava-se na história das lutas liberais do século passado, notadamente o papel nelas representado pela Faculdade de Direito de São Paulo, esta Faculdade que ele tanto amou e sobre a qual tanto escreveu. Foi profundamente significativo que as gloriosas "Arcadas" do largo de São Francisco acabassem velando seu corpo, num último adeus ao filho que tanto as enobreceu.

Outro assunto, muito de seu interesse: a história de nossas instituições municipais, sobre o qual escreveu livro de capital importância. O mesmo se poderá dizer de **Origem do Latifúndio**, **A Liga Nacionalista**, **Anti-Tordesilhas** e de seus livros didáticos, todos excelentes.

Havia, ainda, em Bandecchi outra faceta que nem todos conheciam: o poeta de fina sensibilidade, que nos deixou **Romanceiro Paulista**, **Barqueiros do Tietê** e tantas outras páginas que cantam a alma paulista.

Não contente em tanto escrever, cuidou, ainda, Brasil Bandecchi de editar o que outros escreveram: promoveu edições anotadas das grandes obras de Southey e Armitage, criou a preciosa coleção dos "Cadernos de História", com cerca de vinte volumes, coordenou a elaboração de um "Dicionário de História do Brasil", o melhor até hoje elaborado, editou textos valiosos referentes à Colônia do Sacramento e ao Marquês de Valença, prefaciou e apostilou numerosas obras antigas de nossa bibliografia histórica, e, extrapolando do âmbito da história brasileira, editou e anotou textos de Campanella, Dante e Maquiavel.

## LEONARDO ARROYO

Ainda ressoavam os ecos do êxito de seu recente livro sobre Guimarães Rosa quando a imprensa precisou abrir espaço para registrar o falecimento de Leonardo Arroyo, ocorrido a 13 de agosto, após tenaz enfermidade num dos hospitais de São Paulo. Jornalista, crítico literário, ensaísta e historiador, era das figuras mais expressivas de nossa vida cultural. Paulista de Rio Preto, onde nasceu a 28 de fevereiro de 1918, faleceu sem alcançar a casa dos setenta, deixando, porém, indelével marca de sua presença nas entidades culturais a que pertencia, notadamente a Academia Paulista de Letras, para a qual ingressou em 1970, na vaga de Ibrahim Nobre, em cadeira que tem por patrono Antônio Carlos, um dos três grandes Andradãs da Independência.

Sua produção literária compreende ensaios (*O Tempo e o Modo*, *Agravos do Tempo*, *Literatura Infantil Brasileira*, *A cultura popular em "Grande Sertão: Veredas"*), contos (*Viagem para Málaga*, *Absalão e o Rei*), diversas obras de literatura infantil, além da vasta e variada colaboração em jornais e revistas culturais. Tinha especial interesse pela história da culinária (especialmente a portuguesa), assunto sobre o qual escreveu algumas de suas melhores páginas.

Vinculou seu nome à historiografia brasileira com três importantes livros: *Igrejas de São Paulo*, publicado em 1954 e reeditado em 1966; *Relação do Rio Tietê*, de 1965 e reeditado em 1979; e a edição crítica da carta de Pero Vaz de Caminha, publicada pela primeira vez em 1963 e com duas reedições, a última das quais de 1976, integrando a preciosa (e parece que desaparecida) coleção "Memória Brasileira", das Edições Melhoramentos.

\*

## CURSO BRASIL BANDECCHI

Com uma "aula" sobre "Os jornais como fonte da História do Brasil", proferida por Raul de Andrada e Silva, encerrou-se dia 30 de setembro último, o curso organizado pelo saudoso historiador e acadêmico Brasil Bandecchi e realizado sob os auspícios da Academia Paulista de História e da Biblioteca Municipal "Mário de Andrade", de São Paulo, num

total de nove palestras, todas versando sobre fontes para a história de São Paulo e do Brasil.

Lamentavelmente, o organizador do curso, que o preparou com tanto zelo e carinho, não chegou a vê-lo realizado, pois a morte o colheu em fins de junho. Numa homenagem ao saudoso amigo e companheiro, decidiu a Academia Paulista de História dar ao empreendimento o nome de **Curso Brasil Bandecchi**.

Das palestras incumbiram-se Paulo Pereira dos Reis (presidente da Academia), Célio Debes, Lycurgo de Castro Santos Filho, João Nascimento Franco, Hernani Donato, Raul de Andrada e Silva e Odilon Nogueira de Matos. Além de uma introdução sobre problema das fontes em geral, os assuntos tratados apresentaram enorme variedade: período colonial, café, imigração e colonização, ferrovias, propaganda republicana, direito, medicina, período republicano (até 1932) e imprensa. Todos os temas foram tratados com propriedade, no sentido de despertar nos que acompanharam o curso, o interesse pelos estudos históricos, dando-lhes a conhecer as fontes mais significativas para o desenvolvimento da matéria ventilada.

É intenção da Academia prosseguir em 1986 com o tema das fontes, cuidando de outras áreas não incluídas no curso realizado: povoamento, vida religiosa, sociedade, arte, literatura, música, movimentos sociais, vida militar, etc.

\*

## CENTRO DE ESTUDOS DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA

Apraz-nos transcrever, para conhecimento de nossos leitores, a circular que nos foi enviada pela Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio, sobre o assunto em epígrafe:

“É com satisfação que comunicamos a V.Exa. a criação do CENTRO DE ESTUDOS DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA DA AMÉRICA LATINA – CEDHAL –, órgão interdisciplinar e interdepartamental da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Este centro nasceu da multiplicação do número de estudiosos do passado demográfico brasileiro, envolvidos em torno do núcleo de pós-graduação de Demografia Histórica, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e da conseqüente aproximação de especialistas de outras áreas e departamentos, interessados nos estudos populacionais do

Brasil e da América Latina. Os que o idealizaram receberam desde cedo entusiasmo e o estímulo de especialistas, de centros e de sociedades científicas da região e de outras partes do mundo, que viam nesta iniciativa, pioneira para a América Latina, uma possibilidade extraordinária de incrementar os conhecimentos da dinâmica, de estrutura, de gênese e da evolução de nossas populações, desde o século XVI aos nossos dias.

O CEDHAL está constituído formalmente por docentes e pesquisadores dos Departamentos de História, de Geografia e de Ciências Sociais, num esforço comum de promover pesquisas, publicações, ensino e serviços à área de estudos de população da América Latina. Ele integrará ainda, em seus projetos e atividades, profissionais de formação variada de outras unidades da Universidade de São Paulo ou de outras instituições nacionais e estrangeiras que venham a ter interesses comuns na área.

Enfim, num amplo espírito de cooperação regional e internacional nosso centro deseja estabelecer vínculos e intercâmbios científicos diversos, com indivíduos, instituições e fundações.”

\*

#### FERNAND BRAUDEL

Há pouco mais de um ano, ocupamo-nos, nesta publicação, da eleição Fernand Braudel para a Academia Francesa. Lembramos, então, sua vinculação com a Universidade de São Paulo, da qual foi professor de 1935 a 1937, integrando a segunda missão de professores franceses contratada para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o único instituto “novo” criado na Universidade que Armando de Sales Oliveira fundara em 1934. Três anos permaneceu Braudel entre nós, e dificilmente quem com ele conviveu poderá esquecer suas maravilhosas aulas, verdadeiras conferências, com as quais procurava nos iniciar na senda da cultura histórica em nível superior. O que todos nós, na realidade, lamentávamos, é que não estivéssemos, ainda, àquela altura de nossas vidas, em condições de maior aproveitamento das lições do grande mestre.

Retirando-se do Brasil a fim de prosseguir sua carreira universitária, realizou Braudel obra máxima: não apenas seu grande livro sobre o Mediterrâneo no tempo de Felipe II, mas, igualmente, sua participação na vida cultural da França, à frente do grupo da famosa revista **Annales**, na qual substituiu ao grande Lucien Febvre, tornando-se, inegavelmente, a maior figura da historiografia francesa.

Ao escrevermos referida nota há pouco mais de um ano, e embora estivesse já Braudel com seus oitenta e dois anos, não poderíamos imaginar que tão depressa viéssemos a nos ocupar de seu falecimento, ocorrido em Paris, em 28 de novembro do corrente ano. Este registro seria praticamente desnecessário diante do quanto e quão bem se escreveu na imprensa paulistana (notadamente no "Jornal da Tarde") sobre a lamentável ocorrência que encheu de tristeza a quantos (como o autor destas linhas) freqüentaram o curso de História na Universidade de São Paulo naquele tempo já bem recuado de há meio século. Mas, não nos sentiríamos bem se dele não nos ocupássemos, ainda que de forma bem simples e até certo ponto redundante, pelo muito que a ele devemos em nossa formação, não só pelas suas aulas magistrais, mas pelos seus escritos tão ricos de conteúdo e que renovaram, poderá sem dúvida dizer-se, a moderna historiografia. Aqui, pois, esta palavrinha de respeito e de saudade.

Em número anterior desta publicação (117), todo consagrado à história de Campinas, fizemos questão de colocar um posfácio lembrando que devemos a Braudel o estímulo para nossos primeiros trabalhos de pesquisa histórica sobre a terra campineira, quando ainda simples primeiro-anista do curso de História. Guardamos, não apenas em nosso arquivo, mas em nosso coração, as palavras simpáticas e estimulantes que ele escreveu, com sua letrinha de difícil leitura, animando-nos a prosseguir em nosso trabalho. Portanto, além de respeito e saudade, também gratidão.

ONM

## UM POUCO DE MÚSICA

## DOMENICO SCARLATTI, O MESTRE DA SONATA

Dos três grandes tricentenários musicais do corrente ano — Bach, Haendel e Domenico Scarlatti — este último vem sendo ofuscado pelo brilho dos dois primeiros, cujas obras, mais vastas e variadas que a do compositor napolitano, têm despertado maior interesse e atração nos grandes festivais que por toda parte se realizam. Mas, é preciso lembrar que Domenico Scarlatti tem um papel de extraordinária importância na história da música, na qual se afirmou como o mestre da sonata. Nascido no mesmo ano em que Bach e Haendel, sobreviveu ao primeiro e faleceu dois anos antes do segundo, em 1757. Percorreu vários países. Viveu em Veneza, em Roma, na Inglaterra, em Portugal e na Espanha, onde veio a falecer.

Não apareceu por acaso. Tinha atrás de si uma longa tradição musical, que culminava em seu pai, Alessandro Scarlatti, o criador da chamada “Escola Napolitana”. Recebeu em sua formação marcada influência paterna, pois se iniciou na música escrevendo óperas, nada menos que treze, praticamente esquecidas hoje, pois de todas elas apenas uma, **Tetide in Sciro**, mereceu as honras de uma gravação integral. Foi, porém, na música instrumental que Domenico Scarlatti encontrou seu campo predileto.

Os exercícios para o cravo, denominados simplesmente **sonatas** e constante de mais de quinhentas peças, foram as únicas publicadas durante sua vida. De seu valor e interesse, podem testemunhar todos aqueles que se dedicam ao piano, pois permanecem ainda hoje, juntamente com os prelúdios e fugas do **Cravo bem temperado**, de Bach, obrigatoriamente na literatura pianística universal. Delas dizia Czerny, responsável por uma das primeiras edições: “São dignas de ser conservadas, sob qualquer ponto de vista, tanto pela sua originalidade cheia de caráter, superior a qualquer variação do tempo, como pela natural e serena frescura de vitalidade que é própria de uma arte na plenitude de suas forças juvenis”.

Os virtuosos cada vez mais inscrevem suas sonatas em seus programas. Elas não comportam senão uma peça e correspondem ao sentido primitivo do termo “sonata”. Constituem um repertório de peças de todos os estilos, de maravilhosa variedade: fugas e danças, páginas de feição dramática, arabescos impetuosos, meditações, frivolidades, todas as riquezas da linguagem sonora foram exploradas pelo grande músico napolitano. São consideradas ainda hoje obras-primas de arquitetura musical, pela simples melodia, vivacidade, riqueza e elegância que preludiam a glória do piano. Os episódios mais insignificantes da vida cotidiana podiam despertar

sua inspiração. Conta-se que certo dia um gato pulou sobre o teclado do cravo e nele pôs-se a andar; cada passo de suas patinhas era uma nota. Disso nasce uma melodia, desde as notas altas até as baixas. Nada melhor: eis um tema magnífico; e o compositor escreve a **Fuga do Gato**, uma de suas obras-primas...

Há um aspecto na vida e obra de Domenico Scarlatti que não deve ser olvidado: é o trabalho imenso que realizou na Península Ibérica. Convidado por D. João V para organizar o Conservatório de Lisboa, passa-se para a capital portuguesa em 1721. É sabido que os Braganças, que reinaram em Portugal de 1640 até 1910, quando o regime republicano substituiu a velha monarquia, tinham uma acentuada vocação para a música. Já o fundador da dinastia, o Duque de Bragança, que assumiu o trono com o nome de D. João IV, era compositor, tendo deixado numerosas obras de natureza religiosa. Durante muito tempo, foi atribuída a ele uma das mais famosas canções de Natal, o **Adeste Fideles**. Sabe-se hoje que essa atribuição não é correta. Talvez tenha havido confusão com o título de outra canção sacra, **O Crux Fideles**, esta, sim, do monarca criador da dinastia bragantina. D. João V, embora sem ser compositor, procurou tornar Lisboa um dos grandes centros musicais da Europa; D. João VI procurou, tanto quanto esteve ao seu alcance, desenvolver as atividades musicais no Rio de Janeiro; D. Pedro I, o nosso primeiro Imperador, era dado à composição e muita coisa deixou tanto de música sacra como secular. Tinha, pois, nosso Pedro a quem sair.

Mais tarde, quando a infanta portuguesa consorciou-se com o príncipe Fernando das Astúrias e teve, portanto, que mudar-se para Madrid, levou Domenico Scarlatti consigo, e na capital espanhola o mestre napolitano realizou obra semelhante a que fizera em Lisboa. É ele, Domenico Scarlatti, o responsável pela esplêndida escola cravista ibérica do século XVIII, na qual fulguraram os nomes de Antonio Soler, Rafael Angles, Felipe Rodriguez, José Galles e Mateo Albeniz, entre os espanhóis, e os de Frei Jacinto, Carlos Seixas, João Cordeiro da Silva e João de Souza Carvalho, entre outros, em Portugal.

A primeira referência discográfica dos discípulos ibéricos de de Scarlatti deve-se ao cravista italiano Fernando Valenti. Editado nos Estados Unidos, onde o cravista vivia, trazia o disco o expressivo título **Harpsichord Music of the Spanish School of Domenico Scarlatti**. Pouco depois, a pianista polonesa Felicja Blumenthal, então radicada no Brasil, gravou, em Londres, diversas peças desses autores ibéricos, incluindo em seu disco também autores portugueses; a estes, logo em seguida, a pianista brasileira Maria Clodes (radicada em Portugal) dedicou todo um disco. E bem mais tarde, graças à Fundação Gulbénkian, novos discos apareceram, exumando para surpresa de todo mundo, inúmeras outras composições, inclusive orquestrais e vocais (até uma ópera e um oratório completos, de João de Souza Carvalho) desses grandes discípulos de Domenico Scarlatti.

É preciso não esquecer que foi em Madrid, como "mestre de capela" da corte espanhola, que o compositor napolitano veio a falecer aos 23 de julho de 1757. ONM

## MEMÓRIA CAMPINEIRA (26)

## CAMPINAS NAS MEMÓRIAS DE MENOTTI DEL PICCHIA

Eu ia cursar o ginásio. O Ginásio “Culto à Ciência”, da capital do oeste, a orgulhosa Campinas, era, com razão, a mais prestigiosa casa de ensino no gênero de todo o Brasil. Basta dizer que no seu corpo docente contava com Coelho Neto, César Bierrenbach, Américo de Moura, Camilo Vanzolini, Gustavo Enge e outros grandes nomes das letras, da tribuna e do magistério.

Campinas guardava o orgulho de ter sido o mais preocupante rival da metrópole paulista. O café e o fato de ser ponto de irradiação do sistema ferroviário da Mogiana davam-lhe pompas de rainha. Sua população era orgulhosa. Sua aristocracia cafeeira, fechada. Sua sociedade, culta e fidalga. Sua política, dominante, pois ali haviam surgido nomes dos mais prestigiosos para o advento da República: Campos Sales, Francisco Glicério, Bento Quirino e outros, eram “gros-bonets” do novo regime. A cidade, já grande e bela, tinha uma população rica. Orgulhava-se de, não raro, ostentar a primazia da estréia de famosas companhias teatrais — drama e ópera — acolhendo também notáveis “virtuosos”. Carlos Gomes, seu grande filho, era como o nume tutelar da arte de um medalhão com sua figura leonina ornava a frente do teatro que veria na sua ribalta a Duse, Novelli, sopranos e tenores famosos. Lembro-me da festa os campineiros inauguraram o monumento do “Tônico”, o criador de “O Guarani”, escultura magistral de Rodolfo Bernardelli. A recepção que deu a Santos Dumont, um mineiro quase campineiro, pois, sua fazenda, na qual formara o espírito localizava-se nos arredores do município. O que, porém, me ficou viva na memória foi representação da *Pastoral*, de Coelho Neto. Toda a aristocracia local agitou-se para dar esplendor à obra dramática do mestre. A indumentária, riquíssima, movimentos os “ateliers” de costura, os cabeleiros esmeraram-se na sua arte para dar à peça o esplendor que merecia e à platéia a graça aristocrática que se prognosticava para aquela noite a qual ficou memorável nos fastos culturais da cidade.

( *A longa viagem*. São Paulo, Martins, 1970, pp. 75/76 ).

TEXTOS  
( Sugestões para seminários )

MANIFESTO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE  
EM NOME DOS SEUS CONSTITUINTES

( Publica-se este texto, em homenagem ao  
sesquicentenário da Revolução Farroupilha )

Desligado o povo rio-grandense da comunhão brasileira, reassume todos os direitos de primitiva liberdade, usa desses direitos imprescindíveis, constituindo-se república independente; toma na extensa escala dos estados soberanos o lugar que lhe compete pela suficiência dos seus recursos, civilização e naturais riquezas, que lhe asseguram o exercício pleno e inteiro de sua independência, eminente soberania e domínio, sem sujeição ou sacrifício da mais pequena parte dessa mesma independência ou soberania à outra nação, governo, ou potência estranha qualquer.

Igual aos estados soberanos seus irmãos, o povo rio-grandense não reconhece outro juiz sobre a terra além do autor da natureza, nem outras leis além daquelas que constituem o código das nações. Observa o estauído princípio de mútua e universal decência, provando à face de todas as repúblicas, príncipes, e potentatos, aos quais se dirige, que o ato de sua separação e desmembramento não foi obra de precipitação irrefletida ou de um caprichoso desacerto, mas uma obrigação indispensável, um dever rigoroso de consultar à sua honra, felicidade e existência altamente ameaçadas, de atender por si mesma à própria nacional defesa, de subtrair-se a um jogo insuportável, cruel, ignominioso, opondo a resistência à injúria, repelindo com a força a violência.

Só empunha o gládio dos combates para cobrir-se e defender-se de uma odiosa agressão; faz neste momento o que fizeram tantos outros povos, por iguais motivos, em circunstâncias idênticas: assim encontre este povo virtuoso e bravo entre tantos povos ilustrados da terra suas generosas simpatias, que outrora, a braços com seus tiranos da Europa, invocaram o Brasil e seu governo, esse governo hojea seu turno opressor, sendo inexorável e tirano a nosso respeito.

O bom senso, o amor da ordem, a moderação rio-grandense passaram até aqui em provérbio; o Brasil atormentado pelas fações, agitado pelas fúrias da intriga, convulso até o paroxismo por aspirações

exaltadas, e pelo choque impetuoso de interesses mal combinados, invejoso ou admirado nos apontava com o dedo... éramos o tipo da ordem, que altamente se preconizava, sem que se resolvesse a entrar nela.

As lições de casa, o exemplo dos de fora, todo o novo mundo, ou quase todo, coberto de sangue e de cadáveres, e devorando os próprios filhos..., nada foi capaz de reduzir-nos ou arrastar-nos pelo exemplo: dir-se-ia, que só o povo rio-grandense, firme nos princípios da prudência, da moderação e da justiça, que havia consagrado, permanecia ileso e intacto sobre a ruína do americano continente.

Provocações revoltantes, perseguição insuportável, e ainda mais intoleráveis denegações de justiça, precipitaram este bom povo no pavoroso anfiteatro, onde hoje luta e despedaça, assoberbado pelo mais execrável abuso de força e pela mais horrorosa prepotência.

A narração franca e sincera destas vexações e opressões sem limites, levará à consciência de todo o homem imparcial e honesto a convicção íntima da razão e da justiça, que encomendam ou escudam a nossa causa.

O governo de S.M. o Imperador do Brasil tem consentido que se avilte o pavilhão brasileiro por uma covardia repreensível, pela má escolha dos seus diplomatas, e pela política falsária e indecorosa, de que usa para com as nações estrangeiras.

Tem feito tratados com potências estrangeiras contrários aos interesses e dignidade da nação.

Faz pesar sobre o povo gravosos impostos e não zela os dinheiros públicos.

Tem contraído dívidas tais, e por tal maneira que ameaçam a ruína da nação.

Tem permitido contrabandos vergonhosos, e extremamente prejudiciais.

Faz leis sem utilidade pública, e deixa de fazer outras de vital interesse para o povo.

Esgota os cofres nacionais com despesas supérfluas, e não cura do melhoramento material do país.

Não aproveita, nem ao menos sabe conservar as riquezas naturais do solo brasileiro.

Não administra as províncias imparcialmente.

Permite a mais escandalosa impunidade em seus agentes, desprezando as queixas, que contra ele se dirige.

Permite um tráfico vergonhoso no pagamento da dívida pública, na distribuição dos cargos públicos, na adminis-

tração da justiça, e finalmente em todos os atos da pública administração.

Tem posto em prática uma política feroz e covarde com respeito a estrangeiros nacionais, que chama rebeldes.

Tem desprezado e mesmo punido, como crimes, as mais justas e atendíveis representações do povo.

Tem invalidado mandados de **Habeas-corpus** legais.

Tem conservado cidadãos longo tempo presos, sem processo de que constem seus crimes.

Vilipendiou o espírito nacional, ligando-se a uma facção estrangeira e adversa do Brasil.

Sem o indispensável consentimento do corpo legislativo tem armado estrangeiros para escorar suas arbitrariedades.

Estes males, além de outros muitos, nós os temos suportado em comum com as outras províncias da união brasileira; amargamente os deplorávamos em silêncio, sem contudo sentirmos abalada a nossa constância, o nosso espírito de moderação e de ordem.

Para que lançássemos mão das armas foi preciso a concorrência de outras causas, outros males, que nos dizem respeito particularmente a nós, e que nos trouxeram a íntima convicção da impossibilidade de avançar na carreira da civilização e prosperidade sujeitos a esse governo.

Há muito que desenvolvia o governo imperial uma parcialidade imérita, um desprezo insolvente e revoltante, respeito à nossa província. O sangue, que derramamos na guerra com as repúblicas argentinas, o sacrifício das vidas dos nossos irmãos, a destruição dos nossos campos, a ruína das nossas fortunas, as prodigiosas somas, que nos extorquiou, a nós, os mais sobrecarregados e cotizados durante aquela luta desastrosa, não nos valeram a menor deferência da parte daquele governo injusto e tirânico.

Éramos o braço direito e também a parte mais vulnerável do império. Agressor ou agredido, o governo nos fazia sempre marchar à sua frente: disparávamos o primeiro tiro de canhão, e éramos os últimos a recebe-lo. Longe do perigo, dormiam em profunda paz as mais províncias, enquanto nossas mulheres, nossos filhos, e nossos bens, presas do inimigo, ou nos eram arrebatados, ou mortos, e muitas vezes trucidados cruelmente. Sobre povo algum da terra carregou mais duro e mais pesado o tempestuoso aboletamento: transformou-se o Rio-Grande numa estalagem do império.

Exibiam certamente as províncias a quota respectiva, onde incluíamos a nossa para as despesas da guerra; mas o arbítrio nos tirava com violência, em gado vacum e cavalariça, exigências de todo o gênero, mil vezes mais do que cumpria cotizar-nos proporcionalmente.

Reduzida a 80.00 ( sic ) homens a força da 1ª linha do exército, só ao Rio Grande coube sustentar cinco corpos desta força, além de um corpo de guardas policiais.

Não nos pagou o governo imperial do que se nos tirou a título de compra ou de empréstimo, e muito menos resarcio as nossas perdas ocasionadas por um estado de coisas, de que só ele era culpado.

Uma administração sábia e paternal nos teria indenizado de sacrifícios tais e de tão pesadas cargas pela abolição de alguns impostos e direitos; o governo imperial, pelo contrário, esmagou a nossa principal indústria, vexando-a ainda mais.

A carne, o couro, o sebo, a graxa, além de pagarem nas alfândegas do país o duplo do dízimo de que se propuseram aliviar-nos, exibiam mais 15 por cento em qualquer dos portos do império.

Imprudentes legisladores nos puseram desde esse momento na linha dos povos estragados, desmoralizaram a nossa província, e de fato a separaram da comunhão brasileira.

Pagávamos todavia 80 réis de dízimos do couros, e mais 20 por cento sobre preço corrente, nós que já íamos vencidos na venda destes gêneros pela concorrência dos nossos vizinhos nos mercados gerais.

Repetidas representações de nossa parte sobre este assunto foram constantemente desprezadas pelo governo imperial.

Tirou-se o dízimo do gado muar e cavalariço, e substituiu pelos direitos de introdução às outras províncias. Nós os pagávamos onerosos em Santa Vitória, escandalosos em Rio Negro, insuportáveis em Sorocaba, pontos preciosos do trânsito dos nossos tropeiros aos mercados de São Paulo, de Minas, e da Corte.

Era o Rio Grande uma província de primeira ordem, se se tratava de concorrer para as despesas gerais; entrava quase na última, quanto à sua representação no congresso geral.

Tínhamos rendimentos bastantes para sustentar um tribunal de segunda e última instâncias, um tribunal que nos era garantido pela constituição do estado, entretando nos era preciso procurar na corte os recursos judiciários naquela instância com enormes sacrifícios.

Em vão representamos para que se aumentasse o número dos nossos deputados à assembléa geral, e se creasse uma Relação em nossa província.

Em um só ano sacou sobre o nosso tesouro a es-pantosa soma de 800:000\$000; foram quase equivalentes a esta quantia os subseqüentes sucessivos saques, que para diante contra nós se fizeram.

Baldadas foram as veementes representações da junta provincial, expondo a penúria em que a guerra deixara o nosso tesouro, e pedindo a cessação desse esbulho revoltante e indecente.

Montava a 24:000\$000 o suprimento anual que fazíamos à província de Santa Catarina, além de outros avultados saques a favor dessa província. O tesouro da província de São Paulo nos devia uma soma avultada; o governo imperial a deu por satisfeita, não obstante haver já concedido àquela província os direitos dos nossos animais introduzidos para a mesma província.

A quem poderemos persuadi-lo? O Rio Grande, que amplamente supria e sustentava outras províncias, que satisfazia pronto e generoso as repetidas e imoderadas requisições do seu governo, que amontoava anualmente em seus cofres as copiosas somas dos seus facultosos rendimentos.

O Rio Grande cheio de ouro e de recursos só podia dispor em virtude de uma lei assassina, da mesquinha quantia de 111:340\$000 para fazer frente às numerosas precisões e despesas provinciais.

Alimentávamos os outros na abundância e perecíamos de miséria; sustentávamos o fausto, as extravagâncias de ministros dilapidadores, e não podíamos satisfazer as mais urgentes exigências da sociedade em que vivíamos, e para cúmulo de afrontas recebíamos de mãos estranhas, e como por esmola, a miserável quantia, que de nossos próprios cofres nos concediam.

Preciso fora havermos renunciado a todo o sentimento de honra e decoro, e nacional dignidade; termos descido finalmente ao último escalão de uma raça humilhada e embrutecida, para sofrer tantas injúrias sem as haver repellido.

Contemporizamos apesar disso. Mas entrava no plano de nossos ímpios tiramos, levar-nos a desesperação por meio da intriga; exigia-se o aniquilamento da nossa pátria.

As riquezas naturais da nossa província, seus imensos recursos, sua fortíssima configuração topográfica, o carácter altivo e marcial de seus habitantes não estavam certamente em harmonia com os temerosos sustos de sua possível separação, com os fracos meios repressivos, de que podia servir-se o governo imperial, para retê-la na sujeição e obediência.

Tremeu de que pudesse escapar-lhe esta avultada presa: resolveu pois aniquilar-nos. Excesso de covardia e de maldade!

Na aplicação de uma política leal e benéfica teria aquele governo facilmente encontrado o segredo infalível de dispôr da nossa vontade, como sempre o fizera do nosso dinheiro; prefere infelizmente tornar contra si aquelas vantagens, de que tanto proveito havia tirado, e podia continuar a tirar, se soubesse ser justo e magnânimo.

Poremos de parte as tramas urdidas, as intrigas projetadas pela reunião dos absolutistas restauradores, formando um corpo ilhado e estranho a todas as associações filantrópicas do país, debaixo do título distintivo de "Sociedade militar", que os nossos tiranos favoreciam, fingindo desaproveitar, mas que soubemos compelir ao silêncio em Porto Alegre, tendo o prazer de ver os nossos irmãos fluminenses fazerem outro tanto no Rio de Janeiro.

As dissensões domésticas de um estado vizinho não se passavam, sem que o governo imperial tentasse disto tirar partido para chegar a seus fins.

Protege a oposição armada no Estado Oriental; envolve a nossa província nessa queda desgraçada; compromete a paz e magestade do império; e conclui perseguindo aleivosa e indignamente os desordeiros montevidanos, depois de os haver protegido.

Assim pensava divertir a atenção pública de seus continuados desvarios administrativos; assim pensava ele dar uma direção estranha às nossas dissensões intestinas.

Não param aqui os absurdos daquele governo; opôs aos patriotas indignados dos seus erros aqueles mesmos Portuguezes ingratos, que tanto hostilizavam ao Brasil; esposou abertamente a causa dos absolutistas, que recorriam ao regresso, depois de haverem desesperado da restauração do seu príncipe.

O general comandante da armas em nossa província foi posto em consequência à testa dos sectários do regresso, e tinha ao mesmo tempo a seu cargo proteger o movimento dos descontentes orientais, e perseguir e desacreditar aos patriotas continentistas.

Três resultados se prometiam aqueles que desta tática se serviam: não deixar respirar o povo oriental, a cuja reunião jamais renunciou sinceramente a corte do Rio; acabar com as liberdades pátrias no Rio Grande; privá-lo ultimamente do auxílio, que poderiam presta-lhe as afeições generosas do estado limítrofe.

É a hospitalidade rio-grandense universalmente conhecida; célebres historiadores a têm preconizado, é um hábito inveterado, uma virtude arraigada ao coração do povo.

O patriota rio-grandense, verdadeiramente cosmopolita, aqui a oferece franca, larga e generosa ao primeiro infeliz que se apresenta à sua vista. Ele não pode ser indiferente aos prófugos da Banda oriental, que lhe pediam um asilo.

Quando o Rio de Janeiro, assombrado de seus maquiavélicos desvarios, perseguia os emigrados de Montevidéo, e mandava assassinar-lhes os chefes, ou lhes retirava os recursos, que até então lhes havia prestado, os

rio-grandenses patriotas, incapazes de tão iníqua vileza, continuaram-lhes a beneficência do hospício uma vez dado... e este ato de humanidade, e de virtude lhes foi imputado a crime; e não duvidou persegui-los o governo imperial, crendo assim justificar-se com o estado limítrofe de suas manifestas e reconhecidas perfídias.

Tal era a nossa posição em 1834, quando o primeiro magistrado da província, o delegado do governo imperial, se uniu ao general das armas para escravizar-nos, descarregando o último golpe sobre as nossas liberdades pátrias.

Foi então que vimos a perseguição, o arbítrio, e o terrível espírito de vingança reduzidos a sistema, e a imbecilidade e o despotismo querendo arrogar-se as honras do saber e da legitimidade.

Crescida multidão de empregados civis e militares são apeados de suas comissões ou empregos, e imediatamente substituídos por homens notoriamente conhecidos inimigos do sistema constitucional.

Vimos autoridades populares e inaudito número de varões probos e conspícuos envolvidos aleivamente nos laços insidiosos de processos intermináveis.

Vimos as prisões públicas atulhadas de vítimas ali acintosamente detidas e maltratadas. Nossos tiranos excederam-se a si mesmos, multiplicando essas vexações e injustiças na vila do Rio Pardo, uma das povoações mais consideráveis da nossa província.

Apesar das instâncias da assembléia provincial o julgamento daqueles indivíduos foi adrede retardado pelo infesto presidente.

Teve o arrojo este nosso insigne opressor de erigir-se legislador; assume atribuições soberanas, e dispõe dos dinheiros e fazenda pública do mesmo modo que atacava a nossa honra, segurança e liberdade.

Concede de seu próprio moto o direito do cidadão a um súbito português, e assina-lhe um emprego público.

Concede auxílios pecuniários dos cofres da nação para continuação de um tempo consagrado ao culto de religião estranha, calcando assim o artigo 5 da constituição, com o fim único de formar-se um partido em uma nova colônia composta de estrangeiros.

Distribui sem a necessária permissão dinheiros públicos pelos empregados da secretaria da presidência.

Aumenta de quatro por cento os soldos dos guardas policiais, e o jornal dos operários do nosso arsenal de guerra.

Deste modo mantém com os dinheiros de um povo livre novos prosélitos, que engrossem seu partido, e algum dia consuma a inteira abolição da liberdade em nosso país.

Que mais restava ao delegado do governo para execução do plano que estava a seu cargo ?

Um único protesto certamente, que, acobertando-o dos praticados desatinos, o habilitasse também para outros que projetava.

Depois de ter, para assim o dizer, processado ou encerrado em estreitos calabouços quase toda uma província, conclui denunciando-a toda inteira e em plena assembleia de querer separar-se da comunhão brasileira, ligando-se aos Orientais. Assim processa, prende e castiga, e só depois denuncia o crime suposto de suas vítimas sacrificadas.

Principiou por onde todos os monstros acabam: fez preceder a pena à calúnia, que a deveria ter provocado. Fez mais: levado de um acesso de delírio, proventura arrastado pela mão irresistível do Todo-Poderoso, que cega primeiro o malvado que intenta punir, transfere-se à casa das sessões legislativas, e confessa por sua própria boca, que a província era inocente, e que só ele havia-se torpissimamente enganado.

Aniquilou-se, desacreditou-se, suicidou-se a si mesmo ! Morreu morte política na opinião de todos os homens sensatos; cobriu-se de eterno opróbrio; mas nem neste extremo abandonou o arrojo de agrilhoar a nossa pátria: continuou a hostilizá-la.

Cabalou, intrigou a própria legislatura, reduziu alguns, surpreendeu a outros, e resultaram desses sacrílegos manejos as leis insensatas e atrozes que deviam acender os brandões da guerra civil, pôr em combustão o país todo, extinguir o último vestígio da liberdade, submeter-nos algemados a nossos implacáveis tiranos.

Tal era a lei da criação de um corpo policial, que devia consumir anualmente a exorbitante quantia de 200:000\$, organizado, disciplinado e comandado *ad libitum* do presidente.

Tal era a outra, que estabeleceu o imposto de 10\$000 sobre légua quadrada do campo, e criou o direito sobre os chapeados, as esporas e os estribos dos nossos cavaleiros, além de outras muitas imposições igualmente injustas e impolíticas, mas necessárias para a sustentação dos novos pretorianos, que deviam por as algemas em nossos pulsos.

Tão desatinadas disposições foram logo feridas de reprovação pelo instinto comum; a voz pública as condenava, e a elas só atribuía toda a extensão do mal que nos ameaçava de tão perto: a irresistível força da opinião pública, desta rainha do universo, apontou para os nossos opressores essas armas, que eles preparavam contra nós.

Mas ainda lhes restava um recurso: a imprensa. Eles a degradam de sua nobre missão, transformando-a em veículo impuro dos injuriosos ditos, grosseiras invectivas, e difamante impropério. Falam, e já não há entre nós um só homem de bem, que não seja uma vítima; já não existe

aquelas providências por que as nossas circunstâncias instavam, e protestando obediência e adesão ao governo de S.M.I., a quem pediam também a punição dos delitos do presidente deposto em uma acusação formal.

Quando assim tranqüilos esperávamos fraternais sollicitudes do governo imperial, que viessem reparar de um todo os danos e não merecidas injúrias, que acabávamos de sofrer, é esse o mesmo momento em que este governo, desprezando as nossas justas e bem fundadas representações, entendendo talvez ser o ensejo favorável para completar o nosso aniquilamento, com grande surpresa de nossa parte, nos declara uma guerra caprichosa, impolítica, imoral e injusta.

Vimos aportar às nossas praias um novo delegado daquele governo em brigue de guerra, carregado de munições e armamento.

Vimos que à vice-presidência na assembléia provincial uma só contestação se não dava de seus officios e representações.

Notamos a desusada incivilidade de não dar o comandante daquele brigue, que devia ser seguido de uma força marítima mais considerável, a menor satisfação de sua chegada à primeira autoridade da província.

Notamos a mora suspeitosa do novo delegado na cidade do Rio Grande.

Vimos o aviso, que lhe dirigiu o mistério, mandando processar o vice-cônsul Amburgues por haver recomendado aos súditos de sua nação que não tomassem parte em nossas políticas dissensões.

Vimos, finalmente, que os nossos opressores, longe de dar por justificada a nossa resistência ao temível procônsul, que tanto nos havia hostilizado, tentavam semear a discórdia, dividir os ânimos e iludir-nos, porque depois de nos enfraquecer podem mais facilmente impor-nos o pesado jugo da mais infame escravidão.

Queríamos ver esclarecida esta sua odiosa política.

Nossos representantes fundados em nossa legislação pátria espçam a posse do novo eleito, deferindo a fundada representação, que para isso lhes dirigiu pacífica e competentemente o povo da capital.

Nos é certamente prometida uma anistia; mas o procedimento ulterior do enviado do governo imperial bem depressa nos fez conhecer que essa prometida anistia não era outra coisa mais que uma cilada ou ardid semelhante àqueles de que se servira outrora o seu governo para assassinar perfidamente os chefes da resistência nas províncias do Ceará e Pará.

Sim, o presidente nomeado não acode ao chamamento dos nossos representantes provinciais para prestar o indispensável juramento e tomar posse de seu cargo; ilegalmente a toma na câmara

municipal da cidade do Rio Grande com ofensa de um artigo da constituição política do estado.

Não veda tão grande escândalo, que nossos legisladores o convidem a ratificar a sua posse perante eles, como lhe cumpria, mas o insidioso enviado do governo imperial, depois de prometer que assim procederia, com assombro de todo homem sensato e inaudita violação das regras do direito universal e pátrio, pertinaz na carreira do crime, decreta a dissolução do nosso corpo legislativo provincial, e proclama guerra contra ele e contra o povo, que o sustentava, em defesa de suas leis, tão indignamente ultrajadas, em defesa de sua dignidade e de seus direitos tão torpemente vilipendiados, levantam os patriotas sul-riograndenses a terrível luva que os seus opressores lhe lançavam; e tendo de optar entre a liberdade e os ferros, entre a escravidão e a morte, abraçaram a guerra com todas as suas conseqüências e se arrojaram aos combates.

Por ventura, disseram eles, constrangeremos nossos tiranos a render-nos justiça à força de virtude e de coragem, e mais circunspectos e prudentes na escola da adversidade, que os espera, reconhecerão um dia a insuficiência dos meios de que podem dispor para escravizar-nos, e encontrarão no silêncio das paixões ferozes que os agitam, o segredo infalível de conduzirem-se pelos ditames da justiça com que nos faltam.

Correram rios de sangue sobre o agitado continente desde aquela época desgraçada, até que um daqueles golpes de fortuna tão pouco calculáveis quão freqüentes vezes repetidos nos campos de batalha, nos trouxera a convenção da ilha do Fanfa e a horrenda perfídia com que os homens que se diziam legais, a violaram.

Alguém é aleivosamente preso, remetido aos subterrâneos do Rio de Janeiro e encaminhado dali a um remoto desterro, tendo a fortuna de escapar durante aquele trajeto à sanha dos seus algozes e ao veneno que desumanos portugueses na Bahia lhe haviam preparado.

Distintos oficiais militares foram da mesma sorte arrebatados da província e igual fortuna correram muitos outros cidadãos qualificados, e os próprios deputados ao corpo legislativo, não obstante a sua inviolabilidade pelas opiniões emitadas no exercício de suas funções garantidas pela constituição.

Foram publicamente degolados sobre as estradas públicas ou em suas próprias casas, inúmeros guerreiros, aos quais a convenção de Fanfa havia anistiado, não obstante um salvo conduto de que se achavam munidos.

Em menoscabo daquela convenção são presos centenaes de homens violentamente arrastados dos seus domicílios à enxovia, que se atulha com o seu número, e por fim os seus algozes os precipitam nos

pestíferos e imundos pontões, onde jazem até agora, perecendo à fome e horrivelmente flagelados os que ainda não levaram a palma do martírio.

A perseguição, os insultos, o assassínio e o roubo tornam-se virtudes, se se exercem contra patriotas; enche-se a capital de Porto Alegre com os despojos de suas casas e herdades, até do último utensílio espoliadas.

A simples suspeita era logo seguida de vexação e tropelia da pessoa indigitada.

Vimos com ofensa das leis da humanidade restabelecida a tortura.

Vimos com pasmosa infração do direito das gentes detido e preso na cidade do Rio Grande um dos nossos parlamentários; e rechassado a tiros de fuzil outro que dirigimos às linhas da capital.

Vimos a lei horrorosa da suspensão das garantias investindo o delegado do governo imperial e até o último dos seus agentes do tremendo poder discricionário e nossos tribunais convertidos em verdadeiros tribunais revolucionários.

Vimos processos monstruosos, falsas denúncias, delações sistemáticas e caprichosas levando centenares de cidadãos conspícuos aos mais remotos destertos.

Vimos um governo atroz e desumano, mas que se jacta de legal e justo, compeler a golpes de espada ou à ponta de baioneta o pai, o filho, o irmão, o amigo a baterem-se e trucidarem-se, e armar contra nós quantos malvados, assassinos, salteadores e criminosos retinham as nossas cadeias e prisões provinciais.

Vimos rotos os liames da sociabilidade, violadas todas as suas leis, entronizada a violência, coroado o delito e a virtude nos ferros.

Um só recurso nos restava, um único meio se oferecia à nossa salvação, e este recurso e este meio único era a nossa independência política e o sistema republicano; só assim podíamos adquirir a força, a compactibilidade e a energia necessária para debelar nossos algozes em tão lamentável catástrofe.

Cedemos à voz santa da natureza, cumprimos as eternas e imutáveis leis do criador, lançando mão desse recurso e desse meio único de salvação.

Perdidas, pois, as esperanças de concluir com o governo de S.M.I. uma conciliação fundada nos princípios da justiça universal, os Rio-grandenses, reunidos às suas municipalidades, solenemente proclamaram e juraram a sua independente política, debaixo dos auspícios do sistema republicano, disposto todavia a federarem-se, quando isso se acorde, às províncias irmãs que venham a adotar o mesmo sistema.

Bem penetrados da justiça da sua santa causa, confiando primeiro que tudo no favor do juiz supremo das nações, eles têm jurado por esse mesmo supremo juiz, por sua honra, por tudo que lhes é mais caro, não aceitar do governo do Brasil uma paz ignominiosa, que possa desmentir a sua soberania e independência.

Piratini, 29 de agosto de 1838. Bento Gonçalves da Silva, presidente; Domingos José d'Almeida, ministro do Interior.

( Publicado nos nºs 2,3 e 4 de **Povo**, jornal dos farroupilhas, de Piratini; transcr. da Rev. do Inst. Hist. Geogr. Brasileiro, tomo 46, parte 2ª, 1883, pp. 406 a 421 ).

\*

## A AUTORIDADE POLÍTICA

( Diderot )

Nenhum homem recebeu da natureza o direito de comandar os outros. A liberdade é um presente do céu, e cada indivíduo da mesma espécie tem o direito de gozar dela logo que goze da razão... Toda outra autoridade ( que a paterna ) vem duma outra origem, que não é a da natureza. Examinando-a bem, sempre se a fará remontar a uma destas duas fontes: ou o consentimento daqueles que lhe são submetidos, por um contrato celebrado ou suposto entre eles e aquele a quem deferiram a autoridade. O poder que se adquire pela violência não é mais que uma usurpação e não dura senão pelo tempo por que a força daquele que comanda prevalece sobre a daqueles que obedecem... O poder que vem do consentimento dos povos supõe necessariamente condições que tornem o seu uso legítimo útil à sociedade, vantajoso para a república, e que a fixam e registrem entre limites; pois o homem não pode nem deve dar-se inteiramente e sem reserva a outro homem, porque há um Senhor superior acima de tudo, ao qual somente ele pertence por inteiro. É Deus, cujo poder é sempre imediato sobre a criatura, senhor tão cioso como absoluto, que nunca perde os seus direitos nem os comunica. Ele permite, para o bem comum e a manutenção da sociedade, que os homens estabeleçam entre si uma ordem de subordinação, que obedecem a um deles; mas quer que seja por razão e com medida, e não cegamente e sem reserva, a fim de que a criatura não se arrogue os direitos do criador. Toda outra submissão é verdadeiro crime de idolatria.

( Artigo **Autoridade Política**, de Denis Diderot, na **Enciclopédia**; apud, Freitas, Gustavo de — **Novocentos textos e documentos de História**, vol. III, pp. 22/23. Lisboa, Plátano Editora, 1976 ).

## VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

## NORONHA SANTOS ( 1876-1954 )

Tal como os de Vieira Fazenda, Moreira de Azevedo, Escragnolle Dória, Max Fleiuss e Roberto Macedo, entre outros, o nome de Noronha Santos está intimamente vinculado à história da cidade do Rio de Janeiro, onde nasceu e toda a vida viveu. Era de 1876, nascido a 19 de outubro. ( Raimundo de Menezes, em seu **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**, e J.R.Ribeiro Filho, no **Dicionário Bibliográfico de Autores Cariocas**, envelheceram-no onze anos, pois ambos dão o ano de 1865 como o de seu nascimento ). Francisco Agenor de Noronha Santos, seu nome completo. Estudou no antigo Colégio Perseverança e, depois, no Colégio Militar, que abandonou depois de três anos, por motivos de saúde. Todavia, mesmo sem ter realizado estudos regulares, adquiriu excelente formação básica, que lhe propiciou, não apenas o ingresso no funcionalismo municipal, mas o próprio manejo da língua, que o fez com desenvoltura, em numerosos livros. Seu primeiro cargo público foi na Diretoria da Fazenda, transferindo-se, a partir, de 1910, para o Arquivo da Municipalidade, onde realizou obra notável de administrador e principalmente de pesquisador. O contato com o riquíssimo acervo ali existente despertou-lhe o gosto pela investigação histórica, realizando obra de real significado, salvando da ruína e do esquecimento numerosos documentos que constituem boa parte da memória do então Distrito Federal.

Como historiador, deixou obra valiosa sobre o Rio de Janeiro, da qual destacam-se particularmente a **Corografia do Distrito Federal**, **Meios de Transporte no Rio de Janeiro**, os estudos sobre os limites entre o antigo Distrito Federal e o Estado do Rio de Janeiro, a biografia do Almirante Júlio César de Noronha, a monografia sobre as freguesias do Rio antigo, o alentado estudo sobre a Revolução de 1891 ( da qual participou, como voluntário nas tropas florianistas ) e, como se não bastasse, os prefácios e as notas que apôs à reedição, promovida por Zelio Valverde, das **Memórias para servir à história do Reino do Brasil**, do famoso Padre Pereca ( Padre Luís Gonçalves dos Santos ) e das memórias do Chalaça, Francisco Gomes da Silva, popularíssima e discutida figura do Primeiro Reinado.

Em oportuna nota publicada no **Boletim Informativo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** ( nº 9, de 1982, pp. 27/30 ), escreveu a Professora Izabel Margato do Prado Valadares:

“A partir de Noronha Santos, o Arquivo Municipal do Rio de Janeiro se transforma em um estabelecimento de consulta obrigatória, apto tanto a elucidar questões sobre direito de propriedade territorial, como a preservar a fisionomia histórica da Cidade.

Como historiador, deixou-nos Noronha Santos uma obra valiosa sobre o Rio de Janeiro, em vários livros e artigos publicados. Mas grande parte do resultado de seus estudos ainda permanece carente de uma organização laboriosa, já que muitos de seus escritos se encontram em sua forma original manuscrita, ou espalhados em notas e jornais da época. O homem que dedicou sua vida à organização dos documentos históricos do Arquivo Municipal não teve a possibilidade de elaborar completamente a sua História da Cidade do Rio de Janeiro. Falta, pois, na atualidade, alguém que ame o Rio como ele amou e que compreenda seu trabalho. Não basta escrever sobre ele. É preciso trabalhar como ele, ser consciente como ele e entender, como ele, que a morte de um homem não é a morte de sua obra. Seus escritos e anotações aí estão para comprová-lo.

Seu valioso fichário de assuntos brasileiros e, especialmente cariocas, encontra-se no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Essa preciosa doação, de amor e de história, fonte de consultas constantes de estudiosos e historiadores do Rio de Janeiro, tem merecido os cuidados do Serviço de Documentação Permanente e Intermediária do AGCRJ, visando à publicação, de forma sistemática, das informações que Noronha Santos registrou ao longo de sua vida. Esse trabalho de divulgação pretende catalogar e transcrever as diferentes fichas — por assunto, cronologia e ordem alfabética — para uma publicação, que facilitará o acesso do público ao conhecimento destes indicadores da história do Rio de Janeiro.

Noronha Santos: um nome. Pouco conhecido, nada conhecido, não importa. Não importa porque a ele não importava o fazer o seu próprio nome. No entanto, aquele homem que se escondeu num quase não-nome histórico é exemplo do que precisa ser recuperado: a consciência plena de que o indivíduo, que é mortal, acaba — mas a história não. A história precisa ser registrada, já que não acaba na memória individual que se encerra com a morte. Noronha Santos é, portando, aquele que viu, com os olhos no futuro, o presente vivido. E fez a história, que é, antes de tudo, a vida”.

Na mesma cidade onde sempre viveu, Noronha Santos faleceu a 15 de março de 1954. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à Sociedade Brasileira de Geografia.

**Bibliografia ( em livros ) de Noronha Santos:**

**Apontamentos para o Indicador do Distrito Federal.** Rio de Janeiro, Tip. do Instituto Profissional, 1900.

**Índice alfabético do livro de Contratos e Concessões.** Rio de Janeiro, Tip. do Instituto Profissional, 1902.

**Corografia do Distrito Federal,** aprovada e adotada pelo Conselho Superior de Instrução. Rio de Janeiro, B. de Aguila, 1907.

**Memória acerca dos limites do Distrito Federal com o Estado do Rio Janeiro.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919.

**Limites do Distrito Federal.** Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1920.

**Meios de Transporte no Rio de Janeiro: história e legislação.** Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1934. 2 volumes.

**A Revolução de 1891 e suas conseqüências.** Rio de Janeiro, Ministério da Educação, 1939. Volume II da coleção **Florianópolis: Memórias e Documentos**, comemorativa do centenário do "Consolidador da República".

**Centenário do Nascimento do Almirante Júlio César de Noronha.** Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1945.

**Esboço histórico acerca da organização municipal do Distrito Federal.** Rio de Janeiro, Tip. de "O Globo", 1945.

**Fontes e Chafarizes do Rio de Janeiro.** Rev. do Patrimônio Hist. e Artístico Nacional, v. 10, pp. 5 a 133. 1946.

**Esboço histórico de Vieira Fazenda.** Rio de Janeiro, Centro Carioca, 1947.

**Resenha analítica dos livros e documentos do Arquivo Geral da Prefeitura.** 1949.

**As Freguesias do Rio Antigo.** Intr., notas e bibliografia de Paulo Berger. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965 ( obra póstuma, ).

\*

Deixou inéditos diversos índices da legislação antiga sobre o Rio de Janeiro e também um, das **Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro**, de Vieira Fazenda.

**Obras prefaciadas e anotadas:**

**Memórias**, de Francisco Gomes da Silva ( Chalaça ), Rio. Valverde, 1939. **Memória para servir à história do Reino do Brasil**, do Padre Luís Gonçalves dos Santos ( Padre Perereca ). Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943.

\*

**Crônicas da cidade do Rio de Janeiro.** Vol. 1. Rio de Janeiro, Padrão Inst. Est. do Livro, 1981, 276 p. ( Trata-se de volume póstumo, reunindo artigos inéditos deixados pelo autor. A apresentação, de Leodegário A. de Azevedo Filho, informa que a série deverá constar de diversos volumes. Só temos notícia da publicação deste primeiro. Agradeceremos a quem puder nos informar sobre os demais volumes anunciados. )

## SELETA

## O ENCILHAMENTO ( Noronha Santos )

Iniciada em 1889 a jogatina da Bolsa, e reaparecida com intensidade em junho de 1890, ampliou por esta época seu âmbito de ação, à medida que se intensificava a alta de títulos.

Em seu mecanismo de lucros e perdas, golpeado afinal pela revolução de 23 de novembro, criou o **Encilhamento** um mundo de sonhos das mil e uma noites. Organizaram-se empresas de toda qualidade, e bancos e companhias, cujos capitais, subscritos prontamente, geraram um ambiente de grandezas e o delírio do luxo.

No decurso de onze meses, de novembro de 89 a outubro de 1890, só as sociedades anônimas, fundadas nesta Capital, dispuseram de recursos monetários e de títulos, que atingiram à descomunal importância de 10.169.380:000\$000.

A massa de papel moeda gerou, diz Calógeras em sua erudita monografia sobre a política monetária do Brasil, a facilidade de negócios de toda a espécie, dando origem, por sua vez — adianta outro autor ( Antônio de Barros Ramalho Ortigão ) — às aventuras da especulação e aos abusos do crédito.

Desenvolveu-se a agiotagem em operações mercantis. O jogo dominou todos os espíritos, tendo por objeto tanto os títulos da Bolsa, como a taxa cambial.

Nessa fase de grandes empreendimentos de projetos fabulosos, só se expressavam — acrescenta ilustre economista — em milhares de contos as fortunas fáceis, surgindo à incorporação de inúmeras empresas.

O delírio, segundo Calógeras, tinha chegado ao ponto de já não se achar nome para dar às novas empresas.

Para tudo havia sempre tomadores. Pagava-se prêmios por títulos novos ainda não negociados.

Agravara essa situação o regime das emissões, utilizando-se alguns estabelecimentos bancários das próprias notas do Tesouro, que remaravam com dizeres relativos ao instituto emissor. O governo de Floriano pôs termo à desenfreada jogatina da Bolsa, resultante dessas várias especulações e especialmente da derrama de debentures lançadas à praça pela **Companhia Geral das Estradas de Ferro**.

Esse ato que condizia com a moralidade do governo da República e impedia a desmoralização do meio circulante, pelo aumento que ia tendo a circulação inconvertível, como também pela dispersão dos fundos, em menosprezo da enorme soma de papel emitido, criou uma atmosfera de queixas.

Em breve tempo essas queixas se transformaram em vindictas dos que haviam enriquecido da noite para o dia e dos que ainda pensavam enriquecer. Dentro em pouco, elas explodiram com maior violência contra o governo honesto de Floriano. Rugiram cóleras e assanharam-se despeitos. Fizeram-se, para isso, alianças de toda a sorte. Néo-republicanos, ambiciosos, ou supostos partidários do novo regime, começaram a conspirar dentro e fora do país, aliando-se às correntes hostis à República, obedientes ao **sebastianismo** ou trabalhadas pelo saudosismo monárquico.

É dessa época a primeira manifestação cabal do retrogradismo monárquico, a sonhar com a possível restauração do sistema político desaparecido a 15 de novembro de 89. Foram constantes e esforçados pregadores dessas idéias alguns brasileiros de famílias opulentas e aristocráticas que, no exterior, sobretudo em Paris e Lisboa, em Montevideo e Buenos Aires, fizeram campanha de descrédito das novas instituições, organizando **comitês** e preparando elementos para invasão do território nacional.

O **Encilhamento** foi interessantíssima página de história dos costumes nacionais.

Para os cofres dos potentados do dia, o jogo da Bolsa canalizava facilmente dinheiro, dando-lhes abastança que se lhes afigurava inesgotável.

Homens e fatos de **Encilhamento** revivem no romance de Taunay, nas crônicas de Machado de Assis e Ferreira de Araújo e nos jornais e documentos daquele agitado período da vida nacional, em que as cascatas de idéias, de invenções, rolavam sonoras e vistosas para se fazerem contos de réis.

Assinalara além disso o **Encilhamento**, com a queda das negociatas da Bolsa, a formação de uma das cédulas da reação política ao governo de Floriano.

Da derrocada dos **bolsistas** explodiu espumante de ódios, tenaz e ininterrupta, a **conspirata** de muitos revolucionários de 92 e 93.

Em pouco tempo esses despeitos e ódios seriam financiados por brasileiros do **Café de la Paix**, em Paris, e por parte da colônia portuguesa no Brasil — embezerrada num ferrenho conservantismo que a fizera escravocrata e monárquica, e a transformou, naquela época, num dos centros mais antipáticos e hostilizados da reação anti-republicana.

( **A Revolução de 1891 e suas consequências**, pp. 121/123. Rio de Janeiro, Ministério da Educação, 1939; volume II da coleção **Floriano: Memórias e Documentos** ).

## RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

( Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no Correio Popular, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram divulgadas ).

### 127. SOBRE VIDAS EM FATOS

Isnard Rocha é um ilustre pastor evangélico que, ao fazer jus à aposentadoria após mais de quarenta anos de exercício do ministério em diversas igrejas metodistas, passou a residir na encantadora cidade de Atibaia, onde, sem prejuízo de eventuais participações em atividades pastorais, dedica-se carinhosamente ao estudo da história de sua comunidade religiosa. Publicou, já, diversos livros de interesse para a história da Igreja Metodista: **Pioneiros e Bandeirantes do Metodismo no Brasil**, **Pepitas de meu Garimpo** e **Recordações sobre Vidas e Fatos**, que me sugeriu estes comentários.

Tive-o como contemporâneo no Granbery, o famoso colégio metodista de Juiz de Fora. No mesmo ano em que concluí o curso secundário, concluiu ele o curso teológico, ordenando-se pastor e servindo com extrema dedicação à sua comunidade. Na ocasião, fazia poucos anos que a Igreja Metodista se emancipara, tornando-se uma igreja nacional, inteiramente desvinculada da Igreja Metodista Episcopal do Sul dos Estados Unidos. O primeiro bispo “brasileiro” da nova igreja foi o velho missionário J.W. Tarboux, o qual, embora nascido nos Estados Unidos, desenvolveu toda a sua carreira religiosa em nosso País. Mas antes que tal acontecesse, o trabalho metodista no Brasil ( que, na época, se estendia de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul ) foi superintendido por bispos norte-americanos, designados pela Igreja-mãe, e em número de onze, todos eles biografados por Isnard Rocha na primeira parte de seu livro. Desde Granbery ( que deu nome ao colégio em que estudamos ) até Cannon Junior, as pequenas biografias que o autor traçou de cada um deles constituem preciosos subsídios para a história metodista, antes do ato de emancipação de 1930.

Mas, não são apenas os bispos americanos que ocupam lugar de destaque no livro do pastor de Atibaia. Como ele próprio escreveu na introdução, os nomes nele ventilados trarão à memória “gratas recordações, que lembram pessoas amigas”, que os leitores filiados à sua comuni-

dade certamente conheceram “na maravilhosa estrada da existência”. E com este espírito, quase cinquenta vultos significativos do metodismo brasileiro desfilam, todos eles marcando, de uma forma ou de outra, sua presença e atuação na história da organização eclesiástica a que pertenceram. Com exceção dos bispos americanos, todos os demais foram pessoas do convívio do autor, razão pela qual seu livro reflete, também, um sentido de reminiscência, que lhe dá um toque bastante humano. Com seus livros, Isnard Rocha junta-se a tantos outros que têm cuidado da história do metodismo no Brasil: James Kennedy, Paul E. Buyers, Gonçalves Salvador, Duncan Reily, para citar apenas os mais conhecidos. (13-3-1985)

\*

## 128. VIAJANTES ESTRANGEIROS NO ESPÍRITO SANTO

Em nota publicada nesta mesma folha, em 23 de março de 1983, intitulada “Dois outros príncipes alemães”, fiz referência à Princesa Teresa da Baviera, que viajou pelo Brasil em fins do século passado, publicando, em 1897, sua **Viagem aos trópicos brasileiros**. Lembrando que seu livro, embora não tenha ainda cem anos, é dos menos conhecidos e citados em nossa bibliografia de viajantes estrangeiros, sugeria a alguma editora que promovesse sua tradução e edição, não só pelo valor do livro, como também porque são raríssimos os livros de viagens escritos por mulheres e, mais ainda, uma princesa... E afirmava, para frisar a raridade do livro, que além de Luiz da Câmara Cascudo, só o encontrara referido na **Bibliografia do Rio de Janeiro**, de Paulo Berger.

Quando escrevi a referida nota, ainda não conhecia o livro de Levy Rocha intitulado **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo**, publicado em Brasília, em 1971. Do autor, conhecia a edição comentada da viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo, publicada em 1960 na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Mas, desconhecia completamente o valioso livro em que resume depoimentos de estrangeiros que escreveram sobre a terra capixaba, aliás sua terra. E é um seu coestadano, o cronista Rubem Braga, que, prefaciando o livro, ressalta o seu valor: “lendo-o, não apenas a gente aprende muita coisa, como tem vontade de saber mais, procurando os textos que ele cita”.

Pois bem: entre os textos que “ele cita”, encontra-se a desconhecida Teresa da Baviera, de cuja obra **Meine Reise in den Brasilianischen Tropen**, o sr. Levy Rocha conseguiu a tradução dos três capítulos que se referem ao Espírito Santo. O que a princesa escreveu não está propriamen-

te transcrito, mas resenhado de maneira bastante feliz no livro em questão. A viagem de Teresa Carlota ao Espírito Santo durou de 25 de agosto a 12 de setembro de 1888 e ocupa o capítulo final do interessante livro do escritor capixaba. Agora, posso, então, retificar o que escrevi em 1983, informando que, além de Câmara Cascudo e Paulo Berger, também o escritor Levy Rocha ocupou-se da princesa viajante. Mas continuo afirmando ser uma pena não termos seu livro na íntegra, o que viria muito enriquecer a bibliografia de viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil. E continuo oferecendo a sugestão às editoras eventualmente interessadas.

Os outros viajantes de que trata Levy Rocha já são mais conhecidos e suas obras estão traduzidas: Saint-Hilaire, Tschudi, Biard, Freyreiss, Maximiliano, Sellow, Descourtilz e Hartt. Mas o fato de já as possuímos em nossa língua não tira nenhum mérito ao livro do autor espírito-santense ( 12-6-1985 ).

\*

## 129. A MORTE DE PEDRO CALMON

Com a morte de Pedro Calmon no último dia 17, perdeu o Brasil um dos seus maiores historiadores. Foi chocante a pouca atenção que a Imprensa de São Paulo deu à ocorrência, procedimento que foi verberado, aliás com muita propriedade, pelo professor Miguel Reale na última sessão da Academia Paulista de Letras. Nascido na Bahia, em 1903, completaria 82 anos em dezembro, dos quais, mais de sessenta vividos no Rio de Janeiro, onde se desenvolveu toda a sua carreira, na política, no magistério, na administração, na vida acadêmica e na pesquisa histórica. Professor catedrático de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da antiga Universidade do Brasil, reitor desta Universidade por muitos anos, ministro da Educação, deixou magnífica folha de serviços ao ensino no Brasil, participando, quando ministro, da instalação de diversas universidades pelo País afora, inclusive a Católica de Campinas, na qual proferiu a lição inaugural.

Era o mais antigo membro da Academia Brasileira de Letras, para a qual foi eleito em 1936, na vaga de Felix Pacheco. Extremamente dedicado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi seu presidente por quase vinte anos, desde a morte de Macedo Soares, em 1968. ( Lembre-se, de passagem, que no tradicional sodalício fluminense a presidência é vitalícia ).

Sua imensa produção, abrangendo a história, o direito e a literatura, teve início ainda na década de 20, quando, jovem de pouco mais de

vinte anos, publicou uma história de seu Estado, um livro de contos e um estudo sobre as bandeiras baianas. Desde então, avolumou-se consideravelmente sua bagagem literária, com mais de cinquenta volumes, além do que deixou esparsos em revistas culturais, notadamente na do Instituto Histórico Brasileiro. Embora de natureza desigual — o que é inevitável em quem escreve muito — Calmon deixou obras que constituem marcos significativos da bibliografia histórica brasileira. Entre muitas, as duas séries de **História do Brasil** (uma em cinco volumes para a coleção “Brasiliana”, outra em sete, para a Editora José Olympio), a **História Social do Brasil**, a **História de D. Pedro II**, a trilogia sobre nossos monarcas (**O Rei do Brasil**, **O Rei Cavaleiro e o Rei Filósofo**), biografias de figuras ilustres de nosso passado: Anchieta, Vieira, Isabel, Castro Alves, Marquês de Abrantes, Barão de Loreto; uma **História da Independência do Brasil** e outra da Literatura Baiana e ainda a magnífica **História da Casa da Torre**.

Não era autor de leitura fácil pelo exagerado rebuscamento de seu estilo. Mas, a compensar isto que, na realidade, era um traço de sua personalidade, havia em Pedro Calmon, e com grande evidência, aquilo que a historiografia moderna mais reclama: a indicação correta das fontes, como respaldo de tudo quanto escrevia. (26-6-1985)

\*

### 130. INFLUÊNCIA DE PEDRO CALMON

Em nota anterior, procurei suprir o que deveria ter sido publicado pela Imprensa de nossa terra quando do falecimento de um dos nossos maiores historiadores. Gostaria de complementar o que então escrevi recordando alguma coisa de natureza muito pessoal. Meu relacionamento com Pedro Calmon não foi grande: encontros ocasionais em congressos de que participamos, conferências suas a que compareci, quase todas brilhantes, pois foi, em certa época, um dos maiores oradores brasileiros. Pouco mais que isso. As duas últimas vezes em que compareci ao Instituto Histórico não tive o privilégio de encontrá-lo: numa, andava por terras lusitanas; noutra, encontrava-se acamado. Guardo, na memória e no coração, as palavras amáveis que me dirigiu quando de minha posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Todavia, se pouco conheci o homem, posso gabar-me de um razoável conhecimento de sua obra, cujo aparecimento acompanhei sempre com muito interesse. Era ainda menino de ginásio, quando li **Pedras d'Armas**, aliás seu primeiro livro, e que me fora oferecido pelo hoje ilustre

jurista desembargador Antônio Rodrigues Porto, na época meu colega de curso secundário no Ginásio “Guedes de Azevedo”, de Bauru, isto lá por 1929 ou 30. Pela mesma ocasião, li sua **História da Bahia**, publicada numa coleção de histórias estaduais lançada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo.

Foi, porém, a partir de 1933 que Pedro Calmon começou a influir em minha formação. Naquele ano apareceu, como um dos primeiros volumes da coleção “Brasileira”, sua **História da Civilização Brasileira**. O livro me empolgou, embora fosse apenas um adolescente concluindo o curso ginásial. Encontrei nele o que desejava: não uma simples “História do Brasil” ( como tantas havia ), mas uma “História da Civilização Brasileira”. A diferença é muito grande e nesta diferença, que me foi acenada pela primeira vez pelo pequeno livro de Pedro Calmon, julguei encontrar a diretriz para os estudos que vieram a ser dominantes em minha carreira de professor e escritor de História. Disse-o de público – inclusive a ele próprio – quando, ao encerrar-se um congresso de História em Juiz de Fora, em dezembro de 1970, tive o privilégio de saudá-lo.

Embora algumas vezes, em livros posteriores, viesse a discordar do mestre, a influência de sua orientação marcou muito meus estudos, tornando-se o ponto de partida do pouco que consegui realizar em minha modesta carreira de professor. Sempre o proclamei – como fiz na reunião de Juiz de Fora – e é com verdadeira emoção que o recorde agora, nesta palavrinha de saudade ao mestre que se foi. ( 3-7-1985 )

ÍNDICES DOS NÚMEROS 117 A 120  
( Ano XVII, 1985 )

- 117 – janeiro/março – págs. 1 a 102  
 118 – abril/junho – págs. 103 a 190  
 119 – julho/setembro – págs. 191 a 278.  
 120 – outubro/dezembro – págs. 279 a 360.

ÍNDICE DE AUTORES

- ALMEIDA, Carlos de – Nota o livro “A conquista da América Latina vista pelos índios” – 160.  
 ALMEIDA, Domingos José – Manifesto do presidente da República Rio-grandense – 337.  
 BARBANTI, Maria Lúcia – Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo – 294.  
 BATTISTONI FILHO, Duílio – Porto Feliz nos seus primeiros tempos – 288.  
 BONAVIDES, Paulo – O pensamento político de Frei Caneca – 112.  
 BOPPRE, Maria Regina – Amadurecimento e triunfo da idéia das eleições diretas no ocaso do Império – 310.  
 BRUNO, Ernani Silva – Couty e o Brasil – 287.  
 BRUNO, Ernani Silva – O centenário de Toledo Malta – 223.  
 CALADO, Mena – A revolução de Goiana – 1  
 CARVALHO, Roberto Machado – Madre Maria Teodora Voiron e o ano de 1985 – 304.  
 DEL PICCHIA, Menotti – Campinas – 336.  
 DIDEROT, Denis – A autoridade política – 349.  
 DI GIANNI, Tercio P. – “Fratelli Italiani Uniti” – 234.  
 EZEQUIEL, ( Profeta ) – O comércio fenício em Tiro – 177.  
 FERREIRA, Mucio Porphyrio – Navegando em águas negras – 133.  
 FLORES, Hilda A, H. – Carolina von Koseritz – 284.  
 FROTA, Luciara de Aragão e – “Política nem sempre” e a atualidade contemporânea – 151.  
 GARCIA, Marco Aurélio – Memória da vida e das lutas sociais – 220.  
 GOUVÊA, Fernando Cruz – O Barão de Goicana e o seu diário – 199.  
 IGLESIAS, Francisco – Nova versão da História do Brasil – 213.  
 JOAO XXIII – A Irlanda e a América Latina – 265.  
 JORGE, Luiz Alberto – A relação histórica entre sociedade e espaço no processo de urbanização – 130.  
 LALLI, S. – O pensamento econômico e social de Calvino – 238.  
 LAPA, J.R. do Amaral – Grupo de Estudos de História Regional – 252.  
 MACEDO, Roberto – Carneiro de Batalhão, Águia de Haia – 182.  
 MARCONDES, J.V. Freitas – Um Brasil ainda pouco conhecido – 146.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – A História de Campinas em trabalho de classe – 102.

- MATOS, Odilon Nogueira de – A Morte de Pedro Calmon – 357.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – A Morte de um venerando general – 168.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – A propósito da “Cabanagem” – 275.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – A Rendição de Uruguiana e a viagem do Príncipe – 281.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Brasil Bandecchi – 329.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Campina no recenseamento do Marechal Mueller – 46.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – César Bierrenbach, patrono em duas Academias – 188.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Curso Brasil Bandecchi – 330.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Domenico Scarlatti, o mestre da sonata – 334.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Edições da carta de Caminha – 185.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Eduardo Carlos Pereira – 105.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Falecimento de Paul Arbousse Bastide – 169.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Fernand Braudel – 332.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Glória eterna aos fundadores da Mogiana – 174.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Hércules Florence – 46.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Influência de Pedro Calmon, – 358.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Irineu Guimarães – 1900.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – José Carlos de Macedo Soares – 268.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Leonardo Arroyo – 330.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Nisia Floresta – 277.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Noronha Santos – 350.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – O Álbum de Música de Rossini – 256.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – O cachorinho do gramofone – 172.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – O “Centro de Ciências, Letras e Artes” e sua revista – 73.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – O dever da verdade – 276.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – O dia do descobrimento do Brasil – 186.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – O pitoresco e o musical no Rio de Janeiro – 255.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – O Visconde de Indaiatuba e o trabalho livre em São Paulo – 61.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Primeiros tempos de Campinas – 9 a 36.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Reaparecimento da “Revista de História” – 169.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Roberto Macedo – 179.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Roquette Pinto no seu centenário – 193.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Ruy Martins Ferreira – 167.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Sobre vidas e fatos – 355.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Um missionário presbiteriano – 187.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Um pouco da História de Campinas – todo o nº 117.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – “Un che fa versi...” – 171.  
 MILHAUD, Darius – A música no Brasil – 171.  
 MOSCHEN, Renata M. – “Fratelli Italiani Uniti” – 234.  
 MOUTINHO, Nogueira – Escavação arqueológica encontra Manuel Bonfim – 122.  
 OCTAVIO, José – Paraíba: síntese histórica e evolução cultural – 204.  
 OLIVEIRA, Dirce Leite de – A mulher, o índio e o negro perante a Assembléia Nacional Constituinte – 307.  
 PUPO, Benedito Barbosa – Bauru e o Morgado de Mateus – 153.  
 REALE, Miguel, – Consciência nacional – 156.  
 RIBEIRO JUNIOR, João – O processo histórico, do Renascimento à Revolução Francesa – 126.  
 RIBEIRO JÚNIOR, João – Reflexões sobre a luta de classes – 225.

- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel – A Zona da Mata em discussão – 212.  
 RICCI, Maria Lúcia S. Rangel – Antropologia em destaque – 321.  
 RICCI, Maria Lúcia S. Rangel – Campinas vista por alguns viajantes estrangeiros do século XIX – 65.  
 RICCI, Maria Lúcia S. Rangel – Fontes campineiras para o panamericanismo – 89.  
 RICCI, Maria Lúcia S. Rangel – O “Centro de Ciências, Letras e Artes” e sua revista – 73.  
 RICCI, Maria Lúcia S. Rangel – Os Werneck frente uma estrutura em crise – 124.  
 RICCI, Maria Lúcia S. Rangel – Um pouco da História de Campinas – todo o nº 117.  
 SANTOS FILHO, Lycurgo Castro – Prelados de Campinas – 258.  
 SANTOS, Noronha – O Encilhamento – 353.  
 SELLIN, A.W. – Tratamento de escravos no Brasil – 264.  
 SILVA, Bento Gonçalves da – Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense – 337.  
 SOARES, J.C. de Macedo – O reconhecimento da Independência – 271.  
 TILL, Rodrigues – A saga de Landell de Moura – 240.

#### REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

- AGORA, ano 1, nº 1 – 325.  
 AGUIAR, Pinto de – Abastecimento, crises, motins e intervenção – 324.  
 ALMEIDA, B.Hamilton – O outro lado da telecomunicação – 240.  
 AMARAL, Pedro Ferraz do – Taylor, o mago da administração – 159.  
 ANAIS, do Museu Paulista, vols. 32 e 33 – 248.  
 ANAIS, do Quinto Simpósio de Estudos Missionários – 249.  
 ANUÁRIO, do Museu Imperial, vol. 42/43 – 163.  
 BASTOS, Wilson Lima – Revolução no Vale Encantado – 243.  
 BATISTA, Djalma – O Complexo da Amazônia – 243.  
 BIELER, André – La pensée économique et social de Calvin – 238.  
 BOLETIM, do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, nºs 41 e 42 – 249.  
 CADERNOS, do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, nº 19 – 326.  
 CÂMARA, Hiram de Freitas – Marechal José Pessoa – 324.  
 COMUNIDADE Diocesana, nº 46 – 163.  
 COSTA, Emília Viotti da – Da Monarquia à República – 160.  
 CUNHA, Manuela Carneiro da – Negros, estrangeiros – 244.  
 DEMONER, Sônia Maria – História da Polícia Militar do Espírito Santo – 245.  
 ESTUDOS Ibero-Americanos, vol. X, nºs 1 e 2 – 164.  
 FAUSTO, Boris – História Geral da Civilização Brasileira – 213.  
 FORNARI, Ernani – I incrível Padre Landell de Moura – 240.  
 GOULART, Maria do Carmo K. – A imigração polonesa nas colônias Itajaí e Príncipe D. Pedro – 245.  
 HISTÓRIA: Questões & Debates, ano 5, nº 8 – 164.  
 HOLANDA, Sérgio Buarque de – História Geral da Civilização Brasileira, – 213.  
 LEITE, Mauro Renault – O dever da verdade – 276.  
 LEON, Miguel Portilha – A conquista da América Latina vista pelos índios – 160.  
 LIMA, João Heraldo – Café e Indústria em Minas Gerais – 212.

- MACEDO, Dario – Política, nem sempre – 151.  
 MENDONÇA, Sônia Regina de, – O Mundo Carolíngio – 246.  
 NOVELLI JUNIOR – O dever da verdade – 276.  
 NUNES, Maria Thetis – História da Educação em Sergipe – 246.  
 REPLEXÃO, nº 30 – 250.  
 REVISTA Brasileira de Estudos Políticos, nºs 58 e 58 – 327.  
 REVISTA Brasileira de História, nºs 5, 6 e 7 – 326.  
 REVISTA de História, nº 114, – 164.  
 REVISTA do ICH, Goiás, v. 2, nº 2, – 327.  
 REVISTA do ICHL, Porto Alegre, Jul/dez 1982 –  
 REVISTA do Instituto do Ceará (centenário da Abolição no Ceará) – 164; nº 97 – 327.  
 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vols. 339, 340 e 341 – 165.  
 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. 79 – 250.  
 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, vol. 4 – 250; vol. 5 – 328.  
 REVISTA do Museu Paulista, vol. 29 – 166.  
 RIBEIROO, Helcio Pupo – Artes Industriais – 247.  
 RIBEIRO, Renato Janine – Ao leitor sem medo – 325.  
 RIBEIRO JÚNIOR, João – Grécia Mitológica – 248.  
 SILVA, Eduardo – Barões e Escravidão – 124.  
 SILVA, Marcos A. da – Repensando a História – 161.  
 SUSSEKIND, Flora – História e Dependência – 122.  
 VENTURA, Roberto – História e Dependência – 122.  
 VERITAS, nºs 118 e 119 – 251.  
 YAMAMOTO, K. – Toda uma vida no Brasil – 162.

#### TEXTOS E SELEÇÕES

- ALMEIDA, Domingos José – Manifesto do Presidente da República Rio-grandense – 337.  
 CALADO, Mena – A Revolução de Goiana – 176.  
 DIDEROT, D. – A autoridade política – 349.  
 EZEQUIEL – O comércio fenício em Tiro – 177.  
 JOÃO XXIIIi28, – A Irlanda e a América Latina – 265.  
 MACEDO, Roberto – Carneiro de Batalhão, Águia de Haia – 182.  
 SANTOS, Noronha – O Encilhamento – 353.  
 SELLIN, A.W. – Tratamento de escravos no Brasil – 264.  
 SILVA, Bento Gonçalves da – Manifesto do Presidente da República Rio-grandense – 337.  
 SOARES, Macedo – O reconhecimento da Independência – 271.

#### VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

- José Carlos de Macedo Soares – 268  
 Noronha Santos – 350.  
 Roberto Macedo – 179

## NOTICIÁRIO

- Brasil Bandecchi – 329.  
 Centro de Estudos de Demografia Histórica – 331.  
 Curso Brasil Bandecchi – 330.  
 Falecimento de Arbousse Bastide – 169.  
 Falecimento do General Raul Silveira de Melo – 168.  
 Fernand Braudel – 332.  
 Grupo de Estudos de História Regional – 252.  
 Leonardo Arroyo – 330.  
 Reaparecimento da “Revista de História” – 168.  
 Ruy Martins Ferreira – 167.

## MEMORIA CAMPINEIRA

- Campinas nas memórias de Menotti Del Picchia – 336.  
 Glória eterna aos fundadores da Mogiana – 174.  
 Prelados de Campinas – 258.

## UM POUCO DE MÚSICA

- A música no Brasil – 171.  
 Domenico Scarlatti, o mestre da sonata – 334.  
 O Álbum de Música de Rossini – 256.  
 O cachorrinho do gramofone – 172.  
 O pitoresco e o musical no Rio de Janeiro – 255.  
 “Un che fâ versi...” – 171.

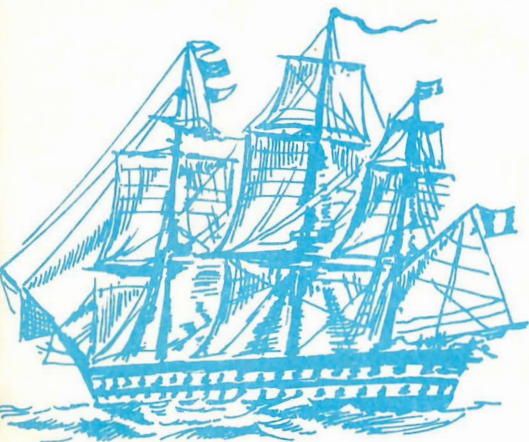
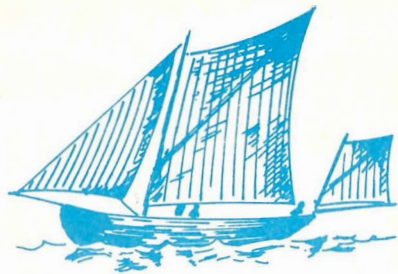
## RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

- A propósito da “Cabanagem” – 275.  
 A morte de Pedro Calmon – 357.  
 César Bierrenbach, patrono em duas Academias – 188.  
 Edições da Carta de Caminha – 185.  
 Influência de Pedro Calmon – 358.  
 Irineu Guimarães – 190.  
 Nísia Floresta – 277.  
 O dever da verdade – 276.  
 O dia do descobrimento do Brasil – 186.  
 Sobre vidas e fatos – 355.  
 Um missionário presbiteriano – 187.  
 Viajantes estrangeiros no Espírito Santo – 356.

## ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Academia Paulista de História – 330.  
 Administração – 159.  
 Açúcar – 26.  
 África – 244.  
 Amazônia – 133, 243.  
 América Latina – 160, 265.

- Andréa Chénier – 171.  
Antropologia – 321.  
Arroyo, Leonardo – 330.  
Assembléia Nacional Constituinte – 307.  
Bandecchi, Brasil – 329, 330.  
Barbosa, Rui – 182.  
Bastide, Arbousse – 169.  
Bauru – 153.  
Bierrenbach, César – 89, 188.  
Bispos de Campinas – 258.  
Bonfim, Manoel – 124.  
Braga, Erasmo – 89.  
Braudel, Fernand – 102,  
Cabanagem – 275  
Caldas Novas – 146  
Calmon, Pedro – 357, 358.  
Calvino – 238.  
Caminha, Pero Vaz de – 185.  
Campinas – todo o nº 117; 258.  
Caneca, Frei – 112  
Centro de Ciências, Letras e Artes – 73.  
Centro de Estudos de Demografia Histórica –  
Couty, Louis – 287.  
Cultura humanística – 301.  
Curso Brasil Bandecchi – 330.  
D'Eu, Conde – 281.  
Descobrimento do Brasil – 186.  
Dutra, Eurico Gaspar – 276.  
Educação – 294.  
Eleições – 310.  
Elismo – 301.  
Encilhamento – 353.  
Espírito Santo – 356.  
Escravidão – 264.  
Fenícia – 177.  
Ferreira, Ruy Martins – 167.  
Filosofia – 156.  
Fletcher, James C. – 187.  
Florence Hércules – 46.  
Floresta, Nísia – 277.  
Franca – 234.  
“Fratelli Italiani Uniti” – 234.  
Goiana ( Revolução de ) – 177.  
Goiana, Barão de – 199.  
Grécia – 248.  
Guerra do Paraguai – 281.  
Guimarães, Irineu – 190  
História de Campinas – todo o nº 117; 252. 336.  
História do Brasil – 160.  
Historiografia – 126, 161, 213.  
Hobbes – 325.  
Idade Média – 243.  
Indaiatuba, Visconde de – 61.  
Independência ( Reconhecimento da ) – 271.



**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

